Ulisses Fernandes
Melissa Anjos

Volume 1

Geografia da População

Fundação CECIERJ
Consórcio cederj

Fundação
CECIERJ
Consórcio cederj
Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Geografia da População

Volume 1

Ulisses Fernandes
Melissa Anjos

GOVERNO DO
Rio de Janeiro
SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:

FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj
Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000
Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente
Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente
Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de Geografia
UERJ – Glaucio José Marafon

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO
Ulisses Fernandes
Melissa Anjos

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL
Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL
Flávia Busnardo

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO
Ana Cristina Andrade
Heitor Soares de Farias
Paulo Cesar Alves

AVALIAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO
Thaïs de Siervi

Departamento de Produção

EDITOR
Fábio Rapello Alencar

COORDENAÇÃO DE REVISÃO
Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA
Beatriz Fontes
Carolina Godoi
Elaine Bayma
Thelenayce Ribeiro

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO
Bianca Giacomelli

DIRETOR DE ARTE
Alexandre d'Oliveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL
Alessandra Nogueira

ILUSTRAÇÃO
Clara Gomes

CAPA
Clara Gomes

PRODUÇÃO GRÁFICA
Verônica Paranhos

Copyright © 2014, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

F363g

Fernandes, Ulisses.
Geografia da população. v.1. / Ulisses Fernandes, Melissa Anjos. – Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2014.
228 p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-915-3

1. Geografia. 2.População. 3. Demografia. I. Anjos, Melissa. II. Título.

CDD: 900

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT e AACR2.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Gustavo Reis Ferreira

Universidades Consorciadas

CEFET/RJ - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

IFF - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE
Reitor: Luiz Augusto Caldas Pereira

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Carlos Levi

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
Reitora: Ana Maria Dantas Soares

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Geografia da População

SUMÁRIO

Volume 1

Aula 1 – Introdução aos estudos de população _____ 7
Ulisses Fernandes e Melissa Anjos

Aula 2 – Teorias demográficas _____ 43
Ulisses Fernandes e Melissa Anjos

Aula 3 – A população sobre a Terra: continuidades e descontinuidades do povoamento _____ 73
Ulisses Fernandes e Melissa Anjos

Aula 4 – Rarefação e densificação da população (o rural e o urbano) _____ 105
Ulisses Fernandes e Melissa Anjos

Aula 5 – O crescimento da população mundial _____ 133
Ulisses Fernandes e Melissa Anjos

Aula 6 – A população nos países centrais _____ 161
Ulisses Fernandes e Melissa Anjos

Aula 7 – A população nos países periféricos: África e América Latina _____ 191
Ulisses Fernandes e Melissa Anjos

Referências _____ 225

Aula 1

Introdução aos estudos de população

Ulisses Fernandes
Melissa Anjos

Meta da aula

Apresentar a Geografia da População, buscando estabelecer e dirigir o seu estudo para as relações que se manifestam entre as coletividades humanas e os diferentes espaços em que se assentam.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. analisar a importância dos estudos de população frente à diversidade humana presente sobre a superfície terrestre;
2. identificar as diferentes visões a respeito do aumento populacional do planeta;
3. estabelecer a dinâmica populacional pertinente aos múltiplos espaços regionais identificados no mundo atual.

INTRODUÇÃO

Qual a origem do vocábulo *população*? Por que o homem, na sua ânsia pelo conhecimento, resolveu agrupar todos os indivíduos do mundo em uma só referência, a *população* ou a *humanidade*, e a partir daí passou a estudar a sua dinâmica? Onde vivem os homens e, principalmente, como vivem os homens? São todos iguais? Não, os diferentes grupos humanos trazem consigo múltiplas características, múltiplos arranjos sociais, econômicos, políticos e culturais. Mas todos carregam algo em comum, que é pertencer à mesma espécie animal, ao mesmo conjunto de seres predominantes sobre o planeta Terra.

Sigurd Decroos

Fonte: http://www.sxc.hu/photo/1103740

Esta primeira aula representa a necessidade de apresentar o estudo da população perante uma das ciências humanas mais complexas e completas já instituídas pela modernidade: a Geografia. A importância dos estudos populacionais para a Geografia, as

diferentes visões desenvolvidas pelos estudiosos a respeito do aumento populacional do planeta e a variação da dinâmica populacional sobre os diferentes espaços regionais do mundo são algumas das demandas preliminares mais importantes para todos aqueles que almejam compreender como o homem se organiza e vive sobre o globo terrestre.

População e despopulação – a importância dos estudos de população

Como surge o vocábulo *população*? Qual o seu significado? Ora, trata-se de uma palavra agregada ao senso comum, ou seja, sua indicação é mais do que nítida no que se refere a falar quantitativa e qualitativamente da presença humana sobre o planeta Terra. Porém, no passado, a civilização ocidental não fazia referência a uma população, mas sim a uma *despopulação*.

De acordo com o demógrafo Hervé Le Brás (2001), a resposta a essa questão é simples: entre a Idade Antiga e a Idade Média, sobretudo na Europa, a existência da população estava condicionada a um *meio natural* inclemente, quase sempre hostil. O ser humano era extremamente dependente das condições naturais e ainda lento no domínio das técnicas capazes de aprimorar sua capacidade produtiva e, portanto, facilitar sua vida sobre a superfície terrestre.

O geógrafo Milton Santos (2006) estabelece uma periodização no sentido de entender as relações entre o ser humano e o ambiente que o cerca ao longo de sua história: o *meio natural*, o *meio técnico* e o *meio técnico-científico-informacional*.

O *meio natural*: enquanto prevaleceu o meio natural, o homem buscava junto à natureza partes ou aspectos que favorecessem a sua existência. Essas características

naturais variavam conforme os lugares e as culturas dos distintos grupos humanos. O meio natural era utilizado pelo homem sem grandes transformações, e as técnicas e o trabalho dependiam diretamente do que era oferecido pela natureza. Este período perdura até a Revolução Industrial, no século XVIII.

O *meio técnico*: o espaço natural dá lugar a um espaço mecanizado e os objetos que passam a compor o meio ambiente do homem passam a ser, também, de origem cultural e técnica, ao mesmo tempo. As máquinas surgem como a principal criação humana capaz de enfrentar as antigas limitações impostas pela natureza. Este período, iniciado com a Revolução Industrial, começa a sofrer mudanças a partir do final da Segunda Guerra Mundial.

O *meio técnico-científico-informacional*: iniciado logo após a Segunda Grande Guerra, tem sua maior afirmação a partir da década de 1970. Neste período, os objetos técnicos, graças ao avanço da ciência, tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais – ou seja, passam a carregar uma informação. A ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço. A natureza deixa de ser uma parte significativa do ambiente do homem e começa a prevalecer um mundo artificial. Na verdade, o meio técnico-científico-informacional é a cara da globalização, algo tão marcante no mundo atual.

As catástrofes naturais que se abatiam sobre as distintas regiões do planeta, gerando fome e devastação, funcionavam como uma espécie de regulador natural da população existente. Mais do

que isso, à fome se associavam doenças implacáveis, como a *peste bubônica*, o *tifo*, a *cólera* e tantas outras. Hoje, essas doenças são de relativo fácil controle, até porque dependem da maior ou menor organização política, social e econômica das nações. Mas é fato: o avanço técnico-científico-informacional das últimas décadas tem criado a possibilidade de controle de doenças outrora consideradas avassaladoras.

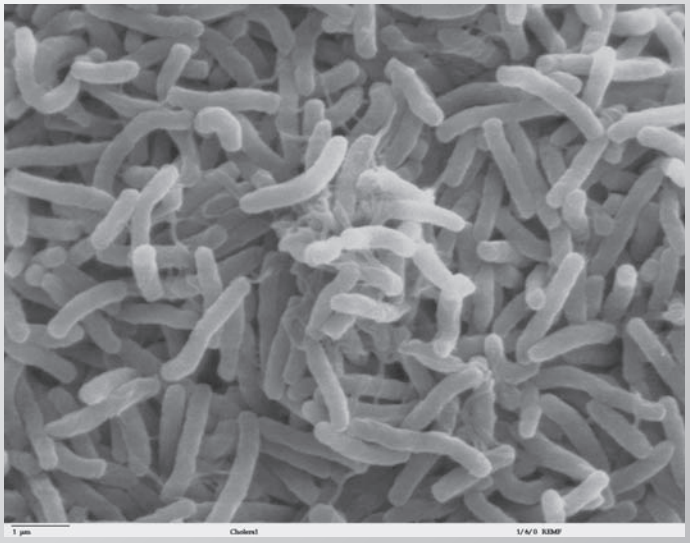
Curiosidade

Doenças que assolaram a humanidade, antes do grande avanço técnico- científico do homem:

A *peste bubônica*, também conhecida como *peste negra*, é uma doença muito grave e muitas vezes fatal, causada pela bactéria da peste, *Yersinia pestis*, transmitida por animais roedores. A maioria dos indivíduos não tratados morre nas 48 horas que sucedem o início dos sintomas. A doença assolou a Europa durante o século XIV, principalmente. Alguns pesquisadores acreditam que o número de mortos é de 75 milhões, um terço da população da época.

Figura 1.1: Ilustração da peste bubônica presente na Bíblia de Toggenburg (na atual Suíça), em 1411.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Black_Death.jpg

A *cólera* é uma doença causada pelo vibrião colérico, *Vibrio cholerae*, que é uma bactéria que se multiplica rapidamente no intestino humano e gera uma potente toxina que provoca diarreia incontrolável, podendo levar à morte do indivíduo por desidratação e queda de pressão violenta. A doença é originária da Ásia e é conhecida desde o século XII na Europa, mas foi no século XIX que passou a marcar a história da humanidade ao se manifestar de forma violenta em áreas de grande concentração humana.



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Cholera_bacteria_SEM.jpg

O tifo (tifo epidêmico) é uma doença transmitida por piolhos, parasitas presentes comumente no corpo humano, e causado pela bactéria *Rickettsia prowazekii*. Durante muito tempo, o tifo foi extremamente mortífero na Europa, atingindo, principalmente, exércitos em campanhas de guerra no século XIX. Alguns historiadores chegam a afirmar que a doença já havia contaminado Atenas na época de Péricles (430 a.C.). Trata-se de uma doença grave, a

ponto de ter sido usada pelos nazistas, durante a Segunda Guerra Mundial, como justificativa para eliminar judeus poloneses, que seriam portadores da moléstia.

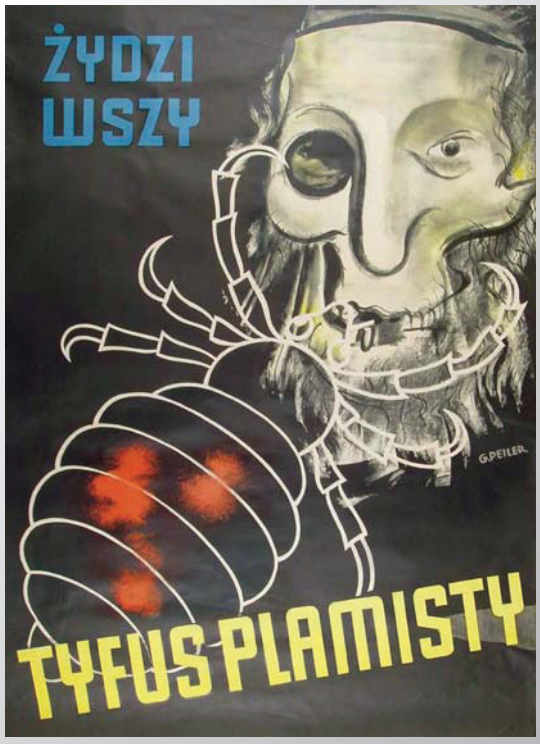


Figura 1.2: Cartaz nazista presente na Polônia durante a Segunda Guerra Mundial, relacionando os judeus à transmissão do tifo.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:German_antisemitic_poster,_1942.jpg

E, voltando ao passado, as sucessivas ondas de fome e doenças causavam, muitas vezes, despopulação, ou seja, diminuição sensível do número de habitantes de uma determinada área ou região. E como a população não crescia muito, dado este equilíbrio primitivo, o que se percebia variar com mais facilidade era a perda de população, e não o seu aumento. Desta forma, hoje se podem explicar as razões de originalmente se indicar uma despopulação ao invés de uma população.

Entretanto, como já apontado, o avanço técnico-científico levará o ser humano a aumentar não apenas sua capacidade produtiva, mas a ter respostas mais rápidas e eficientes a problemas antes sem solução, como o desenvolvimento de métodos de controle e de tratamento das doenças. Deste modo, após o advento da chamada *Revolução Industrial* e da consequente maior urbanização da população do planeta, haverá uma tendência ao aumento do número de habitantes no mundo – e daí, mais do que nunca, começa a ser percebida a existência de uma população.

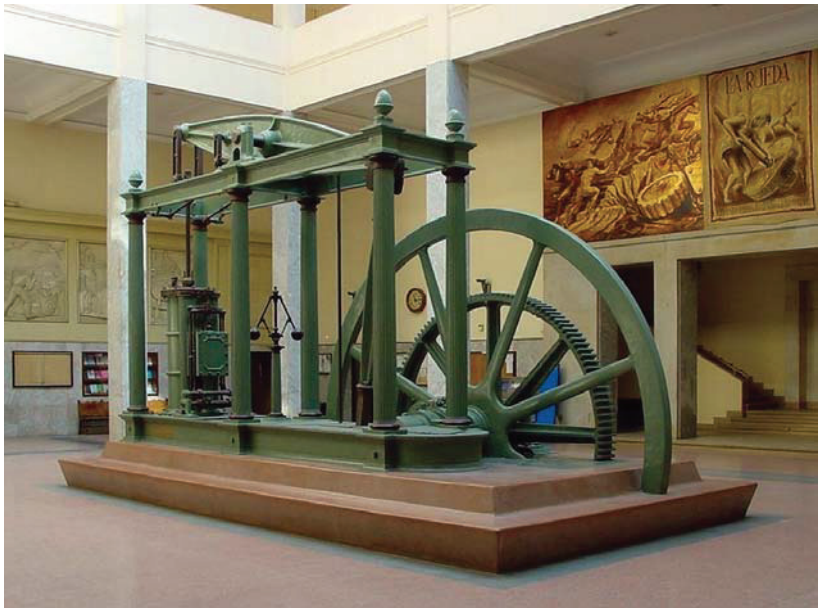


Figura 1.3: Um motor inventado por James Watt, movido a vapor gerado pelo aquecimento de uma caldeira a partir da queima do carvão.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Maquina_vapor_Watt_ETSIIM.jpg

A Revolução Industrial representou uma série de mudanças tecnológicas capazes de gerar grande impacto no processo produtivo para a economia e a sociedade de modo geral. Sua origem está associada à Inglaterra, a partir da segunda metade do século XVIII, tendo atingido outras porções do planeta ainda no século XIX.
Ao longo deste processo, a agricultura deixou de ser a principal fonte de riqueza da humanidade e a máquina suplantou o trabalho humano em importância. Passaram a ser estabelecidas novas relações entre os detentores do capital industrial (os empresários) e os trabalhadores, que vendiam sua força de trabalho.
O avanço da Revolução Industrial também determinou um novo rearranjo de forças entre as nações do planeta, ao estabelecer um sistema de trocas desiguais (Divisão internacional do Trabalho) entre os países produtores de bens industriais e os produtores de matérias-primas e produtos agrícolas.

Em 2011, o mundo comemorou uma marca simbólica: sete bilhões de habitantes estariam convivendo sobre o planeta Terra. Na verdade, este número assombroso à primeira vista é bastante relativo, pois a capacidade do planeta de dar conta das necessidades de maior ou menor população está diretamente mediada pela própria capacidade técnico-científica-informacional presente na atualidade.

Leia reportagem a respeito deste número simbólico, que é o do habitante número 7.000.000.000 do planeta.
Acesse: http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI238604-15228,00-BILHOES+DE+CONSUMIDORES+PLANETA.html

Observe que o dado populacional pode ter dimensões muito diferenciadas conforme a capacidade de organização político-social e econômica das diferentes nações. Quando se observa que a população dos Estados Unidos da América é de cerca de 300 milhões de habitantes, não se interpõe nenhum tipo de consideração negativa quanto à capacidade desta nação em atender de forma competente as necessidades da esmagadora maioria de sua população. Por outro lado, se falamos da Indonésia, na Ásia, que caminha para um número de habitantes próximo ao dos norte-americanos, a primeira impressão sobre esta população é a de uma condição de pobreza, não necessariamente extrema, para a maioria dos habitantes ali presentes. Enfim, no primeiro exemplo não se enxerga um problema, mas no segundo não se pode dizer o mesmo.

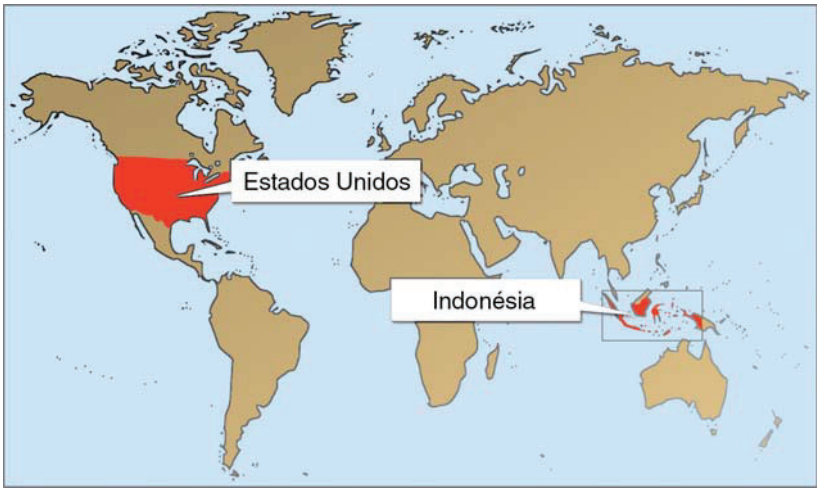


Figura 1.4: O mapa indica a posição geográfica de dois países com populações próximas, mas com realidades socioeconômicas bem distintas.

Então, o número de habitantes não é obrigatoriamente dimensionador de uma realidade. As condições de vida da população é que levam à possibilidade de mensurar o problema. Por outro lado, a Terra, hoje em dia, não é exatamente um espaço esgotado incapaz de receber novos habitantes. Na verdade, o grande drama do mundo presente é definido pela forma arbitrária e injusta de se dividir o fruto da capacidade produtiva do homem. Há uma porção considerável da população produzindo e consumindo para além das próprias necessidades, enquanto a maioria é limitada na sua capacidade de produção e consumo. Ou seja, ainda não é visível um real esgotamento da Terra na sua função de geradora de recursos naturais capazes de atender ao ser humano. O que há é um desequilíbrio violento na distribuição dos recursos, o que muitas vezes leva a um entendimento, equivocado, de real esgotamento ou de incapacidade produtiva para atender à população atual e às gerações futuras.

Também não se pode desmerecer a gravidade de uma população crescente sobre o planeta. Inclusive porque, como já visto, os desequilíbrios desestruturais de natureza política, econômica e social estão aí nítidos demais e gerando diferenciações regionais alarmantes. O aumento exponencial da população mundial tem provocado paradoxos incontestáveis, como a existência simultânea de regiões pouco habitadas e superpovoadas; entre países que tendem a ter crescimento demográfico elevado e outros que tendem a retrair-se; entre continentes que caminham para o envelhecimento e outros que ainda experimentam o predomínio de uma população jovem.

Em suma, mais do que uma preocupação com o número de habitantes que o planeta pode suportar, as questões a serem levantadas apontam para uma expressão muito heterogênea do ser humano sobre a superfície terrestre. E são estas questões que devem embasar qualquer discussão sobre população em uma base mais equilibrada e de natureza científica. Os alarmismos oriundos das

grandes mídias corporativas muitas vezes refletem apenas interesses de grupo, quase sempre respaldadas por correntes científicas pouco coerentes, naturalizando o homem como o problema em si da sociedade – multiplicando-se demais, gera um excesso que prejudica a sociedade; retraindo a sua multiplicação, gera um vazio demográfico da mesma forma maléfico para a sociedade.

Não existe um *ótimo de população* como já vieram a acreditar alguns demógrafos do passado. E não se pode crer que população seja apenas um dado não sensível, ou seja, que possa ser arrumado conforme os interesses dos Estados, dos grupos hegemônicos do capital ou até mesmo desta ou daquela concepção científica. Sempre se faz necessário mostrar que o estudo de população precisa ter coerência com a própria experiência pessoal de viver, algo que é inerente ao indivíduo. São os grupos de indivíduos que, no conjunto, se expressam como população e, sendo assim, o que retrata a dinâmica de existência dessa população deve reverter, positivamente, para ela própria, e não aos interesses de grupos.

A geógrafa Amélia Damiani (2009) mostra que a *teoria do ótimo de população* foi difundida na Europa a partir da década de 1920. Naquele momento, havia grande preocupação com o decréscimo agudo da natalidade em países europeus, daí a teoria considerar um ótimo de população, ou seja, um determinado número ideal de habitantes para um dado território, considerando técnica e recursos disponíveis, o que asseguraria alta renda por habitante.

Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Em 1987, a ONU, por meio da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, apresenta o documento *Nosso futuro comum*, também denominado *Relatório Brundtland*, em homenagem à política norueguesa *Grö Harlem Brundtland*, chefe da comissão responsável pelo trabalho apresentado.

Neste documento, a ONU sinaliza para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes no mundo. Em uma de suas recomendações, o relatório aponta para a necessidade de controle populacional do planeta.

Se hoje a Terra ainda não é um espaço esgotado, incapaz de receber novos habitantes, qual seria o problema futuro a ser enfrentado pelo planeta, em função do aumento da população e da manutenção do atual modelo de produção e consumo?

Resposta Comentada

Deve-se apontar para o atual modelo consumista que sustenta uma parte significativa da população mundial, o que envolve uma produção imensa de recursos naturais ou transformados pela indústria. Sendo considerado o aumento da população mundial, tendo por base este modelo de consumo, haveria risco para a própria integridade física do planeta.

Por outro lado, o discurso é típico das nações desenvolvidas, pois reforça a ideia de que o aumento populacional põe em risco o planeta. O risco está no modelo de produção e consumo de massa, e não necessariamente no aumento da população. Se o consumo da população mundial fosse medido unicamente pelo padrão dos países subdesenvolvidos, este esgotamento de recursos estaria longe de ser confirmado.

O problema é que não se pode imaginar o avanço do mundo pelo padrão dos países subdesenvolvidos. Se imaginarmos um mundo melhor, mais igualitário, é certo que tanto o consumo quanto a população necessitam ser controlados para o bem das gerações futuras.

Perturbações demográficas

A cada hora o mundo vê nascer algo próximo a 16.000 crianças, ao mesmo tempo em que vê morrer cerca de 6.000 pessoas. Esse ritmo natural de nascer e morrer acaba por representar um acréscimo diário de 240.000 pessoas à população existente. O número pode assustar, mas não representa na atualidade a única preocupação para aqueles que lidam com a temática, sejam os cientistas sociais, sejam os investidores capitalistas, sejam os Estados. Outras questões têm se tornado vitais. Os relatos da última conferência de população mundial, realizada no Cairo em 1994, mostram, por exemplo, os contrastes de um embate ético-ideológico entre lideranças religiosas mundiais, contrárias ao aborto e à contracepção, e os ***neomalthusianos***, de outro, vorazes defensores dessas práticas contraceptivas.

Neomalthusianos
São os defensores da Teoria Neomalthusiana, que acredita que a pobreza das nações subdesenvolvidas é causada pelo crescimento populacional descontrolado.

Relógio do mundo

Fonte: http://www.sxc.hu/photo/1161702

No site http://www.shambles.net/worldclock/worldclock.swf, você pode observar dados relativos à população mundial em tempo real. Na verdade, trata-se de uma estimativa estabelecida a partir de dados coletados por organismos internacionais comandados pela ONU. O site está em inglês, mas a própria internet oferece, hoje, ferramentas de tradução bastante acessíveis, como o site http://translate.google.com.br/.

Mas você deve estar se perguntando: quem está com a razão? Entretanto, não se trata de exatamente buscar uma resposta fechada e definitiva que contemple razão a apenas uma das correntes e torne a outra desprezível. Os diferentes grupos sociais espalhados pelo planeta, normalmente representados na forma de *nações*, possuem condicionamentos históricos culturais diferentes, que os levam a ter posicionamentos antagônicos quanto às grandes questões que regem a vida no planeta. Do mesmo modo, não se medem culturas, ou

seja, não se pode estabelecer que dadas normas, preceitos ou até ***tabus*** sejam totalmente certos para todas as sociedades ao mesmo tempo. Não se pode ser ***etnocêntrico*** e olhar a cultura dos outros através dos olhos da sua cultura. Na verdade, o bom respeito entre os povos passa pelo entendimento e pela aceitação das diferenças.

Tabu
Objeto, pessoa, ação ou lugar proibidos por uma cultura ou por uma lei.

Etnocentrismo
É um conceito oriundo da Antropologia definido como a visão pessoal de alguém que considera o seu grupo étnico ou cultura o centro do mundo, ou seja, mais importante do que outras culturas e sociedades.

Você sabe a diferença entre país, nação e Estado? No site http://www.jurassico.com.br/estado-nacao-pais-e-mais-uma-pa-de-coisas/, você pode ver a diferença e, como diz a própria URL do site, mais "uma pá de coisas". Boa leitura!

O grande problema se dá, de acordo com o geógrafo Pierre-Jean Thumerelle (2001), quando grupos hegemônicos de qualquer natureza se colocam na defesa de um ou outro ponto de vista em relação à presença humana sobre a esfera terrestre. Em meados dos anos 1960, os estudos de população tornaram-se questão comum a todos, quando expressões catastrofistas passaram a ser veiculadas em grandes grupos de mídias (televisão, rádio e jornais, principalmente), dando conta de uma explosão demográfica ou uma bomba "P" a assolar o mundo. Até então, a chamada civilização ocidental, ainda influenciada pela reconstrução do pós-Segunda Guerra Mundial, encarava o crescimento populacional como um dado positivo, ou seja, vital ao pleno desenvolvimento das nações que se viram destruídas pelo conflito. A partir daí, a opinião pública passou a ser bombardeada com dados alusivos ao crescimento mundial da população ao longo do tempo – 1 bilhão de seres humanos em 1800, 2 bilhões em 1930 e 3 bilhões em 1960. Essas informações ajudavam a mostrar um mundo que caminhava para um desastre inevitável: a *explosão demográfica*, sem controle, sem precedentes, capaz de levar o planeta ao esgotamento e ao próprio fim da humanidade.

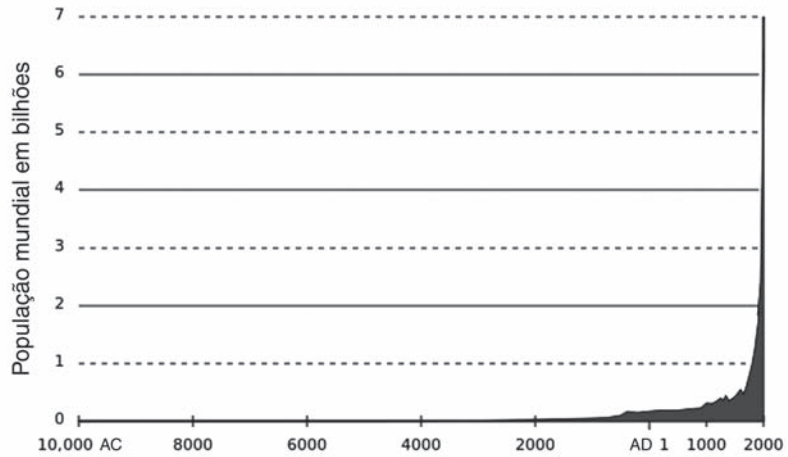


Figura 1.5: O gráfico da população mundial de 10000 a.C. ao ano 2000 d.C. mostra o crescimento populacional sem precedentes que ocorreu após a Revolução Industrial.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Population_curve.svg

Nada parecia dar conta desta catástrofe anunciada. No chamado mundo desenvolvido, havia um medo frenético por conta das hordas de pobres que poderiam vir da África, da Ásia e de outros lugares pobres do planeta, em busca do alimento que lhes faltaria. Jamais foi mencionado o fato de que haveria, nas áreas pobres do planeta, onde o crescimento populacional era mais intenso, um processo em curso: o da modernização dos países, do avanço do progresso e da diminuição das doenças e da fome. Jamais fora informado que esses países viviam uma transição na sua demografia e que este crescimento populacional entendido como alarmante poderia ser apenas transitório.

Não demorou muito a ser percebido, pela população dos países ditos desenvolvidos, que o problema estava circunscrito ao chamado Terceiro Mundo e que o peso causado pelo crescimento demográfico era arcado apenas por estes países. Tampouco teriam os habitantes dos países ricos seu bem-estar ameaçado pelo crescimento da população nos países pobres. Se a questão da fome ainda chocava aqueles que viviam às expensas do conforto gerado pela concentração da riqueza no mundo industrializado, ela não mostrava nada que afetasse diretamente a vida das pessoas.

Além disso, em meados dos anos 70, também no século XX, começou a se perceber que as taxas de crescimento dos pobres do planeta davam sinais de declínio. Países como Índia e China já apontavam para uma diminuição progressiva da população, mesmo que em ritmos diferentes, mas já indicando para a tendência da acomodação dos números do crescimento – ou seja, o crescimento populacional não era mais visto como exponencial e sem controle. Neste momento, outras questões começam progressivamente a ganhar mais importância junto à opinião pública internacional, como a chamada Guerra Fria e a ameaça nuclear, a crise do petróleo, a globalização e o surgimento da AIDS, entre tantos outros temas de forte repercussão internacional com muito mais apelo midiático do que o crescimento populacional.

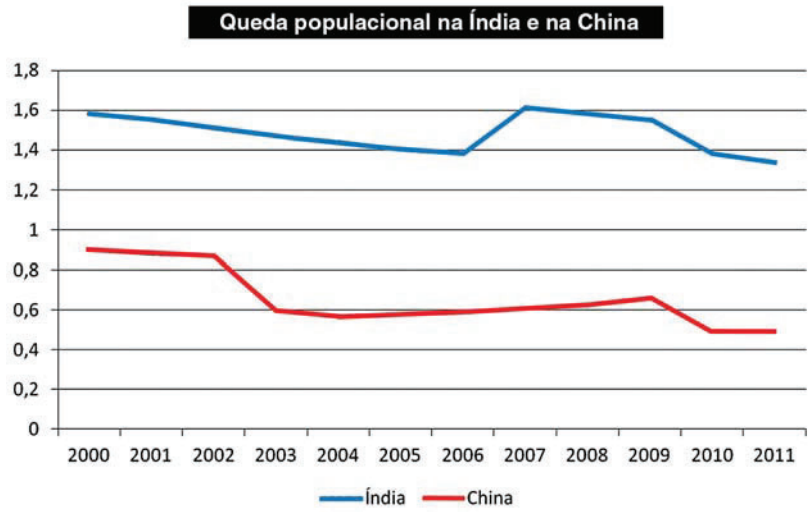


Figura 1.6: Os dados mostram diminuição progressiva do crescimento das populações indiana e chinesa nos últimos anos.

Não é que a questão do crescimento da população tenha simplesmente desaparecido, mas ela passou a ter novo foco. De fato, as imagens de um mundo ***famélico*** ainda se perpetuam pela mídia, como forma de vender notícias de grande impacto para a humanidade. Para além disso, a questão da população passou

Famélico
Aquele que passa fome, faminto ou atormentado pela fome – que é a condição de milhões de habitantes no planeta e tema específico de uma das próximas aulas do curso.

a ser olhada pelo viés da mobilidade e do emprego. O mundo experimentou uma transição produtiva, passando do *fordismo* para o *pós-fordismo*, bem como passou a viver com os efeitos da globalização em curso, com a cada vez maior fragilidade das fronteiras, que controlam cada vez menos capitais e pessoas. O novo sentimento de inquietação era dado pela transferência do aparato produtivo do mundo industrializado para o não industrializado, onde a maior presença de população gerava exércitos de reserva de mão de obra, barateando custos e favorecendo o grande capital. Na verdade, o excesso de população em países pobres, ociosos e com valor de mão de obra muito baixo poderia prejudicar indiretamente a população dos países ricos.

Figura 1.7: Criança vítima da guerra e da fome na Somália, África.
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:VOA_Heinlein_-_Somali_refugees_September_2011_-_09.jpg

Fordismo (termo alusivo à fábrica de automóveis Ford) foi um termo criado pelo filósofo comunista Antonio Gramsci, nos anos 1920, e refere-se ao sistema de produção industrial de massa implantado por Henry Ford – trata-se de uma forma racionalizada da produção capitalista, com base em inovações tecnológicas e organizacionais, objetivando a produção em larga escala, por um lado, e o consumo em massa, por outro.

Pós-fordismo ou toyotismo (termo alusivo à fábrica de automóveis Toyota) foi um termo criado para definir uma nova forma de produção capitalista, baseada na flexibilidade para atender a demandas específicas no mercado em dado momento – o sistema *just-in-time*, como é conhecido. As consequências diretas da adoção deste modelo são a terceirização da produção e o desemprego estrutural.

Outra questão em foco passou a ser a da mobilização de pessoas – migrações – de regiões pobres do planeta para regiões ricas, principalmente, por vezes estimuladas, mesmo que disfarçadamente, pelos Estados, na maior parte das vezes combatida por estes, mas sempre presentes, de uma forma ou de outra. Estas gentes originárias de lugares tão distintos do planeta, com hábitos e costumes muito diferentes da população dos países ricos – onde há predomínio de ***caucasoides*** e cristãos – passa a sofrer literalmente por conta da cor da pele e da religião. Este dado de ***xenofobia***, no fundo, encobre uma luta pelo mercado de trabalho, cada vez mais acirrado à medida que as grandes corporações transferem parte de suas funções produtivas para outras regiões do planeta.

Caucasoides
São os pertencentes à raça caucasiana (branca) e assim chamados por terem sua origem associada à região do Cáucaso, entre a Europa e a Ásia. O sufixo "oide" presente no vocábulo dá a ideia de algo falso, visto já ser muito ultrapassado o conceito de raça.

Xenofobia
Medo, aversão ou antipatia a todos os estrangeiros; dificuldade de determinado povo aceitar a convivência com pessoas de outras etnias ou culturas.

Por fim, ainda considerando Thumerelle (2001), poderiam ser colocadas outras questões, como o envelhecimento da população em algumas áreas do planeta, sobretudo na Europa. A questão é vital para os Estados-nações, pois envolve o custo crescente dos gastos com o pagamento da previdência social, associada ainda ao fato de que não há reposição de jovens e adultos suficiente, na medida em que a ***taxa de fecundidade*** entre as mulheres tem caído vertiginosamente nas últimas décadas. Fora isso, as mídias continuam a produzir relatos sensacionalistas da situação das crianças famintas da África ou a induzir uma luta ético-religiosa entre aqueles que defendem ou são contrários ao aborto. Nestes casos apontados, acabam os acontecimentos ou a ética associados a estes falando mais alto que as próprias questões demográficas que lhes dão base – e é esta discussão muito mais importante do que o clamor midiático dos fatos, pois é na tensão político-cultural que as envolve que as nações acabam por responder de um modo ou de outro ao problema.

Taxa de fecundidade
É a expectativa do número médio de filhos que uma mulher poderá ter ao longo do seu período reprodutivo.

Atende ao Objetivo 2

2.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Donostiakoakanpada015.jpg

O cartaz é alusivo ao *Movimento dos Indignados* – onda de protestos de jovens espanhóis quanto ao rumo político do país, contra a defesa dos mercados pelo Estado e contra o desemprego. Este tipo de manifestação, que envolve setores da sociedade em diferentes países da Europa, principalmente, tem lutado contra o esvaziamento econômico que a globalização tem causado em países desenvolvidos. De que maneira este esvaziamento econômico se relaciona com a temática da população no mundo atual?

Resposta Comentada

Deve-se apontar para o fato de que a opinião pública dos chamados países desenvolvidos não mais se preocupa tanto com o crescimento da população mundial em si. O que no passado causava grande comoção perdeu o foco das atenções e passou a ser atenuado até mesmo por preocupações mais urgentes das populações desta parte do mundo.

O crescente desemprego, especialmente entre os mais jovens, passou a mobilizar a população. Questiona-se se a economia de mercado defendida pelos partidos políticos tradicionais e atrelada aos interesses do capitalismo deve ser mantida ou sofrer modificações. Não se concorda, por exemplo, que empresas tenham seu aparato produtivo transferido para partes periféricas do mundo, onde os custos de produção são mais baixos.

Isso, por outro lado, chama a atenção para um problema que se mostra grave à população primeiro-mundista, que é o da contínua mobilização de migrantes de áreas mais pobres do planeta para a parte mais rica e a consequente competição mais acirrada do mercado de trabalho nesses países mais abastados.

Esta é uma das razões principais para que se amplie, principalmente na Europa, a xenofobia contra os imigrantes e o aumento do aparato repressivo visando à sua não entrada em território europeu.

População e Geografia – a tensão dos contrastes

A Segunda Guerra Mundial chegou ao seu fim carregando consigo cerca de 50 milhões de vidas. Mesmo tendo sido a Europa o palco principal da guerra, ela deixou marcas profundas em praticamente todos os continentes do planeta. Ao mesmo tempo em que a guerra acabava e os chamados países ricos iniciavam um processo de reconstrução, outra guerra explodia: a da insatisfação dos povos colonizados pelos europeus, principalmente na África e na Ásia. Um processo de descolonização revelou ao mundo uma série de novas nações e Estados independentes, incluindo aí responsabilidades quanto ao desenvolvimento social de seus povos.

Baby-boom
Designação dada ao grande número de crianças nascidas durante uma explosão populacional, como a ocorrida na Europa após a Segunda Guerra Mundial.

O paralelo que se deseja traçar coloca, de um lado, uma reconstrução de pós-guerra, com seu respectivo ***baby-boom***. Nesse caso, a população europeia, japonesa e até mesmo a da América anglo-saxônica cresceria pelos próximos vinte anos, até se estabilizar nos anos 1960. No mesmo instante, a população dos países pobres experimentaria um processo de crescimento associado à diminuição da mortalidade, principalmente por conta do avanço da *Revolução Médico-Sanitária*. Sendo assim, para a mesma época, são observados dois modos distintos de crescimento da população, sendo, entretanto, perceptível uma dinâmica diferenciada para cada um dos blocos de países apresentados.

A *Revolução Médico-Sanitária* corresponde ao avanço da medicina, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, com a descoberta de novas medicações, vacinas e técnicas voltadas para a cura ou prevenção de doenças. Também envolve a prevenção de doenças, por meio da melhoria dos sistemas de distribuição de água e tratamento de esgotos acessíveis à população de um modo geral.

O *baby-boom* dos países ricos esgota-se muito mais rapidamente do que a queda da mortalidade em países pobres. Ou seja, enquanto a população das áreas centrais do planeta chega a um novo equilíbrio, com nova queda das taxas de natalidade, a população dos países periféricos continua a crescer, não porque passou a comportar mais nascimentos, mas sim por ter experimentado sucessivas quedas nas suas taxas de mortalidade. Ora, como as taxas de natalidade, nesses países, mantinham-se altas desde sempre, natural que o crescimento identificado fosse apontado como exponencial e, portanto, sem previsão de queda.

Ao mesmo tempo, a população presente nos países ricos era numericamente muito inferior à dos países pobres. Ao início da década seguinte, nos anos 1970, já se observava um desequilíbrio quanto às diferentes taxas de crescimento natural das populações dos continentes: aqueles mediados pelo desenvolvimento econômico pleno apresentavam populações menores e crescimento controlado; do outro lado, nações pobres, superpopulações e crescimento acelerado.

E, se é verdade que, ao final da mesma década, já se podia observar uma queda do crescimento nas nações menos abastadas, também era plenamente visível um descompasso entre as nações no que diz respeito a esta queda. Alguns autores apontam para o que

se pode chamar de um recuo escalonado e incompleto da taxa de fecundidade. Explica-se: em algumas nações, as mulheres tinham menos filhos do que em outras, o que leva a uma nova pergunta – por quê? A resposta está nas diferentes articulações de cunho político, cultural e até mesmo econômicas. No Níger, país africano, a pobreza e a concentração da população no meio rural levam à existência da maior taxa de fecundidade do planeta, por exemplo. A visão religiosa islâmica, que defende métodos de controle da natalidade naturais, também faz com que as mulheres tenham muitos mais filhos do que as mulheres ocidentais. Ao mesmo tempo, bem longe dali, na China, um Estado altamente controlador e autoritário faz com que as mulheres tenham pouco mais de um filho, em média.

Também é fato que as condições de vida no mundo são extremamente variáveis. Se, na média, as condições de vida nos países pobres melhoraram – e, atenção, melhorar não significa dizer que estão boas –, ainda são observadas condições muito precárias, que contrastam com as dos países ricos. A expectativa de vida média da população de alguns países da África subsaariana – Angola, Moçambique e Zâmbia, por exemplo – é comparável com a existente na Idade Média na Europa, ou seja, por volta dos quarenta anos de idade. Comparando ao Japão, por exemplo, significa pouco mais da metade da expectativa de vida esperada, cerca de oitenta e dois anos de vida. E este envelhecimento explica a diminuição do crescimento natural da população em vários países da Europa – em alguns deles, o crescimento só não é negativo de fato porque as migrações acabam compensando as perdas naturais de população. Mas, se a população já diminui em alguns países desenvolvidos, no grupo dos países subdesenvolvidos, podem ser encontrados países cujas populações podem dobrar em cerca de vinte anos, como é o caso do Quênia, do Togo e de Uganda, todos na África.

Contrastes, muitos contrastes capazes inclusive de reordenar a velha geografia que divide o mundo em blocos. Antes, os países em desenvolvimento podiam ser dimensionados pelo seu conteúdo demográfico, visto que, de modo geral, apresentavam populações

em fase de expansão, com expressivo número de jovens e reduzido número de idosos. Atualmente, a realidade é bem distinta, pois boa parte desses países possui taxas de crescimento similares às dos Estados Unidos da América. Países como o Brasil têm taxas de mortalidade inferiores às de países como a Bélgica; e a esperança de vida desses países em desenvolvimento também se assemelha à de países europeus, como a Rússia. Daí resulta entender que não há mais uma divisão clássica entre países ricos e países pobres, ou países centrais e países periféricos, sustentada pelas diferenças nos ritmos de crescimento da população.

E o que isso prova? Que não há mais homogeneização capaz de indicar semelhanças e diferenças muito sensíveis entre os distintos grupos de países. Entre o equilíbrio primitivo da população – que aponta para altas taxas de natalidade e mortalidade controladas naturalmente – e a estagnação demográfica – que aponta para baixas taxas de natalidade e mortalidade controladas socialmente –, existem inúmeras situações particulares correspondentes às muitas nações do planeta e não há mais modelos que se enquadrem em grandes grupos de países. As muitas combinações possíveis e existentes prejudicam a apreensão da leitura de uma Geografia da População em escala planetária.

Não há nada a garantir que a diminuição ou o aumento da população nos países mantenha o mesmo modelo que é observado hoje, e que a tendência à queda da população por diminuição da mortalidade não seja capaz de gerar uma resposta similar na taxa de natalidade. Também não é possível supor que se caminha para uma homogeneização da população a ponto de fazê-la atingir um nivelamento inerte. Os problemas de população tendem a ficar limitados à escala dos países, visto que estes apresentam diversidade de características que envolvem questões histórico-culturais, políticas, sociais e econômicas – e são os sucessivos arranjos, desarranjos e rearranjos dessas características que dão singularidade a cada um dos países que as produzem.

As questões de população estão cada vez mais regionalizadas no mundo, o que causa uma retomada da Geografia quanto ao tratamento desta escala. Durante muitos anos, as questões de amplitude planetária tomaram conta do debate científico, ainda mais que foram superdimensionadas pelos apelos midiáticos, alarmando para os riscos de uma explosão demográfica. A nova dinâmica populacional do planeta, muito mais fechada nas peculiaridades de cada nação e mediada pelo fenômeno da transição demográfica, traz ao debate temáticas com foco mais localizado. Entre tantas novas questões, estão a do envelhecimento da população, da relação da população com o desenvolvimento econômico, com o nível de educação da população e com a nova realidade da mulher. Todas essas questões estão por demais envolvidas com as estruturas sociais e econômicas, com a diversidade cultural dos povos e com a transformação ou não da mentalidade dos povos – cultura é um dado dinâmico que permite transformação, daí a possibilidade, na escala do Estado-nação, de transformações significativas no trato das questões relacionadas com a população.

A importância da Geografia, neste momento, está na sua capacidade de compreensão de um tema que todas as outras ciências sociais têm dificuldade de enfrentar, pois nunca foi devidamente explicado por nenhuma delas. O ser humano carrega uma dupla dimensão, sendo ela social e territorial ao mesmo tempo, o que resulta em fatores por demais complexos de serem estruturados. Talvez por isso os estudos de Geografia da População sejam ainda os mais adequados à compreensão do fenômeno resultante dos desiguais distribuição e crescimento da população sobre a Terra. Assim, a Geografia, trabalhando com o ramo específico da população, tende a dedicar-se à análise da diversidade dos grandes grupos humanos presentes sobre o planeta, bem como a sua dinâmica e também as transformações de natureza social e as transformações dos meios onde os homens vivem e se reproduzem.

Atividade

Atende ao Objetivo 3

3.

	País	Taxa de fecundidade	(PIB) milhões de dólares	(IDH)
	Tunísia	2,05	46.360	0,698
	Vietnã	2,03	122.722	0,593
	França	2,00	2.492.908	0,884
	Costa Rica	1,94	40.947	0,744
	Emirados Árabes Unidos	1,90	360.136	0,846

Com base nos dados apresentados e em seus conhecimentos a respeito do tema, responda:

a) Qual desses países pode ser considerado o mais desenvolvido (econômica e socialmente) do grupo?

b) Considerando que os demais países do grupo estejam ainda em processo de desenvolvimento, o que justifica um país desenvolvido como a França apresentar uma taxa de fecundidade similar ou até maior do que a de alguns destes países apresentados?

Resposta Comentada

a) França, que, em acordo com o Banco Mundial, possuía o quinto maior PIB (Produto Interno Bruto) do mundo em 2010; que, em acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, está no grupo de países que apresenta Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito alto.

b) Como visto, não existe mais homogeneização dos parâmetros que um dia pretensamente justificaram o antagonismo entre duas partes do mundo: uma rica e outra pobre. No que pese haver diferenças gritantes entre alguns grupos de países do mundo, hoje, o avanço da ciência, a maior disseminação da informação e a ação dos Estados fizeram com que países outrora atrasados melhorassem suas condições econômicas e sociais.

Por outro lado, a taxa de fecundidade também depende da ação direta dos Estados, com campanhas ou ações de planejamento. E também dependem dos arranjos culturais inerentes às sociedades, que é o caso específico da França, onde o número de filhos desejado pelas famílias é superior àquele identificado em outros países europeus.

CONCLUSÃO

O avanço técnico-científico do homem proporcionou uma profunda transformação na existência humana sobre a Terra. O homem passou a viver mais e melhor, e isso resultou em uma ampliação desmedida da quantidade de pessoas a povoar a Terra.

Se este crescimento populacional pode colocar em risco o planeta e, consequentemente, a espécie humana, é certo também que se apresentou de forma muito desigual. Existem regiões do planeta mais habitadas do que outras, bem como padrões de vida bem distintos: uma grande população pode não ser problema para determinado Estado-nação, mas pode ser problema para outro.

E se, até meados do século passado, a população mundial podia ser analisada sobre dois prismas, o do mundo desenvolvido e o do mundo subdesenvolvido, hoje se percebe que esta leitura já não é tão fácil. A nova dinâmica populacional do planeta faz com que a análise dos problemas de população esteja cada vez mais fechada na escala dos Estados-nações, ou seja, muito mais próxima dos arranjos locais das sociedades, em função das suas demandas políticas, culturais, sociais e econômicas vivenciadas.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Observe com atenção as imagens a seguir:

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:ICCA_Kenya.jpg

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Annual_Reception.jpg

Tomando por base uma visão etnocêntrica e considerando que o modo de vida ocidental está mais próximo do disposto na segunda imagem, como poderia ser classificado o primeiro grupo de pessoas em relação ao segundo? Esta classificação poderia ser considerada correta, de fato?

Resposta Comentada

A visão geral é a de que o primeiro grupo de pessoas é atrasado em relação ao segundo, ou seja, que pertence a um mundo quase primitivo, longe dos avanços técnicos e científicos experimentados pela sociedade ocidental nos últimos tempos.

Repare que esta visão é distorcida e errônea, pois compara culturas e indica que uma é superior à outra. Culturas não podem ser comparadas e muito menos dimensionadas como superiores ou inferiores – culturas são apenas diferentes.

O modo de vida de um grupo não é necessariamente inferior ao do outro, e o pretenso atraso do primeiro grupo é normalmente indicado pelo fato de que uma sociedade ocidental tem outro modo de vida como modelo, ditado pelo maior avanço do meio técnico-científico-informacional. Quem garante que viver em maior contato com o meio natural, com a riqueza da natureza, é pior do que viver em um mundo onde o meio artificial é notadamente predominante em relação ao meio natural?

A questão se propõe a demonstrar que, para se entender o mundo e as muitas sociedades que o compartilham, é necessário, em primeiro lugar, enxergar esse mesmo mundo e suas populações sem as lentes da civilização ocidental. Lentes que são capazes de distorcer a realidade e impedir uma melhor visão sobre a grandeza da diversidade humana.

RESUMO

Em sua primeira parte, a aula apresentada procurou demonstrar a validade dos estudos de população para a Geografia, bem como as mudanças verificadas neste estudo a par da própria dinâmica do mundo nos últimos tempos. O mundo mudou, é verdade, e com ele também mudou a forma como a humanidade passou a se relacionar com ele. Das sociedades mediadas unicamente pelo meio natural àquelas mobilizadas pelo meio técnico-científico-informacional, observou-se transformação heterogênea do espaço mundial, com significativas alterações no comportamento da humanidade como um todo.

Observa-se, também, que o tamanho de uma dada população não representa um problema em si. Estados-nações com tamanho de populações similares podem responder de modo diferenciado ao número apresentado. Na verdade, dependendo das condições

socioeconômicas de um dado país, a existência de uma grande população não será encarada como problema, mas como vantagem – maior mercado consumidor, maior força de trabalho etc.

O crescimento da população mundial está longe de alcançar um máximo possível para os recursos disponíveis sobre a Terra, mas a humanidade em si já se mobiliza em relação ao uso responsável dos recursos naturais do planeta, bem como em relação ao controle populacional. O problema não está exatamente no tamanho da população mundial, mas no modelo de produção e consumo de massa, que, difundido por toda humanidade, poderia exaurir o planeta.

Em um segundo momento, pode-se observar que o crescimento populacional tem sido enfrentado de modo diferente pelos Estados-nações que compõem o mundo. Realidades políticas, culturais e econômicas condicionam a forma como o problema pode ser enfrentado, daí serem observadas, ao mesmo tempo, nações com controle populacional ao lado de outras em que as taxas de crescimento ainda são muito altas.

Entretanto, o medo de uma *explosão demográfica* já não é algo tão significativo assim para a humanidade. A parte mais desenvolvida do mundo, que outrora se preocupou com este crescimento desmedido, hoje enfrenta outros problemas associados à população. A transferência da base produtiva dos chamados países centrais para os periféricos tem mobilizado a opinião pública nesses países centrais. Isso gera desemprego, que, aliado à crescente imigração de povos estrangeiros, agrava ainda mais o problema da falta de trabalho, enfrentado, principalmente, pelos jovens das nações mais abastadas.

Atualmente, temas como a transição demográfica, que gera um envelhecimento da população, e a questão da mobilidade populacional no planeta ganham muito mais destaque nas manchetes de jornais e preocupam sobremaneira a opinião pública de um modo geral.

Por fim, em sua última parte, a aula contemplou o que se pode chamar de uma releitura sobre os estudos de população no mundo. Se antes a população do mundo era dimensionada em dois

blocos, o dos países desenvolvidos e o dos países subdesenvolvidos, presentemente se observa maior heterogeneidade das características da população em escala planetária. Na verdade, existe uma tendência em se analisar a realidade de cada Estado-nação, pois a simples categorização entre ricos e pobres não contempla mais a possibilidade de entendimento sobre a diversidade populacional do mundo contemporâneo.

Informação sobre a próxima aula

A próxima aula trará uma leitura dos principais teóricos e das principais teorias desenvolvidas a respeito da temática população. O resgate dessas ideias tem seu início na Antiguidade, passando pela Idade Média, pela Idade Moderna, até chegar à realidade contemporânea. Deste modo, poderemos observar como surgiu e se desenvolveu a perspectiva *malthusiana* ou a *neomalthusiana*, que defendem o controle populacional do planeta; ou a perspectiva marxista, que defende a melhor distribuição de renda como principal antídoto contra o crescimento desmedido da população mundial.

Aula 2

Teorias demográficas

Ulisses Fernandes
Melissa Anjos

Meta da aula

Apresentar as teorias mais expressivas a respeito dos fenômenos populacionais, bem como o desenvolvimento do pensamento sobre o crescimento demográfico da Antiguidade até a Era Contemporânea.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer como se manifestou o crescimento populacional das primeiras ideias até a teoria malthusiana;
2. identificar a teoria neomalthusiana, em suas semelhanças e diferenças com sua teoria matriz: a teoria malthusiana;
3. relacionar a teoria marxista às outras teorias sobre crescimento demográfico, assim como sua conexão à economia capitalista.

INTRODUÇÃO

Antes de iniciarmos nosso estudo, é importante definirmos o que é demografia. Por demografia – do grego demo, que significa povo, e grafia, que significa descrição – entendemos a descrição ou estudo do povo/população. É a área da Geografia que estuda a dinâmica populacional humana. Seus estudos envolvem dados sobre natalidade, mortalidade, fecundidade, etc., abrangendo desde estudos individuais e dependentes até projetos para os diferentes níveis de governo.

Assim, por taxa de natalidade entende-se a relação entre o número de nascimentos ocorridos em um ano e a população absoluta (população total de um local). O resultado é, em geral, expresso por mil (número de nascimentos x 1.000 = taxa de natalidade).

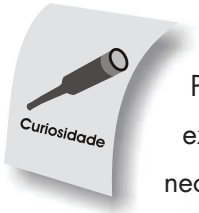
A taxa de mortalidade corresponde à relação entre o número de óbitos ocorridos em um ano e a população absoluta. O resultado é expresso por mil (número de óbitos x 1.000 = taxa de mortalidade).

Já a taxa de fecundidade relaciona-se à média de filhos por mulher na idade de reprodução.

Dito isso, a unidade básica da análise demográfica é o indivíduo. Os indivíduos nascem, crescem, se reproduzem e morrem. As taxas em que esses processos individuais ocorrem na população, designadas por taxas vitais (natalidade, mortalidade, fecundidade, etc.), determinam se a população aumenta, diminui, oscila ou se mantém estável. O meio ambiente afeta a população através da sua ação sobre as taxas vitais. Para compreender a resposta da população ao ambiente é necessário integrar a informação sobre as taxas vitais e ligá-las aos processos populacionais. Desde tempos remotos, há o interesse na busca pelo entendimento desse fenômeno. Assim sendo, nesta aula, descortinaremos as teorias mais significativas formuladas até os dias atuais para a compreensão do processo demográfico.

Das primeiras ideias à teoria malthusiana: evolução do pensamento sobre a população

O crescimento populacional é discutido desde a Antiguidade. Muitos estudiosos se preocuparam – e se preocupam – com a estabilidade entre a organização da sociedade, a dinâmica demográfica e a exploração dos recursos naturais. As medidas para aumentar ou diminuir o tamanho da população sempre se revezaram de acordo com as necessidades de cada época, fossem militares, econômicas ou sociais.



Por *recursos naturais* entende-se tudo o que existe na natureza e serve para satisfazer as necessidades da humanidade.

Os recursos naturais podem ser minerais, biológicos ou hídricos.

1) *minerais*: concentrações de minério cujas características fazem com que sua extração possa ser técnica e economicamente viável. Subdividem-se em metálicos (ferro, cobre, ouro, etc.) e não metálicos (quartzo, calcário, mármore, etc.). Nessa categoria também estão os recursos energéticos, que são todos aqueles recursos que, direta ou indiretamente, originam ou acumulam energia. Podem ser renováveis (vento, sol, marés, biomassa, etc.) ou não renováveis (carvão, petróleo, gás natural, etc.).

2) *biológicos*: matéria e energia que o ser humano pode obter a partir de outros seres vivos (agropecuários, florestais, marinhos);

3) *hídricos*: são as águas superficiais ou subterrâneas disponíveis para qualquer tipo de uso.

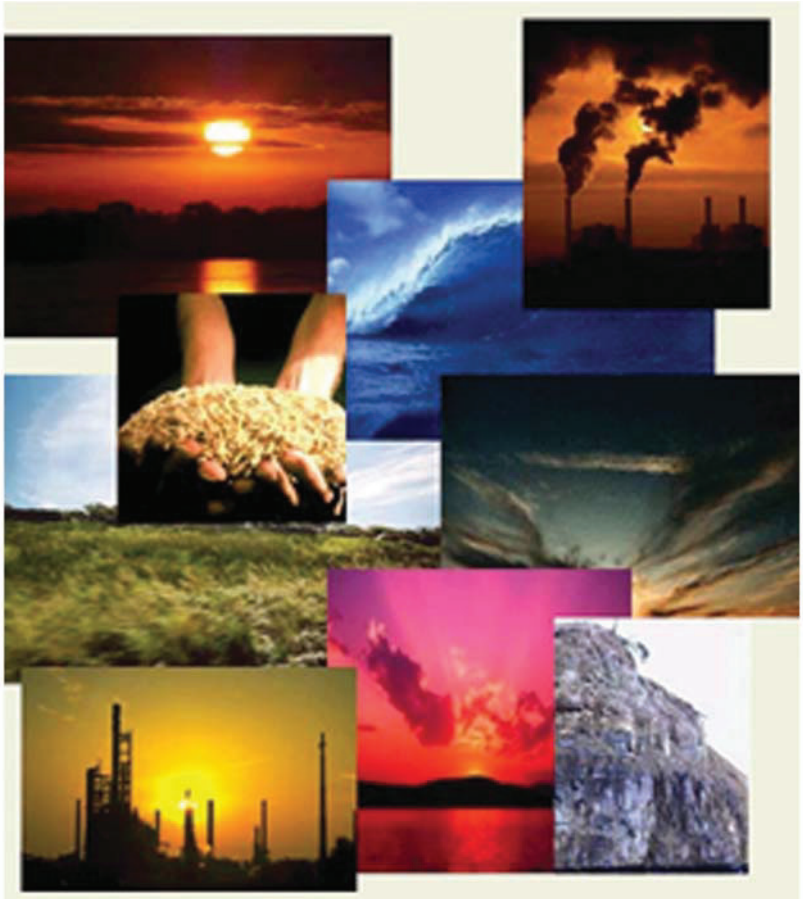


Figura 2.1: Na imagem, vemos uma compilação de recursos naturais minerais, biológicos e hídricos.
Fonte: http://blog.educacaoadventista.org.br/ensinodegeografia/index.php?op=post&idpost=17&titulo=Recursos+Naturais

Da Antiguidade Clássica (VIII a.C. a V d.C.) até a Idade Média (séculos V a XV d.C.), o aumento demográfico era incentivado tanto para questões trabalhistas quanto para questões políticas e militares. Isto é, se, por um lado, o grande número populacional serviria como mão de obra, por outro, esse mesmo número podia ser usado como prova da grandeza de um império e de sua força armada. Outro fator para o incentivo ao crescimento demográfico foram as enormes perdas causadas pelas epidemias, em especial a peste negra, que dizimou aproximadamente um terço da população da Europa no século XIV.

A Idade Moderna (séculos XV a XVIII d.C.) trouxe o mercantilismo e, com ele, as práticas econômicas que eram favoráveis ao crescimento populacional. Os estados mercantilistas incentivavam a expansão demográfica para formar um mercado de mão de obra que fosse grande o suficiente para baixar o custo do trabalho. Ou seja, quanto mais pessoas procurando emprego, mais baixo era o salário oferecido pelos empregadores. E sempre haveria gente desempregada: era o chamado exército de reserva.

Antiguidade Clássica: período da história da Europa que se estende aproximadamente do século VIII a.C., com o surgimento da poesia grega de Homero, à queda do Império Romano do Ocidente (476), no século V d.C. No eixo condutor dessa época estão os fatores culturais das suas civilizações mais marcantes, a Grécia e a Roma antigas.

Idade Média: período da história da Europa entre os séculos V e XV d.C. Caracterizou-se pela economia ruralizada, pelo enfraquecimento comercial, pela supremacia da Igreja Católica, pelo sistema de produção feudal e pela sociedade hierarquizada.

Mercantilismo: doutrina econômica do estado moderno que vigorou na Europa entre os séculos XVII e XVIII d.C, baseada no acúmulo de capitais. Para conseguir esse capital, o mercantilismo se baseou nos seguintes elementos:

a) balança comercial favorável: medida que visava à evasão monetária – a exportação maior que a importação auxiliava a manter as reservas de ouro;

b) metalismo (bulionismo): necessidade de acumular metais preciosos (ouro e prata);

c) intervencionismo estatal: forte intervenção do Estado na economia, com o intuito de desenvolver a produção agrícola, comercial e industrial;

d) monopólio: elemento essencial do protecionismo econômico – o Estado garante o exclusivismo comercial sobre um determinado produto e/ou uma determinada área.

O grande crescimento demográfico ocorrido entre os séculos XVIII e XIX d.C. proporcionou a elevação da produção de alimentos nos países em processo de industrialização, o que diminuiu a taxa de mortalidade, principalmente na Europa e nos Estados Unidos da América. Os índices de crescimento da população subiram, provocando discussões que culminaram em diversas teorias sobre o crescimento populacional. Foi nesse período que surgiu a primeira grande teoria demográfica: a teoria de Malthus.

"Malthusianismo" foi o nome pelo qual a teoria criada por Thomas Robert Malthus (1766-1834), economista e demógrafo inglês, ficou conhecida. Essa foi a primeira teoria populacional a relacionar o crescimento da população à fome e à miséria, afirmando que a população cresceria em ritmo mais acelerado que a produção de alimentos. Em 1798, Malthus publicou em seu primeiro livro *Ensayo sobre el princípio de la poblacion*, uma teoria demográfica que se apoiava basicamente em duas premissas: a) crescimento da população e b) produção de alimentos.

Figura 2.2: Capa da primeira edição em língua espanhola (1951) do primeiro livro publicado por Thomas Malthus, em 1798, *Ensayo sobre el princípio de la poblacion*.

Thomas Robert Malthus: filho de um culto e rico proprietário de terras, expôs suas teorias em dois livros sobre os princípios da população (1798 e 1803). Tanto o primeiro – apresentando uma crítica ao utopismo – quanto o segundo – com uma vasta elaboração de dados materiais – têm como princípio fundamental a hipótese de que as populações humanas crescem em velocidade muito maior do que os meios de garantir a sua subsistência.

Figura 2.3: Thomas Robert Malthus (1766-1834).
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Thomas_Malthus.jpg

De acordo com Malthus, se não houvesse guerras, epidemias e, entre outros fatores, desastres naturais, a população se duplicaria a cada 25 anos. Seu princípio fundamental era a hipótese de que as populações humanas crescem em progressão geométrica (P.G.), constituindo um fator variável que cresceria sem parar. Por outro lado, os meios de subsistência poderiam crescer somente em progressão aritmética (P.A.), possuindo certo limite de produção, por depender de um fator fixo: a própria extensão territorial dos continentes. É importante destacar que Malthus utilizou as noções de progressão apenas para ilustrar seu pensamento, porque sabia que essa relação não se faria segundo um rigor matemático.

Progressão geométrica: sequência numérica em que cada termo, a partir do segundo, é igual ao produto do termo anterior por uma constante **Q**. Essa constante **Q** é chamada razão da progressão geométrica. A letra **Q** foi escolhida por ser inicial da palavra quociente. Um exemplo de progressão geométrica: (2, 4, 8, 16, 32, 64, 128, ...), onde **Q** = 2.

Progressão aritmética: sequência numérica em que cada termo, a partir do segundo, é igual à soma do termo anterior com uma constante **R**. O número **R** é chamado de *razão* ou *diferença comum* da progressão aritmética. Um exemplo de progressão aritmética: (2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, ...), onde **R** = 2.

Da mesma maneira que Malthus verificou a tendência do aumento da população, procurou mostrar que essa mesma população é detida por alguns obstáculos, tais como: a) epidemias, guerras, fome e doenças; b) métodos contraceptivos, utilizados desde há muito tempo; e c) impedimento do casamento – também chamado de *sujeição moral* – enquanto o homem não tivesse recursos para sustentar e educar uma família. Para Malthus, a sujeição moral era a melhor medida para reduzir a taxa de natalidade, constituindo-se na base da sua teoria.

Contudo, vale assinalar que, apesar do impacto e da boa recepção da teoria malthusiana, existem alguns pontos negativos que merecem ser apontados. O que não quer dizer que a teoria de Malthus esteja absolutamente errada. Malthus não sabia para onde o mundo estava caminhando e não podia prever os inúmeros avanços tecnológicos que estariam por vir. Avanços esses que, se não derrubam, pelo menos apontam as falhas existentes em sua teoria.

Criticar suas ideias é fácil com todo o conhecimento disponível a favor dos analistas e pesquisadores nos dias atuais. Hoje se sabe que as previsões de crescimento da população em velocidade acelerada não se concretizaram, embora tenha havido uma explosão populacional em vários momentos. Se o crescimento demográfico tivesse ocorrido na proporção profetizada por Malthus, seríamos muitos mais do que somos no mundo.

Se o número de pessoas na Terra não cresceu da maneira esperada, por outro lado a produção de alimentos se acelerou graças ao desenvolvimento das técnicas e das descobertas científicas. Ou seja, mesmo que se considere uma área fixa de cultivo, a quantidade produzida aumentou, uma vez que a produtividade – que é a quantidade produzida por área, isto é, x toneladas de arroz por hectare, por exemplo – também se alargou.

A esse respeito, existe outro ponto falho. Malthus se apoiava no fato de as terras aptas para cultivo serem limitadas. Dessa maneira, se ocorresse um aumento desproporcional da população – que é um fator variável – se chegaria a um limite onde ocorreria uma renda decrescente. Ou seja, se tivessem mais pessoas para trabalhar que terras para serem cultivadas, haveria um contingente populacional passando por necessidades. Malthus não previu somente o desenvolvimento da ciência e da técnica aplicada à agricultura, como também negligenciou o desenvolvimento da economia em termos de sua diversificação, o que permite o surgimento de novas fontes de empregos.

O geógrafo Melhem Adas (1979) aponta que, com as possibilidades de outras frentes de trabalho, a agricultura libera mão de obra para as outras atividades, tanto do setor secundário quanto do setor terciário e, mais recentemente, do setor quaternário. Dessa maneira, a pressão da população sobre a terra diminui. A evolução da tecnologia agrícola tornou diversas áreas agricultáveis, o que afastou o temor malthusiano e a possibilidade de não haver alimento e trabalho para todos. Na verdade, não é a pressão da população sobre os recursos, ou sobre a terra, que existe. O problema está muito mais em termos da distribuição das terras entre as pessoas e da forma de utilização dessa terra.

Setor primário: conjunto de atividades econômicas que extraem e/ou produzem matéria-prima. Isso implica, geralmente, a transformação de recursos naturais em produtos primários. Os negócios importantes nesse setor incluem agricultura, pesca, pecuária, silvicultura, mineração em geral, entre outros.

Setor secundário: setor da economia que transforma a matéria-prima, extraída e ou produzida pelo setor primário, em produtos de consumo, ou em máquinas industriais (produtos a serem utilizados por outros estabelecimentos do setor secundário). A indústria e a construção civil são atividades desse setor.

Setor terciário: também conhecido como serviços, no contexto da economia, envolve a comercialização de produtos em geral e o oferecimento de serviços comerciais, pessoais ou comunitários a terceiros. Trata-se de um fenômeno em constante crescimento, que movimenta boa parte de nossa economia.

Setor quaternário: também chamado de terciário superior da economia. Basicamente inclui atividades como geração e compartilhamento de informação (computação e tecnologia da informação), telecomunicações, educação, pesquisa e desenvolvimento, planejamento, consultoria e outros serviços baseados no conhecimento.

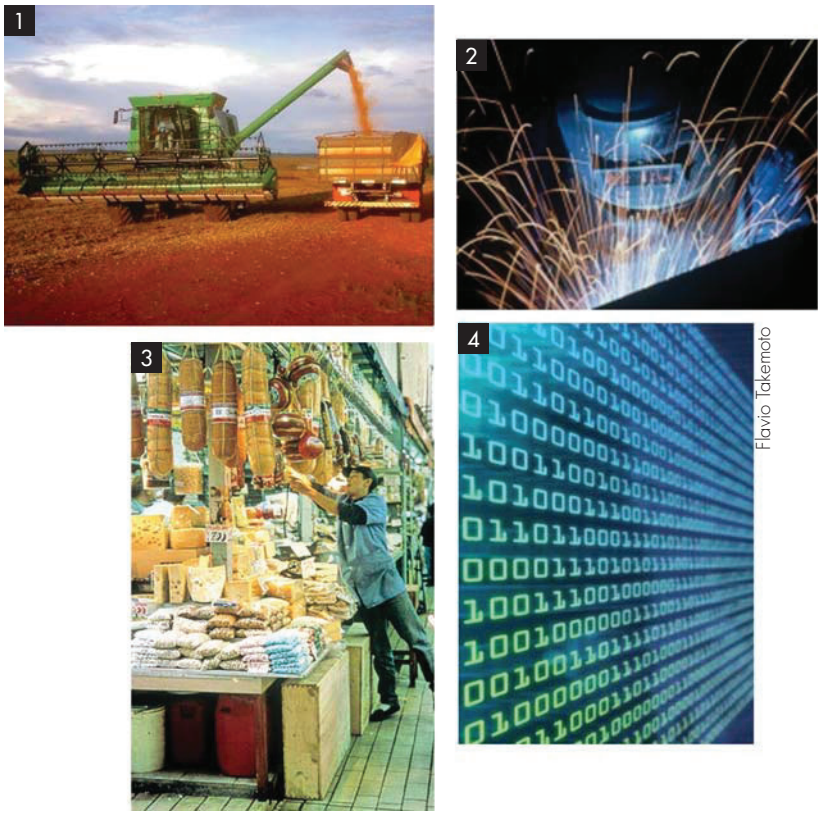


Figura 2.4: Os setores da economia: 1) setor primário; 2) setor secundário; 3) setor terciário; 4) setor quaternário.
Fontes: 1) http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/discovirtual/aulas/10821/imagens/agricultura.jpg; 2) http://ec.europa.eu/portugal/images/comissao/destaques/trabalhador_industria_metalurgica_pt.jpg; 3) http://www.brasil.gov.br/imagens/sobre/economia/setores-da-economia-1/comercio-e-servicos-e-o-setor-responsavel-por-mais-da-metade-do-pib-brasileiro; 4) http://www.sxc.hu/photo/1159613

Dito isso, não cabe aos estudiosos de hoje criticar Malthus veementemente, pois, quando o "malthusianismo" foi elaborado, parecia consistente. E, para a sua época, era mesmo, uma vez que os erros de previsão estão ligados, principalmente, às limitações desse período em questão. Malthus tirou suas conclusões partindo da observação do comportamento demográfico em uma determinada região, com população predominantemente rural, e as considerou válidas para todo o planeta no transcorrer da História, sem considerar os progressos técnicos advindos da natural evolução humana. Não previu os efeitos decorrentes da urbanização na evolução demográfica e do progresso tecnológico aplicado à agricultura. Também não previu o desperdício de terras dos grandes latifúndios

através do seu subaproveitamento. O que se percebe, então, é que o problema é muito mais de estrutura fundiária e de como ela é aproveitada do que de falta de terra. A fome de muitas populações provém dessa situação. Assim, os fatores econômicos e sociais são os que melhor explicam o problema em questão.

Atende ao Objetivo 1

1. A explosão demográfica, provocada pelo avanço da natalidade, em conjunto com o recuo da mortalidade, gerou preocupações nos estudiosos de demografia, levando a formulações de teorias que pudessem explicar o fato. Uma das teorias mais importantes foi a de Thomas Robert Malthus. Sintetize as ideias dessa teoria.

Resposta Comentada

Os alunos devem apontar para a crença de Malthus no crescimento da produção de alimentos em velocidade menor que a do crescimento da população, ou seja, a produção de alimentos crescendo em progressão aritmética, enquanto a população aumenta em progressão geométrica. Associado a isso, apontar para o crescimento da miséria e das doenças, fruto deste descompasso. Outro ponto importante é o impedimento do casamento como maneira de reduzir a população em número.

Malthus vive: a teoria neomalthusiana

As ideias defendidas por Thomas Malthus ultrapassaram o século XIX, adentraram o século XX e encontraram os países subdesenvolvidos em um crescente populacional. Esse aumento da população, aliado ao aumento da pobreza, da miséria, da fome, da mortalidade e, entre outros, do desemprego em massa, forneceu a base para a retomada do pensamento de Malthus. A atualização da *teoria populacional malthusiana* foi batizada de *teoria populacional neomalthusiana* (ou novo malthusianismo).

Assim, enquanto a teoria malthusiana relacionava o aumento da população à diminuição de alimentos, a teoria neomalthusiana relaciona população e crescimento ou desenvolvimento econômico, uma vez que a população jovem representa uma sobrecarga para a população economicamente ativa.

População economicamente ativa: é o potencial de mão de obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a soma da população ocupada com a população desocupada. Por população ocupada, entendem-se todos aqueles que trabalham e, por população desocupada, entendem-se todos aqueles que não têm trabalho mas estão dispostos a trabalhar, e, para isso, tomam alguma providência efetiva.

De acordo com essa teoria, o rápido crescimento demográfico dos países do então chamado Terceiro Mundo, resultante das altas taxas de natalidade, principalmente, a partir da década de 1950, modificou a estrutura da população em idades, ou seja, o número de jovens ultrapassou o número de pessoas em idade adulta. Em consequência, aumentaram os sacrifícios impostos à população

economicamente ativa que, nesses países, tem seu número reduzido. Também elevou os gastos governamentais com os serviços básicos de saúde, educação e alimentação, o que comprometeu a realização de investimentos nos setores produtivos e dificultou o desenvolvimento econômico.

Terceiro Mundo: essa expressão surgiu na época da Guerra Fria, denominando os países que não estavam nem do lado dos Estados Unidos da América (EUA) e nem do lado da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Ou seja, o *Primeiro Mundo* seria o dos países capitalistas desenvolvidos, o *Segundo Mundo* seria o dos países socialistas industrializados e o *Terceiro Mundo* seria o dos países capitalistas economicamente subdesenvolvidos e geopoliticamente não alinhados. Após o fim da URSS, o termo sofreu um gradual desuso, preferindo-se, hoje, usar os termos sinônimos *países em desenvolvimento* e *países emergentes*, ou mesmo *países subdesenvolvidos*, evidenciando o caráter econômico e social do povo.

Isto é, para os adeptos da teoria neomalthusiana, uma população numerosa seria um obstáculo ao desenvolvimento socioeconômico de um país, porque levaria à diminuição considerável dos recursos naturais, ao crescimento do desemprego e à pobreza. Por outro lado, segundo a teoria, era possível melhorar a produtividade da terra com o uso de novas tecnologias, assim como era possível reduzir a intensidade do crescimento da população através da adoção de políticas que visavam o controle de natalidade. Tais medidas ficaram conhecidas como *planejamento familiar*.

Segundo a geógrafa Amélia Damiani (2001), as políticas de controle de natalidade envolveram (e ainda envolvem) diversas entidades mundiais, tais como a Organização das Nações Unidas – ONU, com conferências sobre o tema; o Banco Mundial, com recursos monetários; o Fundo Monetário Internacional – FMI, com exigências de controle de natalidade como requisito para empréstimos aos países mais pobres; entre outras organizações públicas e privadas. Entre essas medidas denominadas de *planejamento familiar*, estão, por exemplo: esterilização maciça de populações pobres (como feito na Índia e na Colômbia); distribuição gratuita de anticoncepcionais; assistência médica para uso de dispositivos intrauterinos – DIUs e a divulgação do modelo de família nuclear (ou bem-sucedida) com no máximo dois filhos, nos meios comunicacionais de massa.

Planejamento familiar: conjunto de ações que têm como finalidade permitir às mulheres e aos homens escolherem quando e quantos filhos querem.

Esterilização: entendida como o ato ou efeito de tornar infértil e infecundo, isto é, impedir por meio cirúrgico a reprodução humana.

Anticoncepcionais: são medicamentos orais, injetáveis ou em formato de adesivos que inibem a ovulação, prevenindo a gravidez.

Dispositivo intrauterino: dispositivo anticoncepcional que é inserido no útero por um médico. Embora seja um método seguro, pode ter alguns efeitos secundários.

Dessa maneira, a base da questão está entre crescimento econômico e desenvolvimento social. Contudo, vários estudiosos têm opinião contrária a esse pensamento neomalthusiano. Para eles, a conceituação de desenvolvimento econômico utilizada pelos seguidores da teoria neomalthusiana é restrita. Enquanto os neomalthusianos defendem a ideia de que a diminuição do contingente populacional leva ao aumento da renda ***per capita***, gerando desenvolvimento econômico, para os contrários a essa teoria, desenvolvimento econômico é um processo bem mais dinâmico que implica ocorrência de mudanças sociais e mentais de toda uma população.

(Renda) per capita
Expressão latina que significa *por pessoa* ou *por cabeça*. Indicador que ajuda a saber o grau de desenvolvimento econômico de um país ou região. É calculada para o ano e mostra a renda média da população.

Assim, é a barreira institucional e a difusão e aceitação dessa ideia *população x desenvolvimento* que impedem o crescimento e desenvolvimento dos países, principalmente os países do chamado Terceiro Mundo, uma vez que o acréscimo populacional exerce pressão para que a organização socioeconômica se reformule, porque nada pode ser produzido sem a participação humana.

Atende ao Objetivo 2

2. Leia atentamente os dois textos a seguir:

> I – O excessivo crescimento populacional constitui causa fundamental da pobreza e poderá, inclusive, comprometer o futuro da humanidade, se não forem tomadas medidas para a sua contenção. Daí a necessidade de se generalizar o emprego dos diversos meios de controle da natalidade, principalmente nos países menos desenvolvidos, onde o crescimento populacional é elevado.

> II – A explosão demográfica não é a causa principal, mas antes seria a consequência do atraso econômico e social. Daí a necessidade de reformas econômicas e sociais para liberar forças produtivas inaproveitadas e melhorar a distribuição dos alimentos e dos recursos em geral.

Entre as alternativas a seguir, podemos afirmar que os dois textos anteriores:

a) tratam do mesmo tema (controle da natalidade), embora o primeiro seja mais abrangente que o segundo.

b) tratam do mesmo tema (explosão demográfica), embora refletindo posições diferentes.

c) são igualmente pessimistas com relação ao futuro da humanidade.

d) contradizem-se, embora apresentem soluções idênticas.

e) complementam-se, já que o segundo oferece soluções para o problema contido no primeiro.

Agora, comente sua resposta.

_____

_____

_____

_____

_____

Resposta Comentada

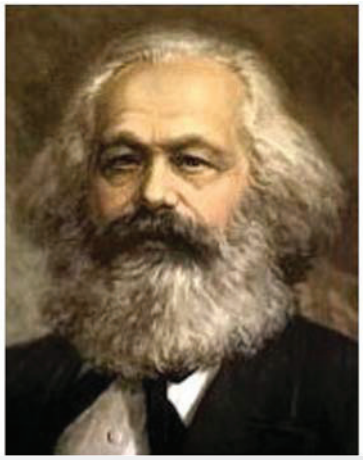
A resposta correta é a letra b. Ambos os textos tratam do mesmo tema, isto é, explosão demográfica, embora refletindo posições diferentes. Os textos retratam a explosão demográfica em uma visão *neomalthusiana*, que acredita que o crescimento populacional elevado leva ao declínio econômico devido à não adaptação ao processo produtivo.

Teoria marxista (ou reformista) da população

As ideias básicas da teoria marxista (ou reformista) são contrárias às de Thomas Malthus. Sua principal afirmação nega o princípio malthusiano, segundo o qual a superpopulação é a causa da pobreza. Para os adeptos dessa teoria, é a pobreza que gera a superpopulação. Além disso, a teoria sustenta que a causa da superpopulação é a forma de produção capitalista e que a sobrevivência desse sistema econômico exige um excesso relativo de população. Como justificativa, a teoria esclarece que o capitalismo precisa de uma parcela considerável da população permanentemente em estado de desemprego, evitando o encarecimento da mão de obra. Dessa forma, o sistema não permite que o crescimento da procura de mão de obra seja maior do que a oferta. Essa mão de obra excedente compõe o chamado *exército industrial de reserva*.

Exército industrial de reserva é um conceito desenvolvido por Karl Marx em sua crítica da economia política, referindo-se ao desemprego estrutural das economias capitalistas. O exército de reserva corresponde à força de trabalho que excede as necessidades da produção. Para o bom funcionamento do sistema de produção capitalista e da garantia do processo de acumulação, é necessário que parte da população ativa esteja permanentemente desempregada. Segundo a teoria marxista, esse contingente de desempregados atua como um inibidor das reivindicações dos trabalhadores e contribui para o rebaixamento dos salários.

Karl Marx, ao contrário de Thomas Malthus, defendia que a compreensão do crescimento populacional não deveria ficar limitada a uma lei abstrata, que seria mais apropriada aos animais e vegetais, uma vez que o homem interfere historicamente em seu destino. Na realidade, Marx é severo em sua crítica a Malthus e sua teoria que se fundamenta na relação entre *meios de subsistência* e *aumento populacional*.



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Marx_color2.jpg

Karl Heinrich Marx (1818-1883): intelectual e revolucionário alemão, fundador da doutrina comunista moderna. Marx foi herdeiro da filosofia alemã, considerado ao lado de Kant e Hegel um de seus grandes representantes. Compreendia o trabalho como a atividade social fundante da humanidade. Logo, entendia o homem enquanto ser social. Sendo os homens seres sociais, suas relações de produção e suas relações sociais fundam todo o processo de formação da humanidade. Essa compreensão e concepção do homem é radicalmente revolucionária em todos os sentidos, pois é a partir dela que Marx identificou a alienação do trabalho como a alienação fundante das demais. E foi com essa base filosófica que Marx compreendeu todas as demais ciências.

Apesar da crítica às ideias defendidas por Malthus, Marx e seus seguidores não negam o papel do crescimento numérico da população no desenvolvimento social. Porém, consideram que toda formação econômica e social tem as suas próprias leis demográficas. Consideram também que os processos de reprodução e de crescimento da população dependem de um conjunto complexo em que fatores socioeconômicos, históricos e biológicos atuam interligados. Dessa maneira, os teóricos marxistas se colocam contra o determinismo demográfico. Os marxistas consideram que só uma reestruturação fundamental da economia e da cultura dos países em vias de desenvolvimento pode liquidar a fome, a subalimentação e assegurar o bem-estar dos trabalhadores desses países. Ou seja, a miséria é a causa da falta de acesso à educação, à saúde, à higiene, etc., elementos que regulariam o crescimento populacional naturalmente. Por mais que tais medidas não signifiquem a extinção dos problemas, elas contribuiriam para o decréscimo destes, com certeza.

Para Marx, nas sociedades capitalistas, a riqueza se baseia na acumulação de mercadorias que, por sua vez, irão satisfazer as necessidades humanas. Assim, a utilidade de uma mercadoria faz com que este tenha um valor de uso. Como medir a grandeza do valor de uma mercadoria? Por meio da quantidade da substância criadora de valor nela contida: o trabalho. Por sua vez, a quantidade de trabalho abstrato é medida pelo tempo de sua duração. Nesse sentido, para Marx, o valor é determinado pelo tempo de trabalho abstrato socialmente necessário para a produção e reprodução de uma mercadoria.

Assim, para o sociólogo Nildo Viana (2006), o processo de acumulação de capital está intimamente ligado à dinâmica populacional. Marx ressalta que o crescimento do capital provoca um crescimento da demanda por força de trabalho. O processo de acumulação capitalista significa uma ampliação do mercado, dos investimentos, etc. As necessidades de acumulação capitalista podem superar o crescimento do número de trabalhadores e, isso ocorrendo, mantidas as mesmas condições do processo de acumulação, cria-se a tendência de elevação dos salários.

Nessas circunstâncias, o número de trabalhadores ocupados aumenta com o desenvolvimento da produção, mas em proporção decrescente à escala de produção. Para a apreensão desse fato, é preciso considerar que, no capitalismo, os mesmos meios utilizados no desenvolvimento da produção são usados na exploração e dominação da classe trabalhadora.

O acúmulo de capital derivado do aumento da produção gera investimentos no desenvolvimento de novas técnicas e de métodos de trabalho, exigindo maior número de maquinário, de matérias-primas e de força de trabalho, na mesma proporção. Entretanto, a maquinaria cria uma nova divisão do trabalho ao substituir o trabalhador adulto pelo trabalho feminino e/ou infantil em certas etapas de produção. Esse trabalhador substituído é obrigado a se sujeitar e aceitar formas de exploração ainda mais lesivas, tal como o aumento excessivo da jornada de trabalho, que termina por encurtar a vida do trabalhador, ou seja, esses trabalhadores acabam sendo expulsos do mercado, produzindo uma população miserável.

Você deve estar se perguntando: a teoria marxista (ou reformista) é válida ainda hoje? De acordo com o sociólogo Nildo Viana (2006), existem pelo menos três aspectos dessa teoria que podem – e devem – ser questionados. O primeiro deles se refere à abordagem marxista sobre o crescimento migratório (deslocamento da força de trabalho) e vegetativo (tendência das camadas mais pobres em se reproduzir com mais velocidade) somente da população trabalhadora. Marx se ateve à população trabalhadora por esta estar envolvida, determinada e ligada ao processo de acumulação de capital, uma vez que o que interessa é a produção e a reprodução da *força de trabalho* e do *exército industrial de reserva*, pois este exerce pressão constante para o decréscimo do nível salarial. E esse foco de análise é importante porque essa população trabalhadora constitui a maioria da população, logo seu crescimento também será maior que o das outras classes sociais.

O segundo aspecto diz respeito à análise realizada por Marx do capitalismo em um tempo estático, ou seja, em seu tempo.

Marx não estendeu seu período de análise para um tempo posterior ao seu. O capitalismo evolui ao longo do tempo, como qualquer outra prática. Portanto, sua análise não deve se ater somente a um período específico.

No terceiro e último aspecto, Marx não abordou as diferenças entre a dinâmica populacional nos países capitalistas desenvolvidos (o chamado *Primeiro Mundo*) e os países capitalistas subordinados (o chamado *Terceiro Mundo*). Enquanto, no primeiro, o número populacional diminuiu, no segundo, esse número aumentou. No entanto, essa diferença numérica só ocorreu muito tempo depois de Marx. Então, ele não poderia ter previsto esse acontecimento. Isso quer dizer que o desenvolvimento histórico desmente a teoria da população de Marx? A resposta é não, uma vez que as mudanças históricas podem ser integradas às análises.

Atende ao Objetivo 3

3. As teorias demográficas têm procurado explicar a relação existente entre crescimento populacional e desenvolvimento econômico. Qual a posição da teoria marxista sobre o crescimento da população?

Resposta Comentada

A resposta deve mostrar a apreensão do aluno a respeito do pensamento dos teóricos marxistas, que afirmam defender que a causa da superpopulação é o modo de produção capitalista e que a sobrevivência do capitalismo como sistema exige um excesso relativo da população. Tais teóricos consideram a miséria como o agente responsável pelo acelerado crescimento populacional. Por isso mesmo, defendem a necessidade de reformas socioeconômicas que permitam a melhoria do padrão de vida da população mais pobre.

CONCLUSÃO

Existem várias teorias que abordam a questão da reprodução da população humana em sociedade, seus determinantes e suas consequências. Dentre estas, duas chamam a atenção: o malthusianismo e o marxismo. E se destacam justo pelo poder persuasivo e pela aceitação geral como pressuposto de várias correntes de pensamento, tanto das áreas sociais quanto biológicas.

Assim, nosso objetivo foi apresentar, ainda que sumariamente, alguns elementos das contribuições clássicas do pensamento sobre população do economista político inglês Thomas Malthus e do filósofo e economista alemão Karl Marx. Ambas as teorias são tanto polêmicas como inspiradoras e iluminam os estudos e debates até os dias atuais. É importante destacar que se trata de duas teorias heurística, metodológica e filosoficamente opostas. De um lado, temos a reflexão subjetiva e idealista de um economista e sacerdote cristão, representante de uma importante fração da classe dominante, e de outro, a reflexão objetiva e materialista de um filósofo *mal visto* em seu tempo e considerado representante do proletariado ou da classe oprimida.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

1. A charge mostra que, desde a década de 1970, alguns dos elementos relacionados ao processo global de produção e consumo serviram como base para a explicação do problema da fome no mundo. A partir dessas informações:

a) Apresente uma explicação para o problema da fome no mundo, que conteste a lógica satirizada pela charge.

b) Identifique e explique qual teoria demográfica, amplamente divulgada por agentes políticos e econômicos das áreas centrais do planeta a partir do pós-Segunda Guerra, relaciona o crescimento populacional com a escassez de recursos naturais, o que pode agravar a fome no mundo.

_____

_____

_____

_____

_____

c) Responda qual teoria demográfica se contrapõe à informação fornecida pela charge ao afirmar que a pobreza não é consequência do crescimento populacional. Explique.

_____

_____

_____

_____

_____

Resposta Comentada

a) O aluno deve mostrar que, embora a charge faça uma sátira aos motivos comumente apontados como responsáveis pelo aumento da fome em âmbito mundial, ela não aponta a principal questão, que é a desigualdade de distribuição de renda nas escalas internacionais e intranacionais. Em outro sentido, a charge associa o aumento da população, especialmente nas camadas mais pobres, com o problema da fome, argumento que pode ser contestado pelo fato de que tal problema não se explica, simplesmente, pela falta de produção de alimentos e pela escassez de terras agricultáveis, mas sim pela sua distribuição desigual.

b) O aluno deve identificar, a partir da charge e do conteúdo da aula, a teoria neomalthusiana. Inspirados nos princípios da teoria malthusiana, os teóricos relacionam o crescimento populacional, em especial nos países subdesenvolvidos, com o meio ambiente, mais especificamente com a exploração e escassez de recursos naturais. De acordo com essa teoria, o aumento excessivo da população gera, além da pressão sobre os recursos naturais, uma enorme demanda de investimentos sociais em saúde e educação, aumentando o déficit público e deixando menos recursos para serem investidos em setores produtivos da economia.

c) O aluno deve apontar a teoria marxista e mostrar que, segunda essa teoria, o crescimento populacional não é o responsável pelo estado de pobreza e subdesenvolvimento. Na verdade, é o subdesenvolvimento que provoca o crescimento populacional excessivo. A solução, portanto, está na adoção de reformas sociais e econômicas que permitam elevar o padrão de vida para solucionar o excessivo crescimento populacional.

RESUMO

Na primeira parte da aula, dedicada ao pensamento sobre o crescimento demográfico da Antiguidade até a Era Contemporânea, apresentamos a primeira teoria mais expressiva sobre o crescimento populacional: a teoria malthusiana. Sempre houve preocupação sobre o crescente populacional. Contudo, as doenças, as guerras, a fome, etc. atuavam como um *controle natural*.

No século XVIII, com os problemas socioeconômicos decorrentes da Revolução Industrial, principalmente na Inglaterra, o economista e demógrafo inglês Thomas Robert Malthus expôs suas ideias a respeito do crescimento demográfico.

Para Malthus, a população, quando não contida por catástrofes naturais ou pela fome e miséria, cresceria em progressão geométrica e os alimentos cresceriam, na melhor das hipóteses, em progressão aritmética. A solução estaria no controle da natalidade, sendo que o referido controle deveria basear-se na sujeição moral do homem (casamentos tardios, abstinência sexual e castidade). Sua teoria é, portanto, nitidamente antinatalista e conservadora. Para Malthus, a fome e a miséria eram resultados do elevado crescimento populacional.

Hoje, sabe-se que suas previsões não se concretizaram: a população do planeta não duplicou a cada período predeterminado

de tempo e a produção de alimentos cresceu no mesmo ritmo do desenvolvimento tecnológico. Os erros dessa previsão estão ligados, principalmente, às limitações da época para a coleta de dados, já que Malthus tirou suas conclusões a partir da observação do comportamento demográfico em uma região limitada. Não previu os efeitos decorrentes da urbanização na evolução demográfica e do progresso tecnológico aplicado à agricultura.

Na segunda parte da aula, foi apresentada a segunda teoria mais expressiva: a teoria neomalthusiana. No pós-Segunda Guerra Mundial, a conjuntura socioeconômica estava marcada por taxas de crescimento demográfico muito elevadas nos países do chamado Terceiro Mundo, ao lado da situação de fome e miséria. Esse quadro contribuiu para o ressurgimento das ideias defendidas por Malthus. Os neomalthusianos, temerosos diante desse quadro assustador do Terceiro Mundo, passam a responsabilizar os países subdesenvolvidos e o elevado crescimento demográfico como os culpados pelo referido quadro de horror. A solução estava na implantação de políticas oficiais de controle de natalidade, mediante o emprego de esterilização, distribuição de contraceptivos, entre outros métodos.

A terceira parte da aula foi dedicada à teoria marxista (ou reformista). Ao contrário de Malthus e os neomalthusianos, que atribuem ao grande crescimento populacional do Terceiro Mundo a culpa pelo estado de pobreza e fome, os reformistas admitem que a situação de pobreza e subdesenvolvimento a que foi submetido o Terceiro Mundo é a responsável pelo excessivo crescimento demográfico e consequente estado de miséria.

Diante disso, os reformistas defendem a adoção de profundas reformas sociais e econômicas para superar os graves problemas do Terceiro Mundo. A redução do crescimento viria como consequência de tais reformas. Eles citam o exemplo dos próprios países desenvolvidos, cuja redução do crescimento só foi possível após a adoção de reformas socioeconômicas e a consequente melhoria do padrão de vida das suas populações.

Por fim, é possível afirmar que as teorias da população propostas por Thomas Malthus e Karl Marx são inteiramente opostas. Enquanto na primeira, idealista, a dinâmica da população é determinada subjetivamente, sendo seus determinantes de caráter individual e principalmente moral, na segunda, materialista, a dinâmica depende dos elementos do processo histórico objetivo, qual seja: a luta de classes, a produtividade do trabalho, a composição orgânica do capital, a acumulação de capital e suas contradições.

Informação sobre a próxima aula

A população mundial encontra-se desigualmente repartida na superfície terrestre. Fatores humanos e naturais influenciam a distribuição da população, sendo responsáveis pela existência de grandes vazios humanos, nos quais a presença do homem é rara, enquanto outras regiões são densamente povoadas, constituindo grandes focos de concentração demográfica. É este o tema da próxima aula, a saber: a distribuição da população sobre a Terra.

Aula 3

A população sobre a Terra: continuidades e descontinuidades do povoamento

Ulisses Fernandes
Melissa Anjos

Meta da aula

Apresentar as diferenças na distribuição da população sobre a superfície terrestre e as razões que levam à desigualdade desta espacialização da população mundial.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar os conceitos fundamentais que balizam o estudo sobre a distribuição da população na superfície terrestre;
2. reconhecer a heterogeneidade da distribuição da população sobre a Terra, bem como a importância deste estudo para a Geografia da População.

INTRODUÇÃO

Antes de tentar entender o porquê de esta temática ser considerada uma das mais fundamentais para os estudos de Geografia da População, é vital que se tenha sobre controle algumas conceituações básicas que permitam uma melhor compreensão sobre a abordagem a ser desenvolvida. Há, de fato, um conjunto de informações pertinentes à distribuição da população mundial que devem ser pré-assimiladas, sob pena de se verem criadas análises distorcidas ou ao menos prejudicadas no seu entendimento.

Sanja Gjenero

Fonte: http://www.sxc.hu/photo/1175613

Findo este passo, podemos caminhar no sentido de entender os distintos processos e fatores que estão associados às diferenças na continuidade e na descontinuidade da espacialização da população sobre a Terra. Esta compreensão é de suma importância para os estudos de população em Geografia, sendo uma demanda básica, visto associar a vida humana à sua respectiva existência sobre a Terra.

A população sobre a Terra: alguns conceitos fundamentais

Espaços ecúmenos e anecúmenos

Ecúmeno
Deriva do vocábulo ecumenismo, proveniente da palavra grega οἰκουμένη (*oikouméne*), designando "toda a terra habitada". Em um sentido amplo, pode designar a busca da unidade entre as religiões.

Anecúmeno
É justamente o oposto, já que o prefixo *an* traz a ideia de negação, ou seja, são as terras com dificuldades para serem habitadas.

Você sabe o que significa um *espaço* ***ecúmeno*** e, por oposição, um *espaço* ***anecúmeno***? Consultando um bom dicionário, você verá uma definição básica para *ecúmeno*: o conjunto de terras habitáveis da Terra. Este vocábulo dá uma ideia de totalidade, pois ambas as definições completam-se, visto que devemos entender que os espaços habitáveis do planeta são por demais heterogêneos.

Ao analisarmos a variável latitude para entender as paisagens do continente americano, poderemos observar *diversas paisagens, que variam devido à mudança da latitude (lembra das suas aulas de climatologia?)*. Serão vistas regiões de clima subpolar, frio, temperado e tropical, sendo que todas elas podem ser habitadas, umas mais outras menos, mas sempre com a possibilidade da existência do ser humano sobre a superfície.

A variação da latitude impõe diferenças muito grandes na forma como as paisagens naturais apresentam-se sobre a superfície da Terra. Na verdade, a latitude é um dos fatores do clima, ou seja, o conjunto de fatores que interfere no tipo de clima que será observado sobre a Terra.
No caso específico da latitude, podemos dizer que, quanto mais próximo ao equador do planeta, mais altas serão as temperaturas, de um modo geral, e quanto mais próximo aos polos, mais baixas serão as temperaturas, de um modo geral.

Figura 3.1: O continente americano – de polo a polo.
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Americas_(orthographic_projection).svg

Daí a ideia do ecúmeno agregar o conjunto de partes que formam um todo. Cada paisagem é fruto de muitas variáveis agregadas, os chamados fatores do clima, como a altitude, a continentalidade, a maritimidade, a ação das correntes marítimas e, principalmente, a latitude. Aos seres humanos coube, através da expressão racional da cultura, adaptarem-se a estes diferentes ***biomas***.

Decerto, algumas regiões do planeta carregam características que facilitam a presença humana, pois, no clima subpolar, em uma superfície coberta pela *tundra*, as condições de vida são muito mais difíceis que aquelas encontradas em áreas de clima temperado – onde naturalmente seriam encontrados campos e bosques temperados. E, se o clima das florestas tropicais e equatoriais é muito mais quente e úmido, lembre que nas regiões de altas latitudes, de clima frio, cobertas pela *taiga*, além da grande umidade, as temperaturas no verão ficam em média entre 5° e 10° Celsius.

Bioma
Um conjunto de diferentes ecossistemas, que possuem certo nível de homogeneidade. São as comunidades biológicas, ou seja, as populações de organismos da fauna e da flora interagindo entre si e interagindo também com o ambiente físico.

Figura 3.2: A tundra, composta por musgos e liquens, em Nunavut, um território setentrional canadense.
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nunavut_tundra_-a.jpg

Figura 3.3: A taiga, composta em grande parte por pinheiros, na península de Gaspé, próximo ao estuário do rio São Lourenço, no Canadá.
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Gasp%C3%A9_taiga.jpg

Então, surge uma pergunta bem plausível: existe um espaço ecúmeno ideal para o ser humano viver sobre a Terra? A resposta corresponde a um não retumbante, pois a cultura desenvolvida por cada povo, por cada sociedade, também advém das vantagens e desvantagens que cada território habitado apresenta, conforme a

paisagem natural encontrada. Técnicas de produção, criação de ferramentas, vestimentas, entre tantas outras habilidades, foram desenvolvidas pela capacidade intelectual humana, mediadas pelo meio físico que se apresentou aos indivíduos em múltiplas porções do planeta. Sendo assim, não haveria razão para concluir que haveria um espaço ecúmeno ideal para povoamento, como já fizeram crer um dia, os chamados *geógrafos determistas*. Estes achavam que o meio moldava o homem e a sua capacidade intelectual seria maior se vivesse em regiões temperadas do planeta, algo que justificará uma dominação colonial europeia sobre grande parte do mundo, a partir de meados do século XIX.

Determinismo geográfico é a concepção segundo a qual o meio ambiente define ou influencia fortemente a fisiologia e a psicologia humanas, de modo que seria possível explicar a história dos povos em função das relações de causa e efeito que se estabeleceriam na interação natureza/homem. Veja maiores informações no sítio eletrônico da Wikipédia: http://pt.wikipedia.org/wiki/Determinismo_geogr%C3%A1fico

Os espaços ecúmenos não são homogeneamente habitados, guardando diferenças entre si, as quais derivam de condições diversas, como as histórico-culturais, as econômicas e até mesmo as físicas. Por isso, apesar de reterem a maior parte da população da superfície terrestre, algumas áreas guardam limitações de povoamento, se comparadas a outras, sendo que algumas dessas áreas vão se destacar por apresentarem imensas concentrações populacionais. É o caso da *Europa ocidental*, a primeira porção do planeta a ser marcada por uma paisagem urbano-industrial; a região nordeste dos Estados Unidos da América, também marcada pelo desenvolvimento urbano-industrial; o sul-sudeste asiático, que envolve um arco de nações entre a Índia e a

China, sendo a maior parte desta população voltada para as atividades agrícolas no campo – esta porção do planeta concentra sozinha cerca da metade da população mundial, tendo sido retratada por alguns autores alarmistas como *formigueiro humano*.

Figura 3.4: Vista aérea de Paris, França, uma das principais capitais da Europa ocidental.
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Aerial_view_of_Paris.jpg

Figura 3.5: Imagem noturna de satélite do centro-oeste norte-americano, próximo aos Grandes Lagos.
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Midwestern_USA_at_Night_with_Aurora_Borealis_-_NASA_Earth_Observatory

Figura 3.6: Região de grande concentração de população rural, como esta, no Vietnã.
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Vumua.jpg

E os demais espaços, os que não são ecúmenos, como poderiam ser tratados? Por oposição, identifica-se o que se pode chamar de espaço anecúmeno, ou seja, aquele não propício ao desenvolvimento da vida, também representado por um todo de porções distintas da paisagem com características desfavoráveis à presença de grupos humanos. Entre estas paisagens podem ser identificadas as áreas de *altas montanhas*, as *regiões polares*, os *desertos* e as *grandes florestas* frias ou tropicais ou equatoriais. Aqui são encontrados os chamados vazios demográficos, ou seja, porções do território com baixíssima presença humana, como, por exemplo, no continente antártico. Mas, atenção, os vazios demográficos não são espaços obrigatoriamente desprovidos de população, pois, por mais adversas que sejam as condições físicas, a capacidade de adequação ao meio e, mais recentemente, o desenvolvimento técnico-científico da humanidade, permitem que alguns destes espaços sejam habitados, mesmo que em menor escala.

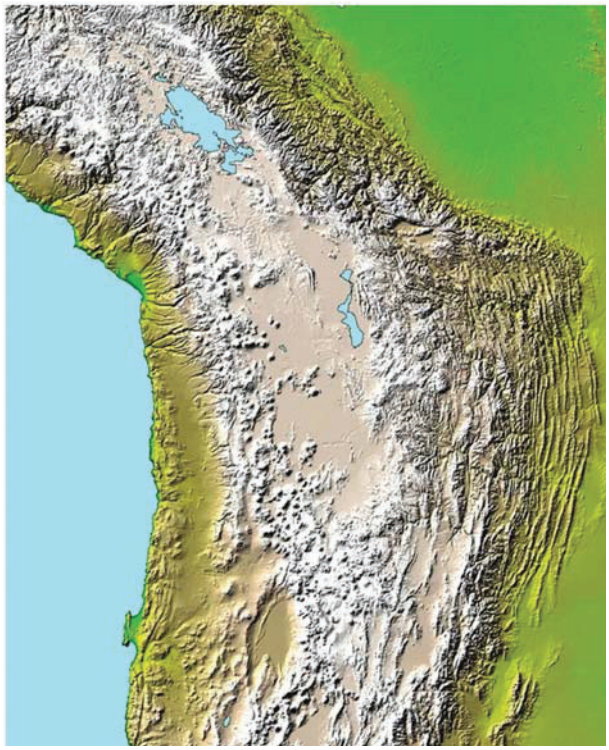


Figura 3.7: A imagem de satélite mostra a região do altiplano boliviano, na cordilheira dos Andes, na Bolívia. Nesta região, há grupos humanos vivendo em altitudes superiores a 4.000 metros.
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nasa_anden_altiplano.jpg

Figura 3.8: A imagem de satélite mostra a densa floresta equatorial, na Amazônia, Brasil.
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Aerial_view_of_the_Amazon_Rainforest.jpg

Figura 3.9: A foto mostra o oásis Gaberoun, no deserto do Saara, no sudoeste da Líbia.
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Alfejej_-_Oase_Gabrun,_Dattelpalmen.jpg

População absoluta e população relativa

Outra preciosa informação é saber diferenciar população absoluta de população relativa. A primeira expressão refere-se ao quantitativo total de população de um dado espaço territorial, que pode ser um bairro, uma cidade, um estado ou um país. Este número total depende de uma contagem, que normalmente é feita através de um censo demográfico, via de regra, a cargo de uma instituição pública, vinculada a um Estado-nação. No Brasil, o censo demográfico é feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A ONU, Organização das Nações Unidas, recomenda que os censos sejam feitos pelo menos de dez em dez anos. Eles são essenciais enquanto ferramenta de planejamento para ações dos Estados e dos organismos internacionais em prol do atendimento da população de um país ou de uma área qualquer do mundo. E atente para a seguinte informação: um país de população absoluta elevada será sempre chamado de país populoso; um país de população absoluta pequena será sempre chamado de país não populoso.

Veja informações sobre o último censo demográfico realizado no Brasil, o de 2010, no sítio eletrônico do IBGE. Acesse http://www.ibge.gov.br/censo2010/e aproveite para conhecer o trabalho desenvolvido pelo IBGE. Sempre será de grande valia para você que estuda Geografia.

O geógrafo francês Pierre-Jean Thumerelle (2001) faz considerações muito oportunas sobre a questão da população absoluta. É certo que a população de um Estado-nação, que nós comumente chamamos de país, pode variar muito conforme as suas características histórico-culturais e socioeconômicas, principalmente.

Um dado número de habitantes pode vir a ser positivo ou negativo, conforme as condições em que vivam estes mesmos habitantes. Já falamos sobre isso na primeira aula e você deve se recordar. Uma população de cerca de 300 milhões de habitantes, nos EUA, não é considerada um problema, pois grande parte dela possui um bom padrão de vida. Já a situação da Nigéria, com uma população de cerca de 150 milhões de habitantes, é extremamente grave, se considerarmos as condições adversas de vida da maior parte das pessoas ali existentes.

O planeta possui aproximadamente sete bilhões de habitantes, distribuídos em mais de duzentos países reconhecidos pela ONU. Poucos são os países que ultrapassam a casa dos cem milhões de habitantes, mas a lista desses países já é reveladora quanto à má distribuição da população do planeta. Veja a seguir esses números.

Tabela 3.1: Relação dos países com mais de cem milhões de habitantes

#	Nome do Estado Nacional	Habitantes (est. julho de 2010)
1	República Popular da China	1.336.718.015
2	Índia	1.189.172.906
3	Estados Unidos	313.232.044
4	Indonésia	245.613.043
5	Brasil	196.741.680
6	Paquistão	187.342.721
7	Bangladesh	158.570.535
8	Nigéria	155.215.573
9	Rússia	138.739.892
10	Japão	126.475.664
11	México	113.724.226

Fonte: Sítio eletrônico Wikipédia. Consulte a lista completa em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_pa%C3%ADses_por_popula%C3%A7%C3%A3o

Se você fizer as contas destes números apresentados rapidamente, verá que nesta lista de onze países temos bem mais do que a metade de toda a população do planeta. Esta já é uma prova cabal da má distribuição da população no planeta, mas há outra forma de expressar o tamanho da população, que é a população relativa.

A população relativa consiste na chamada densidade demográfica, que vem a ser o número médio de habitantes existentes em uma determinada área [bairro, cidade, estado, país, continente etc.]. Vamos ver um exemplo?

Uma cidade, com 5.000 habitantes residentes, possui uma área de 2.000 km². Qual a densidade demográfica dessa cidade?

Dados:

População: 5.000 habitantes

Área: 2.000 km²

Assim: $Dd = \frac{5.000}{2.000} = 2{,}5$ hab./km²

O resultado é um número médio, daí admitir uma casa decimal no exemplo dado: 2,5. E como toda média, ela nem sempre reflete a realidade. Uma vez mais, caímos na questão da má distribuição da população sobre uma área qualquer da superfície do planeta.

Quando olhamos o mapa com as densidades demográficas médias do Brasil, observamos um número de habitantes maior no litoral do que no interior do país. Também é perceptível que há maior concentração de pessoas ao redor das grandes cidades. No mapa a seguir, você pode ter uma ideia mais clara desta situação.

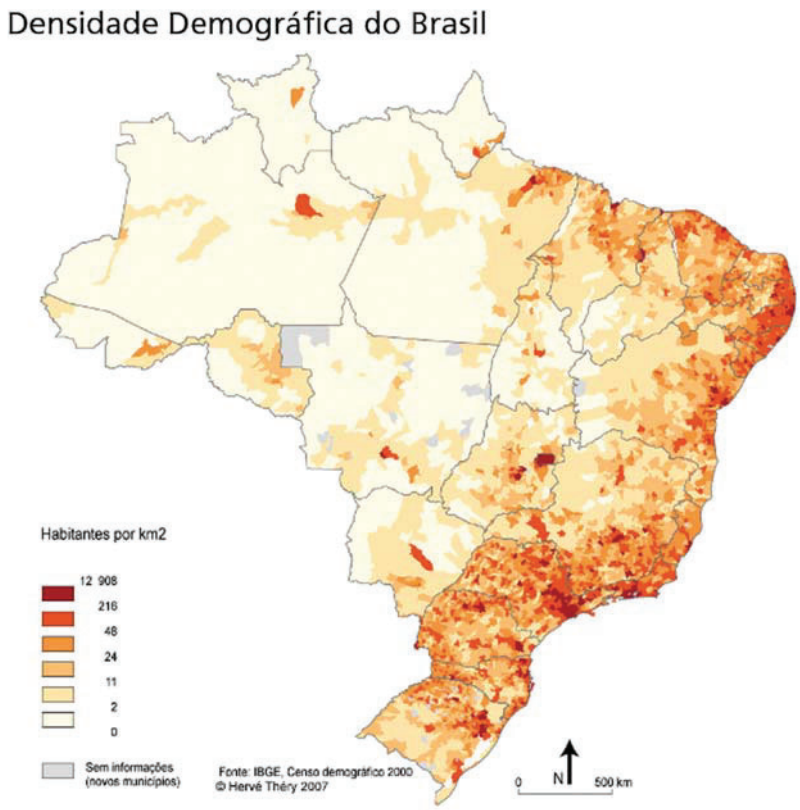


Figura 3.10: As cores mais escuras indicam maior densidade demográfica. Observe a maior concentração junto ao litoral e o grande vazio demográfico da região amazônica.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:ARCHELLA_E_THERY_Img_05.png

Observe agora o mapa com as densidades demográficas do mundo. A imagem disposta a seguir mostra uma densidade demográfica média relativa a cada país. Veja como, de um modo

geral, a população do planeta encontra-se mal distribuída. Há áreas com intensa concentração, como em alguns países da Ásia e da Europa; outras surgem com baixa densidade, como na Austrália e em quase todo o norte do planeta.

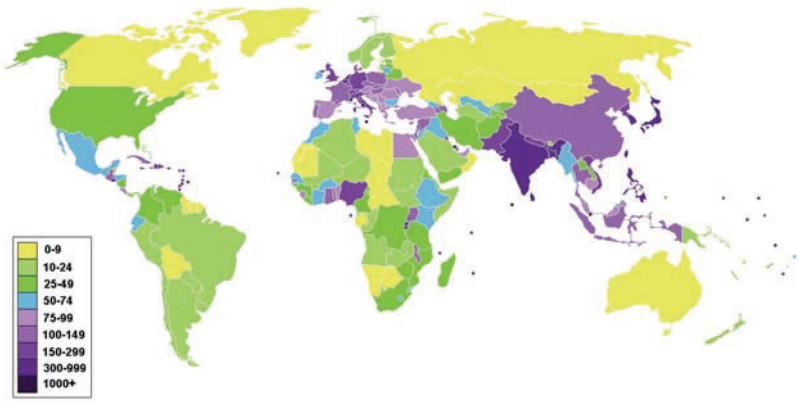


Figura 3.11: Veja as diferentes densidades demográficas de países do mundo todo.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:World_population_density_map.PNG

Na aferição das densidades demográfica, deve haver um cuidado básico com os países de tamanho diminuto. Eles acabam expressando valores absurdos, por vezes. Veja dois exemplos comparativos:

Dados do Brasil:
População aproximada: 196.000.000 hab.
Área aproximada: 8.500.000 km²

$$Dd = \frac{196.000.000}{8.500.000} = 23 \text{ hab./km}^2$$

Dados de Mônaco:
População aproximada: 32.000 hab.
Área aproximada: 2 km²

$$Dd = \frac{32.000}{2} = 16.000 \text{ hab./km}^2$$

Mônaco é um país europeu, bem diminuto, encravado no litoral mediterrâneo francês. Trata-se de um dos menores países do mundo, apesar de ser bem conhecido, pois em seu território é realizada uma tradicional corrida de automóveis. O pequeno principado de Mônaco tem dados de densidade demográfica bem superiores aos do Brasil, um dos países com maior área territorial do planeta. Daí resulta uma lição: países de elevada população relativa [densidade demográfica] serão sempre chamados de densamente povoados, que é o caso de Mônaco; países de pequena população relativa [densidade demográfica] serão sempre chamados de fracamente povoados, que é o caso do Brasil.

E é na associação entre a dimensão do território e o tamanho da população que se pode verificar as diferenças existentes. Dependendo desta associação, poderemos ter exemplos bem distintos. Vejamos mais dois exemplos:

Dados da Índia:
População aproximada: 1.100.000.000 hab.
Área aproximada: 3.300.000 km²

$$Dd = \frac{1.100.000.000}{3.300.000} = 320 \text{ hab./km}^2$$

Dados do Cazaquistão:
População aproximada: 15.000.000 hab.
Área aproximada: 2.700.000 km²

$$Dd = \frac{15.000.000}{2.700.000} = 5 \text{ hab./km}^2$$

Completando os exemplos, podemos chegar a quatro situações básicas:

1ª) Países como o Brasil: populosos e fracamente povoados.

2ª) Países como Mônaco: não populosos e densamente povoados.

3ª) Países como a Índia: populosos e densamente povoados.

4ª) Países como o Cazaquistão: não populosos e fracamente povoados.

Por último, um entendimento necessário: não há um limite para estabelecer qual número determinará se um país é populoso ou não populoso; ou qual número definirá a partir de quando ele é fracamente ou densamente povoado. Na verdade, o que veremos a seguir, no próximo tópico, diz respeito a esta ideia. Não existe um número mágico, e as expressões dadas chamam mais a atenção pelos seus extremos, para mais ou para menos. Resta, portanto, saber a validade de sua aplicação ou não.

Atende ao Objetivo 1

1. Agora vamos exercitar alguns conceitos, observando com atenção os seguintes dados de dois países do mundo:

País	**População**	**Área (km²)**
Israel	6.276.883	20.770
Rússia	143.420.309	17.075.200

Agora responda:

a) Qual destes dois países pode ser considerado populoso?

_____

b) Qual destes dois países pode ser considerado densamente povoado?

_____

Resposta Comentada

Você deve realizar o cálculo da densidade demográfica, fazendo uma razão entre a população absoluta e a área dos países indicados. Na primeira pergunta, deve prevalecer a capacidade de análise do aluno, após a leitura do primeiro objetivo da aula. O país populoso é aquele que apresenta a maior população, no caso, a Rússia. Na segunda resposta, o aluno deve atentar que a média é estabelecida na razão entre população e área, o que faz com que o Estado de Israel seja o de maior densidade demográfica, ou seja, o mais densamente povoado.

Devemos considerar que uma área densamente povoada não necessariamente é superpovoada, visto que o conceito de superpovoamento não se limita apenas à expressão numérica da densidade demográfica, ou seja, a razão entre a população total e á área superficial de um dado território. O nível de desenvolvimento técnico e científico também é fundamental nesta análise, pois é ele que determina uma maior capacidade produtiva e de desenvolvimento social de uma dada população. Por isso, como já dito antes, um Estado-nação de grande população, como os EUA, não é considerado como superpovoado. Por outro lado, um país africano de população dez vezes menor que a dos EUA pode ser considerado superpovoado, pois a condição de vida de seus habitantes é muito precária. Assim, devemos considerar que não há vinculação direta entre superpovoamento e densidade demográfica, pois um país fracamente povoado pode ser considerado superpovoado.

Quando identificamos países com grande população absoluta e população relativa, além de precariedade significativa das condições de vida locais, tendemos a tratá-los como superpopulosos – é o caso da Índia e de Bangladesh. Repare que o conceito é conflitante, pois muitos estudiosos chamam de superpopulação a toda e qualquer população de tamanho exagerado.
De fato, ainda com o exemplo dos EUA, podemos não considerar que esta população seja grande para a capacidade produtiva do país, mas isto não impede outra análise: o grau de consumo ali presente é muito elevado e isto contribui para a aceleração das desigualdades mundiais e coloca em risco a própria existência dos recursos naturais do planeta.
Já um país como o Brasil, que ainda apresenta níveis de pobreza razoáveis, tende a ser considerado superpopuloso. A superpopulação do Brasil existiria, mesmo aqui não havendo uma elevada densidade demográfica, justamente por conta da pobreza que ainda se manifesta em alguns segmentos sociais e regiões do país.

Continuidades e descontinuidades do povoamento sobre a Terra

Considerando as ideias de Pierre-Jean Thumerelle (2001), deve-se considerar que o crescimento demográfico presente no planeta como um todo é dinâmico, sendo muito diversificado, de acordo com os contextos regionais ou nacionais. Embora a questão da distribuição da população pelos diferentes espaços da esfera terrestre seja vital, não é aquela que deve ser exatamente única e

fundamental aos estudos geográficos de população. Se a repartição dos homens é importante para o planejamento de ações públicas nacionais ou de organismos internacionais, não se pode reduzir o estudo geográfico da população ao de sua distribuição no espaço apenas. Há outras questões que devem ser consideradas e que envolvem a permanente interação entre as dimensões territorial e social do homem sobre a Terra.

Ainda na visão do autor citado, as grandes questões de população da atualidade já não têm muito a ver com um inventário de densidades demográficas, que eram utilizadas pela Geografia clássica como forma de demonstrar diferenças de ocupação regional da população. Hoje se procura dar uma ênfase maior ao processo desigual de acumulação dos seres humanos sobre a Terra e aos efeitos das diferenças de crescimento de população nos modos e nas formas de dispersão ou concentração existentes no planeta. Na próxima aula, por sinal, trataremos de um desses efeitos específicos, aquele que diz respeito à coexistência de formas distintas de ocupação humana expressas no campo e na cidade.

Se olharmos para o planisfério com as densidades demográficas médias expressas, veremos pontos isolados ou manchas mais intensas destacando a concentração da população. Grandes áreas apresentarão baixas densidades demográficas. Há muito tempo esta condição tem interessado aos estudiosos de população, visto ser o estudo da distribuição dos homens sobre a Terra, o estudo da localização das descontinuidades do povoamento, como também das configurações e densidades, e ainda o das polaridades.

Como nos ensina Thumerelle (2001), pode-se comparar a distribuição da população no planeta à distribuição das estrelas no universo. A aglomeração pode se apresentar em pontos isolados, como estrelas, em grupos ou em manchas, como as nebulosas, e, sobretudo, em grandes vazios. Compare as duas figuras a seguir e observe a semelhança. Mas fica a pergunta: não haveria uma grande diferença na distribuição presente entre as duas imagens?

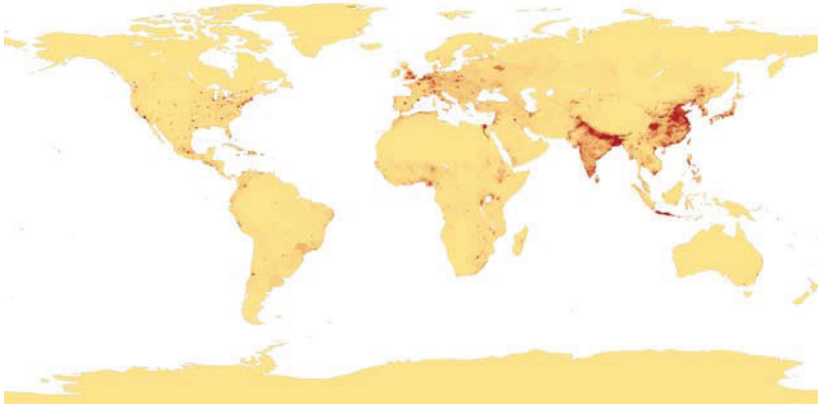


Figura 3.12: Densidade populacional do mundo. As maiores concentrações populacionais têm tons mais escuros.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Population_density.png

Figura 3.13: Imagem de um recorte do universo.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:M45_filip.jpg

Ao contrário do universo, cujas transformações são imperceptíveis ao olho do homem e onde as estrelas e nebulosas ocupam sempre o mesmo lugar, o mapa do povoamento terrestre está longe de ser estático. As configurações da distribuição estão sempre mudando, com as massas de concentração diminuindo em algumas porções e aumentando em outras. Esta dinâmica é, de fato, uma das mais

importantes leituras que devemos fazer a respeito da espacialização do homem sobre a superfície terrestre. É uma sutil diferença. Antes de nos preocuparmos em olhar e fixar as diferenças da distribuição dos homens sobre a Terra, devemos acompanhar, ao longo do tempo, as transformações dessa distribuição populacional.

Em respeito à distribuição da população, outro assunto deve chamar a nossa atenção: a fidelidade dos dados. Como já vimos, a contagem da população deve ser feita pelos Estados-nações na forma de recenseamentos. Já falamos sobre o recenseamento no Brasil, que é feito pelo IBGE, uma instituição criada a mais de setenta anos para, entre outras funções, contar periodicamente a população brasileira. Agora imagine fazer esta contagem na Índia ou China, países com mais de um bilhão de habitantes? E na África, onde a ***penúria*** é uma constante, como devem proceder aos governantes destes países em relação aos censos demográficos? Podemos confiar nos dados produzidos por estas nações?

Penúria
Miséria extrema; privação do que é necessário; pobreza.

Na verdade, não existe um quadro muito confiável sobre o tamanho e a distribuição da população mundial. Dizer que o planeta possui sete bilhões de habitantes é mais uma estimativa do que uma certeza. Não são muitos os países que possuem um recenseamento recente, enquanto outros sequer realizaram um censo completo de sua população em algum momento. O mapa a seguir mostra claramente em quais países os dados censitários são considerados excelentes ou satisfatórios, bem como onde são ruins ou nem foram realizados. Dois graves problemas se agrupam aqui: um diz respeito à confiabilidade dos dados; outro diz respeito à qualidade desses mesmos dados.

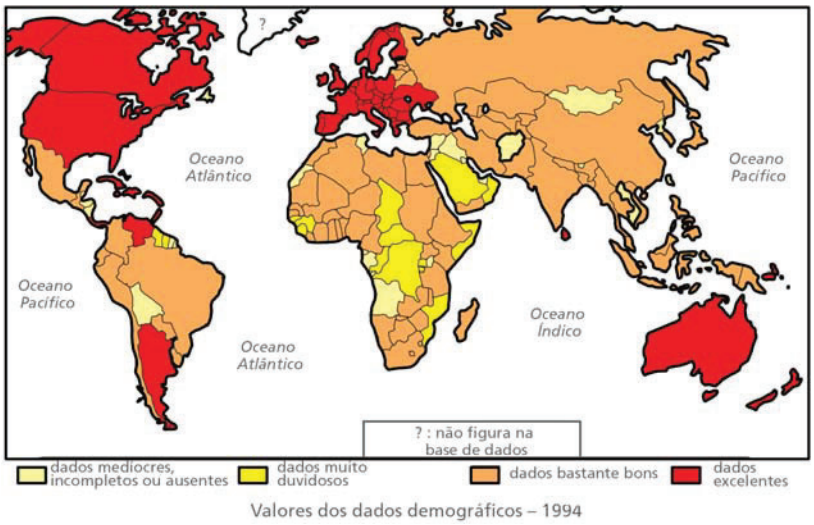


Figura 3.14: Confiabilidade dos censos demográficos – 1994.
Fonte: THUMERELLE, Pierre-Jean. *As populações do mundo*. Lisboa: Piaget, 2001.

Veja no sítio eletrônico do jornal *Gazeta do Povo*, do Paraná, reportagem alusiva ao recenseamento da população chinesa, realizado em 2010. Imagine só: foram recenseados 400 milhões de lares! Acesse o link: http://www.gazetadopovo.com.br/mundo/conteudo.phtml?id=1063610.

Na última década do século passado, consideravam-se como satisfatórios cerca de dois terços dos dados disponíveis em países considerados em desenvolvimento. Por outro lado, a maior parte dos dados coletados corresponde a grupamentos por *divisões administrativas*, o que é comum na maioria dos Estados-nações. A noção de grupo social, cultural ou étnico pode ficar comprometida nesta forma de tabulação dos dados. Outro problema diz respeito ao ambiente físico, pois as fronteiras normalmente ignoram estes

critérios. Populações em tamanhos iguais em ambientes diferentes requerem tratamento diferente e, portanto, ações de planejamento público específicas. Exemplo: considere um estado brasileiro como a Paraíba, onde o ambiente físico varia muito do litoral, que é úmido, para o interior, que é semiárido. As ações públicas não podem convergir de modo igual para todo o estado, mesmo que a população estivesse homogeneamente distribuída. A porção semiárida do território tem limitações específicas e precisa ser tratada de modo a melhorar as condições de vida locais.

Leia sobre as divisões administrativas encontradas em diferentes Estados-nações no sítio eletrônico da Wikipédia. No Brasil, o território é dividido em estados, que são divididos em municípios, que por sua vez podem ser divididos em distritos. A cidade é sempre o principal distrito de um município. Isso funciona dessa forma no Brasil, mas como será em outros países do mundo? Acesse: http://pt.wikipedia.org/wiki/Divis%C3%A3o_administrativa.

Por fim, se questionamos a validade da discussão acerca da distribuição da população sobre a superfície do planeta, torna-se importante avaliar o uso da densidade demográfica como indicativo da distribuição da população nos diferentes Estados-nações. Devemos ou não manter o seu uso? A resposta leva-nos uma vez mais a recorrer ao geógrafo Pierre-Jean Thumerelle, como veremos a seguir.

Desde cedo, aprendemos que o hemisfério Norte do planeta é o *hemisfério das terras* e o hemisfério Sul é o *hemisfério das águas*. Se as terras emersas estão concentradas no norte do planeta, isto em

parte explica a razão de termos cerca de dois terços dos habitantes da Terra ali presentes. E no chamado *Velho Mundo*, encontramos cerca de oitenta e cinco por cento de toda a população mundial. Divididos os continentes, veremos que mais de sessenta por cento dos seres humanos estão vivendo na Ásia, excluindo a ex-URSS, o que representa pouco mais de vinte por cento das terras emersas do planeta; dez por cento da população vive na Europa, excluindo uma vez mais a antiga URSS, onde temos quatro por cento das terras emersas; e o mais incrível: os restantes trinta por cento da população mundial encontram-se distribuídos pelas demais massas continentais e insulares, ou seja, cerca de setenta e cinco por cento do total.

O Velho Mundo correspondia às terras conhecidas pela chamada civilização ocidental até o fim da Idade Média. Representava basicamente a Europa e partes da África e da Ásia. Entenda mais sobre este assunto no sítio eletrônico: http://www.mundoeducacao.com.br/geografia/a-divisao-mundo-acordocom-visao-eurocentrista.htm.

A antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) era um Estado socialista, que existiu entre 1922 e 1991. Este Estado foi criado a partir da tomada do poder pelos comunistas na Rússia, em 1917, que depois alastraram sua revolução e anexaram ao seu controle outros Estados da Europa e da Ásia. Após a Segunda Grande Guerra Mundial, a URSS passou a rivalizar com os EUA, o que ficou

conhecido como Guerra Fria, na verdade expressando a disputa bipolar entre as duas superpotências pelo controle do mundo. O desgaste do modelo socialista de produção levou ao desmembramento do Estado, o que gerou a formação de quinze novos Estados-nações, entre eles a Rússia, a Ucrânia e o Cazaquistão.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:800px-Soviet_Union.PNG

As densidades demográficas existentes na Europa e na Ásia – excluindo uma vez mais a antiga URSS – chegam a 100 hab./km², enquanto este número não chega a 3 hab./km² na Oceania. Se considerarmos os Estados-nações, os números podem variar de cerca de 16.000 hab./km² em Mônaco a 1 hab./km² na Mongólia. No caso específico dos Estados-nações, a medida da concentração não está separada da geopolítica, pois a partição da população é que define a ação das políticas de população, principalmente através dos organismos internacionais. Comparam-se nações com densidades muito diferentes, que variam de microestados, como Mônaco, a gigantes continentais como o Brasil. Mas o Estado é uma realidade humana insuperável, razão de não se poder desprezar por completo os dados de quantificação de população associados a este.

Decerto, só deveriam ser comparados Estados de mesma grandeza, mas a realidade do mundo combina microestados com gigantes continentais. Mesmo observando este paradoxo, temos de levar em conta a escala dos Estados, ou seja, devemos considerar a importância da manutenção desses números. As dimensões dos Estados são tão variadas que as estatísticas mesclam observações de cidades-estado com populações semicontinentais. No entanto, como dito por Thumerelle (2001), o Estado é um limite de primeira grandeza, incontornável quanto à Geografia da População, dado que é no seu seio que se organizam as sociedades.

Atende ao Objetivo 2

2. Observe com atenção os dados da tabela e responda as perguntas a seguir.

Tabela 3.2: Países e territórios com densidade demográfica (D.D.) superior a 1.000 hab./km²

Pos.	País	População	Área (km²)	Densidade
–	**Mundo**	**6.445.515.670**	**148.940.000**	**44**
1	Mônaco	32.409	1,95	16.620
2	Singapura	4.425.720	692,7	6.389
–	Gibraltar	27.884	6,5	4.289
3	Vaticano	921	0,44	2.093
4	Malta	398.534	316	1.261
–	Bermudas	65.365	53,3	1.226
5	Maldivas	349.106	300	1.163
6	Bahrein	688.345	665	1.035
7	Bangladesh	144.319.628	144.000	1.002

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_pa%C3%ADses_por_densidade_populacional

a) O que justifica uma densidade demográfica tão alta para os oito primeiros países e territórios desta lista?

b) A área territorial de Bangladesh é bem superior a dos demais Estados-nações e territórios. O que faz, então, com que figure nesta lista dos países com densidade demográfica superior a 1.000 hab./km²?

Resposta Comentada

No item a, você deve ser capaz de observar que a área territorial dos Estados e territórios apresentados é muito diminuta. No caso, todos têm áreas territoriais muito baixas, inferiores a 1.000 km². Ao efetuar a razão entre as populações e as superfícies territoriais tão pequenas, temos números elevados como resultado.

No item B, o raciocínio é o mesmo, mas deve levar em conta que Bangladesh tem uma área territorial razoável, compatível com a da Grécia, por exemplo. Porém, o tamanho de sua população é muito elevado, figurando entre as maiores do mundo. A razão entre população e área territorial produz, assim, um número também elevado.

CONCLUSÃO

A distribuição da população mundial sobre a superfície terrestre está longe de ser homogênea. Pelo contrário, ao analisar a diferença entre espaços ecúmenos e anecúmenos, bem como os dados de população relativa e população absoluta, chegamos à conclusão de que há uma forte heterogeneidade nesta distribuição.

Não se pode fazer um estudo da distribuição da população mundial fincado apenas no relato comparativo dos números e da sua simples espacialização. Os estudos devem avançar no intuito de entender as razões desta distribuição. Por outro lado, a escala dos Estados deve ser mantida na análise dos dados, pois é o caráter geopolítico, expresso na existência dos diferentes Estados, que viabiliza a ação das políticas públicas voltadas para a população.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Reveja com atenção o mapa relativo à ***Figura 3.10*** e responda o que se pede.

Sabe-se que, pelo censo demográfico de 2010, o Brasil possui cerca de 196 milhões de habitantes, distribuídos por uma área territorial de aproximadamente 8,5 milhões de km². Isto representa uma densidade demográfica de aproximadamente 23 hab./km². A partir destes dados, pode-se afirmar que o Brasil tem sua população mal distribuída porque é fracamente povoado? Justifique sua resposta.

_____

_____

_____

_____

_____

Resposta Comentada

Você deve fazer a dissociação entre as duas informações. De fato, o Brasil tem sua população mal distribuída e é fracamente povoado, mas não há uma relação de causa e efeito entre os dois fenômenos. O país poderia ser fracamente povoado e ter uma população bem distribuída, se os fatores naturais, históricos, econômicos e sociais tivessem convergido de forma equilibrada de modo a proporcionar uma distribuição homogênea. Mas não é caso, razão de ser da heterogeneidade da distribuição da população brasileira pelo seu território.

RESUMO

Em sua primeira parte, a aula focou sobre alguns conceitos fundamentais: o que relaciona espaços ecúmenos e anecúmenos, propícios ou não propícios ao desenvolvimento da vida, razão de existirem áreas do planeta com grande concentração de população e outras com grandes vazios demográficos; abordou a diferença entre população absoluta, que é o total dos habitantes de uma dada unidade administrativa e população relativa, que é a densidade demográfica expressa pela razão entre a população total e a área

superficial de uma dada unidade administrativa; na diferença entre superpopulação e superpovoamento, sendo o primeiro termo relativo ao tamanho excessivo de uma dada população em um determinado território e o segundo relativo ao fato de que uma população, mesmo pequena, pode ser demasiada para um território, caso neste não se encontrem condições de se atender às necessidades desta mesma população.

Na segunda parte da aula, observou-se que o estudo da distribuição da população mundial deve avançar para além da expressão de simples dados comparativos, com a análise do processo desigual de acumulação da população nas diferentes porções do mundo justificada por diferentes fatores, como os naturais, históricos, econômicos e sociais. Observou-se também que os dados de população existentes no mundo não são de todo confiáveis e que a análise de dados relativos aos diferentes Estados-nações deve ser considerada ainda, pois é no arranjo geopolítico do mundo que se definem políticas públicas de atendimento às necessidades da população.

Informação sobre a próxima aula

A próxima aula possibilitará um avanço em relação à temática aqui desenvolvida, pois expressará as diferenças nos modos de ocupação do planeta, comparando os processos de rarefação e concentração da população. O primeiro está associado a uma ocupação da população no campo e o segundo está associado a uma ocupação da população na cidade.

Aula 4

Rarefação e densificação da população (o rural e o urbano)

Ulisses Fernandes
Melissa Anjos

Meta da aula

Apresentar as diferenças na ocupação do planeta, comparando os processos de rarefação nas áreas rurais e de concentração da população nos perímetros urbanos.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a importância da zona rural na acomodação da população nas mais diferentes localidades e sua participação no desenvolvimento das cidades;
2. identificar como acontece o processo de transformação das áreas rurais em áreas urbanas e como a urbanização contribuiu para o crescimento populacional.

INTRODUÇÃO

Você já parou para pensar no que faz uma área ser identificada como rural ou urbana? A resposta não é tão simples quanto parece. Essa identificação vai depender de alguns critérios, que podem ser funcionais ou administrativos, variando de país para país.

Os países que utilizam critérios funcionais só consideram urbanas as localidades que dispõem de determinados equipamentos públicos ou oferecem alguns serviços básicos. Já os países que utilizam critérios administrativos, consideram certa localidade como urbana, meramente pelo fato de ela ser a sede do município, independentemente da estrutura do lugar.

Seja lá como for, à perda gradual das características rurais em favor das características urbanas de uma localidade, denominamos urbanização. Comumente, esse fenômeno está associado ao desenvolvimento da civilização e da tecnologia. Demograficamente, o termo *urbanização* significa a redistribuição das populações das zonas rurais para assentamentos urbanos. A palavra também pode designar a ação de dotar uma área com infraestrutura e equipamentos urbanos, ou ainda pode ser entendida somente como o crescimento de uma cidade.

Na segunda metade do ano 2000, pela primeira vez o número de pessoas vivendo em cidades excedeu o número de pessoas vivendo no campo no âmbito mundial. Segundo estimativa das Organizações das Nações Unidas (ONU), entre os anos de 2005 e 2030, todo o crescimento da população mundial acontecerá em cidades, particularmente naquelas situadas em países pobres.

As cidades são resultado de um processo de ocupação e organização do espaço, sendo locais de grande aglomeração de pessoas, o que representou certo grau de permanência de vida sedentária, rompendo a intensa mobilidade dos povos. Nestas primeiras cidades, também surgiram (ou tornaram-se especialidade) atividades distintas daquelas realizadas no campo, tais como o

comércio, a administração e aquelas ligadas à defesa dos territórios. Dito isto, nesta aula, vamos entender o fenômeno de rarefação populacional nas áreas rurais e de densificação nas áreas urbanas, bem como o caminho percorrido em tais processos.

Rarefação populacional nas áreas rurais

Cada vez mais, em todo o mundo, pesquisadores têm discutido a temática da ruralidade coligada a uma série de transformações estruturais na configuração dos espaços não metropolitanos. Tais discussões têm levado a questionamentos sobre as delimitações tradicionais que opõem os mundos urbano e rural. Isso porque é crescente a insatisfação com os conceitos de *rural* e *urbano* aplicados até hoje.

Assim, até pouco tempo atrás, utilizar as informações de densidade demográfica como delimitantes do caráter rural ou urbano de um lugar não era muito problemático. No entanto, as mutações pelas quais esses espaços têm passado tem tornado complicado considerar apenas os dados numéricos para essa distinção. Como exemplo, os economistas e especialistas em estudos da população Ana Amélia Camarano e Ricardo Abramovay (1998) dizem que, em países como Espanha, Grécia, Itália e Portugal, são consideradas rurais as pessoas que residem em assentamentos com menos de 10 mil habitantes. Na França, esse limite populacional é estabelecido em 2 mil pessoas.

Já em países latino-americanos, como: Argentina, Venezuela, Honduras, Panamá, México, entre outros, adota-se um limite entre 1.000 e 2.500 residentes. Por outro lado, em Cuba, no Uruguai, na Costa Rica e no Haiti, são consideradas rurais as localidades com características não urbanas. No Chile, além do número populacional, a localidade rural deve ter menos de 50% de sua população ativa ocupada em atividades secundárias, ou seja, atividades não ligadas ao campo, como as de vendedor, doméstica, porteiro, entre outras atividades.

Seja como for, é preciso levar em consideração que as modificações no campo estão ocorrendo e, para assimilá-las, é necessário repensar a maneira de conceituar uma população ou uma área como rural ou urbana. Desta maneira, essa discussão perpassa pela análise de aspectos como a localização e a dinâmica da população. Estas se apresentam tão importantes quanto a densidade demográfica ou o tamanho numérico da população, podendo-se chegar a uma definição espacial das áreas rurais.

No Brasil, foi a partir da segunda metade do século XX que as relações cidade-campo começaram a mudar, quando o país iniciou seu processo de urbanização. Contudo, ainda hoje vigora uma tendência pejorativa de se considerar o rural como uma área de atraso econômico, carência de serviços e falta de cidadania. Afora isso, a legislação federal relativa às demandas rurais não percorre todos os assuntos atuais, sendo considerada ultrapassada. Também as legislações municipais definem a diferença entre o rural e o urbano e seus critérios estabelecem, entre outras questões, o perímetro e o uso e ocupação do solo nessas áreas.

Quando se trata de uso e ocupação do solo, principalmente no caso dos grandes centros urbanos, historicamente a área rural é tratada como um estoque de área urbanizável. Desta forma, são desconsideradas a adequação ao uso agropecuário, a possibilidade de extração mineral, a necessidade de preservação do patrimônio natural e cultural, a baixa capacidade de suporte a determinados usos urbanos e a falta de condições do poder público de atender demandas por infraestrutura e serviços públicos decorrentes do processo de urbanização.

Quando falamos em rural e urbano, fazemos isso a partir de algum critério preestabelecido. Assim, se utilizarmos o critério adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a delimitação urbana e rural usada tem um peso mais administrativo do que geográfico ou econômico. Para o IBGE, consideram-se urbanos as pessoas e os domicílios nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes

distritais) ou às áreas urbanas isoladas. Já o rural abrange a população e os domicílios em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Fundação pública da administração federal brasileira, criada em 1934 e instalada em 1936 com o nome de Instituto Nacional de Estatística. O nome atual data de 1938. Sua sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro. Suas atribuições estão ligadas às geociências e estatísticas sociais, demográficas e econômicas, o que inclui realizar censos e organizar as informações obtidas nesses censos, para suprir órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal, e para outras instituições e o público em geral. Para mais informações, consulte o sítio eletrônico: http://www.ibge.gov.br/home/.

Já para a Fundação Getúlio Vargas (FGV), por intermédio de seu *Dicionário de Ciências Sociais*, a área rural é toda porção de terra de um município utilizada para atividades agropecuárias e de reflorestamento. Seus critérios para a delimitação de uma área rural são a posse da terra como centro convergente do sistema político-econômico, a menor mobilidade social e espacial, a menor densidade demográfica, a agricultura como ocupação principal, a menor diferenciação social e os índices mais baixos de mudança social.

Fundação Getulio Vargas (FGV)

Universidade particular, fundada em 1944, com o objetivo inicial de preparar o pessoal qualificado para a administração pública e privada do país. Desde então, extrapolou as fronteiras do ensino e avançou pelas áreas da pesquisa e da informação. Tem como missão avançar nas fronteiras do conhecimento na área das Ciências Sociais e afins, produzindo e transmitindo ideias, dados e informações, além de conservá-los e sistematizá-los, de modo a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país, para a melhoria dos padrões ético-nacionais, para uma governança responsável e compartilhada, e para a inserção do país no cenário internacional. Para mais informações, consulte o sítio eletrônico: http://portal.fgv.br/.

O doutor em Estudos da População Ricardo Abramovay (1999) apresenta algumas restrições a essas abordagens ruralistas do IBGE e da FGV. Para Abramovay, o rural é definido, em parte, pelos órgãos públicos municipais, em que as consequências fiscais da definição tornam-se mais importantes que seus aspectos ambientais, geográficos, sociais, econômicos ou culturais. Desta maneira, desde que haja extensão de serviços públicos em certo aglomerado populacional, ele tenderá a ser definido como urbano, pois é assim que, no Brasil, as sedes de distrito com algumas centenas ou dezenas de casas são definidas como tais. Assim, o rural tenderá a ser definido, a princípio, pela carência, o que não pode ser considerado um critério adequado sob qualquer ponto de vista.

Já para a engenheira urbana Renata Bovo Peres (2003), a definição do IBGE é de natureza residual, ou seja, as áreas rurais são aquelas que se encontram fora dos limites urbanos, cujo estabelecimento é prerrogativa das prefeituras municipais. O acesso a infraestruturas e serviços básicos, e um mínimo de adensamento são suficientes para que a população torne-se *urbana*. Com isso, o meio rural corresponde aos remanescentes ainda não incorporados pelas cidades e sua emancipação social passa a ser vista, embora de maneira distorcida, como *urbanização do campo*.

A partir da década de 1950, por intermédio da marcha urbanizadora para o progresso da nação, o Brasil vem paulatinamente promovendo sua urbanização em detrimento da zona rural. Apesar disto, a modernização da agricultura, o parcelamento da terra no ***campesinato*** da região Sul e o avanço da fronteira agropecuária no Centro-Oeste e no Norte, principalmente com a soja, conferiram complexidade à evolução da população rural no país.

Campesinato
(Substantivo masculino) Significa conjunto de agricultores de uma região, de um estado. Condição dos camponeses.

Dentre as cinco regiões existentes no país, foi a Sudeste que primeiro apresentou uma diminuição considerável da população rural, a partir da modernização da agricultura e da intensificação da industrialização, já a partir da década de 1960. Já a região Sul, a partir de 1970, apresentou perda de população rural também por influência da industrialização e da modernização da agricultura, extrapolada do sudeste para o sul.

Na região Nordeste, a diminuição da população rural foi lenta devido ao recebimento de fluxos migratórios no campo ou pela menor intensidade do êxodo rural, reflexo da industrialização e da modernização da agricultura menos intensa. No entanto, desde a década de 1980, há um aumento considerável em relação ao *êxodo rural*.

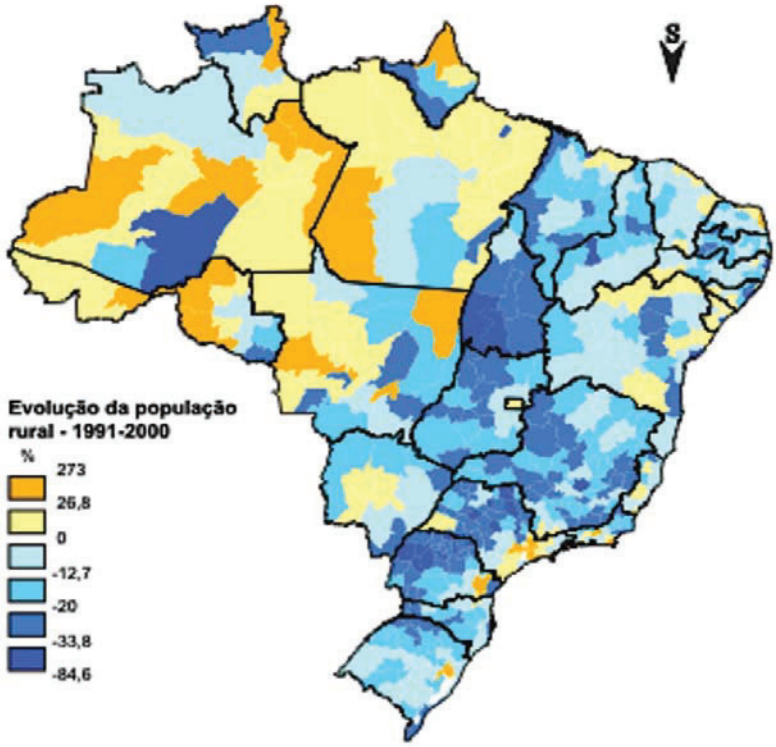
Por *êxodo rural* entende-se o processo de abandono do campo ou áreas rurais, por seus habitantes, que, em busca de melhores condições de vida, migram para os centros urbanos. Este fenômeno está ligado à falta de políticas de desenvolvimento das zonas rurais, tais como a construção de infraestrutura básica como estrada, escola e hospital.

A região Centro-Oeste, embora seja uma área de recebimento de migrantes, passou a apresentar decréscimo em sua população rural na década de 1970, sendo esta uma tendência que se mantém. Já a região Norte foi a única que apresentou crescimento contínuo da população rural, embora essa evolução mantenha-se constante.

Seja como for, o mapa territorial da população rural no ano de 2000 apresenta uma distribuição rural mais homogênea que no mapa da população urbana. Como pode ser visualizado no conjunto de mapas a seguir, há uma concentração populacional rural em uma extensa faixa que acompanha o desenho da costa.

O mapa de evolução da população rural mostra a intensa perda populacional do campo no período de 1991-2000, seguindo a tendência das últimas décadas. A comparação dos mapas de taxa de ruralização e de evolução da população rural aponta regiões com alta taxa de ruralização que apresentam perda de população rural. Por outro lado, regiões com baixo grau de ruralização continuam apresentando taxas importantes de perda de população rural.

População rural 2000
621.055
350.000
180.000
50.000
1
Habitantes


S
Evolução da população rural - 1991-2000
%
273
26,8
0
-12,7
-20
-33,8
-84,6

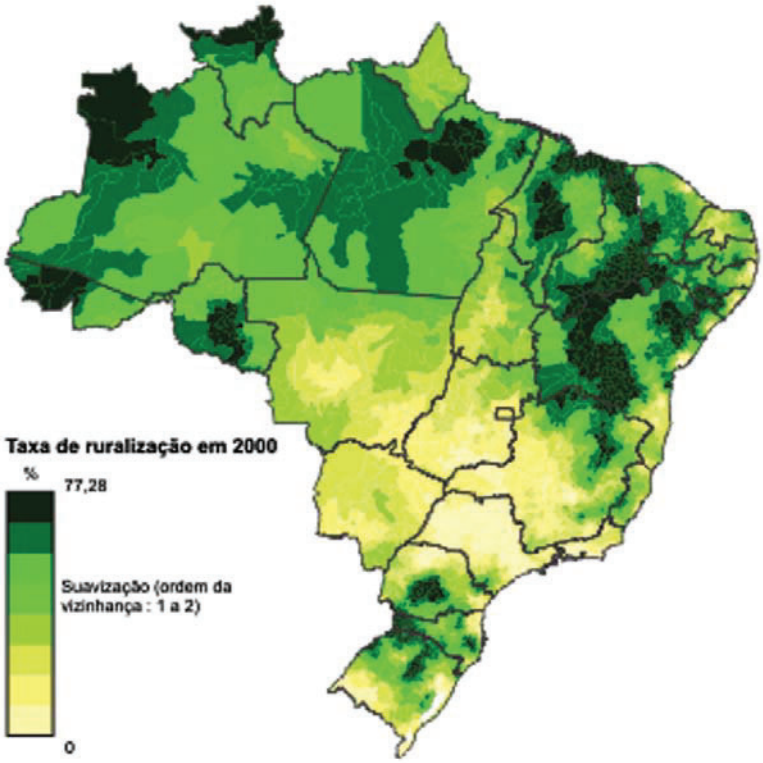


Figura 4.1: A população rural no Brasil no ano 2000.
Fonte: GIRARDI, Eduardo Paulon. *Atlas da questão agrária brasileira*. Disponível no sítio eletrônico: http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/arq_capitulos/carac_socioeconomicas/prancha_5.6.png

Atende ao Objetivo 1

1. Através do processo de urbanização, que acontece em todo o território brasileiro, a partir de 1970, a maior parte da população passou a viver nas áreas urbanas. A esse respeito, considerando o estado do Ceará, observe os dados demográficos no período de 1950 a 2010, na tabela a seguir:

Ano	Total	Urbana	%	Rural	%
1950	2.695.450	679.604	25,21	2.015.85	74,79
1960	3.296.366	1.098.901	33,33	2.197.465	66,67
1970	4.361.603	1.708.093	40,81	2.581.510	59,19
1980	5.288.253	2.810.351	53,14	2.477.902	46,86
1991	6.366.647	4.162.007	65,37	2.204.640	34,63
2000	7.430.661	5.315.318	71,53	2.115.343	28,47
2010	8.452.381	6.346.034	75,09	2.106.347	24,91

Fonte: IBGE. Adaptação: ANJOS, Melissa.

Analise a tabela e responda ao que se pede.

Em que período os índices de crescimento da população urbana ultrapassam os índices de crescimento da população rural? Cite pelo menos um fator que explique esse acontecimento.

_____

_____

_____

_____

_____

Resposta Comentada

Você deve ser capaz de analisar os dados expostos na tabela e entender que o índice de crescimento da população urbana (53,14%) ultrapassou o índice da população rural (46,86%), a partir da década de 1980. Como fator explicativo, você pode citar a migração campo-cidade (êxodo rural), ou seja, a população que troca seu lugar de origem com a expectativa de encontrar melhores condições de vida nas cidades mais desenvolvidas.

Densificação populacional nas áreas urbanas: o fenômeno da urbanização

As expressões *área urbana*, *zona urbana*, *zona de expansão urbana*, entre outras, vêm sendo utilizadas, cada vez mais, pelos pesquisadores a fim de nomear os estudos balizados na temática urbana, desde o crescimento populacional até os problemas decorrentes disso. A vida no urbano compõe uma parcela significativa da história da humanidade. No entanto, a urbanização, com seus valores positivos e negativos, é um fenômeno do século XX, quer consideremos os países desenvolvidos ou os países em desenvolvimento.

Para vários pesquisadores, no decorrer dos estágios de espacialização da população, a urbanização representa o terceiro e principal estágio.

O primeiro estágio pode ser caracterizado pelo domínio de acanhados, dispersos e descontínuos perímetros, cujos volumes populacionais eram pequenos, se comparados às atuais áreas urbanas e rurais. Além disso, não havia fixação do homem ao espaço, explicado pelo *nomadismo*. Neste estágio, a relação população/espaço não mostra questões importantes, como a concentração espacial da população, a posse da terra ou dos bens nela contidos e o seu uso.

Nomadismo

É a prática dos povos nômades, ou seja, que não possuem uma habitação fixa, que vivem permanentemente mudando de lugar.

Figura 4.2: Nômades tibetanos. Pastores nômades acampando perto de Namtso, em 2005. Aproximadamente, 40% da população do Tibete é nômade ou seminômade.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Nomads_near_Namtso.jpg

O segundo estágio do processo de espacialização da população está associado ao desenvolvimento da agricultura enquanto provedora da subsistência humana. Isto envolveu a conquista e a manutenção de espaços mais amplos, maior permanência e fixação do homem, permitindo a criação das bases pelas quais as populações cresceriam e, posteriormente, se redistribuiriam sobre as diferentes áreas do globo terrestre. A agricultura permitiu a existência de aglomerados humanos com maior densidade populacional que os sustentados pela caça e pela coleta. Contudo, as concentrações espaciais caracterizadas como urbanas só ocorreriam depois de um tempo significativo, desde a expansão da agricultura vinculada à presença humana.

Figura 4.3: Plantação de arroz. Desenvolvimento e expansão da agricultura atrelada ao homem.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rice_Field.jpg

No tocante ao terceiro estágio, este foi iniciado com o processo de concentração de população, ocorrido por conta do complexo crescimento da organização da sociedade humana, associado à liberação pessoal e social do homem nas áreas de atividades rurais. O desenvolvimento foi tamanho que os processos de assentamento e redistribuição espacial da população fizeram com que os vestígios dos dois estágios anteriores tenham, praticamente, desaparecido.

É provavelmente por isso que, hoje, a distribuição espacial da população rural não passe de resíduos em muitas áreas do mundo. Desta maneira, pode-se sintetizar este estágio através do binômio população/espaço, ou seja, volumes populacionais altamente concentrados em pequenos espaços. Isto quer dizer que, na atualidade, menores espaços detêm maior quantidade de pessoas. Uma simples comparação entre densidades demográficas de populações nas sociedades pré-urbanas, com as existentes hoje nas áreas urbanas, revela diferenças mais significativas que as alterações em seu próprio crescimento vegetativo.

Curiosidade

O desenvolvimento urbano desordenado reflete-se em vários problemas, como a verticalização e a favelização. Quanto à verticalização, a construção de edifícios expressa a valorização do solo, apesar de existirem construções menores que também valorizem o local. A organização é feita para não haver construções ilegais, decadentes, que trazem problemas para a região. No que tange à favelização, terrenos invadidos devido à falta de oportunidades de trabalho e habitação nas grandes cidades comumente se transformam em favelas, acentuando os problemas com a violência urbana. Isso ocorre principalmente em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, mas não significa que os países desenvolvidos não

apresentam os mesmos problemas. A diferença é que, em países subdesenvolvidos, o traçado urbano muitas vezes é prejudicado pelo mau planejamento das cidades, que conduz ao processo de favelização, apesar de existirem projetos de urbanização em curso. Nos países desenvolvidos, como os Estados Unidos da América e a Inglaterra, a população mais carente vive em conjuntos habitacionais populares, trazendo assim a verticalização para a cidade.

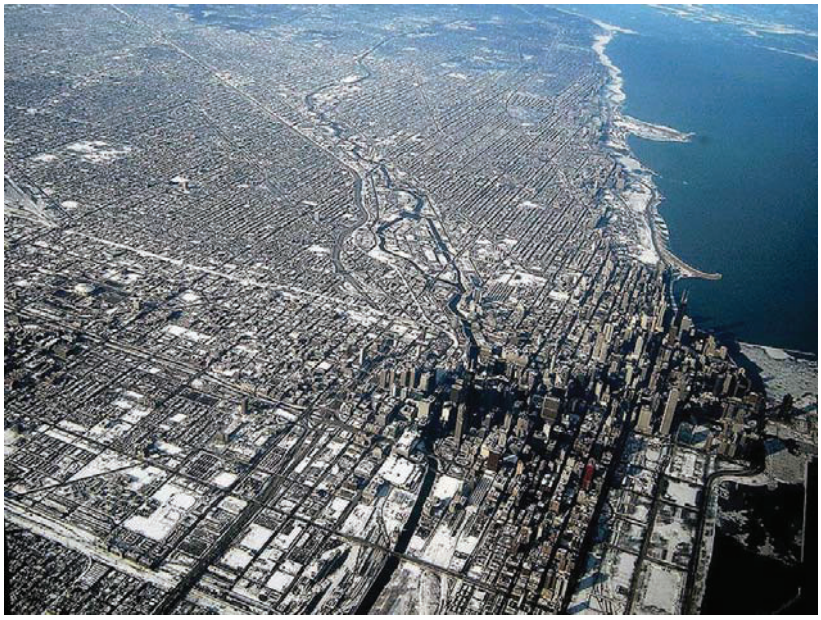


Figura 4.4: Verticalização em Chicago (EUA). Percebe-se na imagem não somente a verticalização das habitações como também a falta de áreas verdes e o alto índice de urbanização em Chicago, nos Estados Unidos.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Chicago_Downtown_Aerial_View.jpg

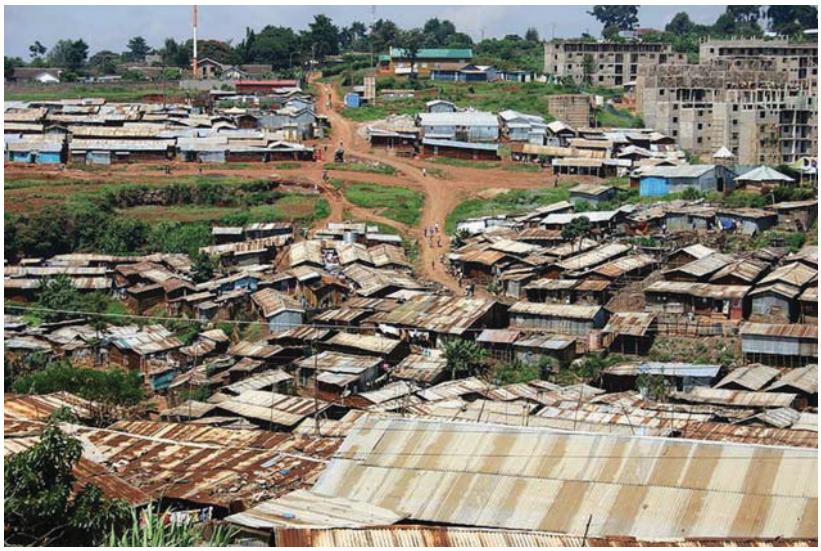


Figura 4.5: Favela em Nairóbi, Quênia. O aumento desenfreado da favelização é mais um dos problemas decorrentes do processo de urbanização.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Kibera_rooftops_and_streets.jpg

Como dito anteriormente, a Revolução Industrial do século XVIII é o marco do processo de urbanização. Contudo, enquanto a Revolução Industrial está no passado, a urbana continua se desenrolando. Agora, em adaptação ao fenômeno do urbano, a palavra indústria deixou de ser usada para designar os grandes galpões repletos de máquinas e chaminés para ser utilizada no ramo de negócios como, por exemplo, a indústria de fundos de investimento. As revoluções urbanas que estão acontecendo são múltiplas, rápidas, apresentando datas iniciais variadas de país para país.

A primeira grande fase de urbanização, limitada aos países mais desenvolvidos da Europa e da América do Norte, ocorreu entre 1750 e 1950, quando a taxa de urbanização do conjunto desses países subiu de 10% para 52%, e a população urbana cresceu de 15 para 423 milhões de pessoas. A Inglaterra já apresentava uma taxa de urbanização superior a 50%, em 1850. Nos Estados Unidos, a população urbana ultrapassou a rural na década de 1910. A industrialização, o desenvolvimento das cidades e a modernização agrícola podem explicar esse processo.

A segunda fase de urbanização, ocorrida nos (então) países subdesenvolvidos da África, América Latina e Ásia, iniciou-se nos anos 1950. O Brasil, por exemplo, cruzou essa fronteira no fim dos anos 1960. A estimativa da ONU de que a população urbana deverá duplicar entre 2005 e 2030, como já dito anteriormente, apresenta a América Latina com um nível de urbanização superior ao do continente europeu. Essa estimativa mostra ainda que cerca de 80% desse crescimento deverá ocorrer na África e na Ásia, que no final deste período abrigarão quase sete de cada dez habitantes urbanos do mundo. Apesar disso, a China e a Índia, detentoras das maiores populações do mundo, ainda contam com grande porcentagem de população rural. Essa segunda fase pode ser explicada pela concentração fundiária e pela falta de apoio aos pequenos agricultores. Como resultado, tem-se o *êxodo rural*.

Dentro desse quadro de urbanização e adensamento populacional, vale destacar o papel das *migrações* que ocorrem, principalmente, por motivos econômicos, guerras, tensões políticas e desastres ecológicos. Segundo a ONU, o conceito *migração* refere-se a toda mobilidade de pessoas que ocorre no espaço geográfico entre distintos lugares, quando um indivíduo fixa-se em determinado território. Dessa maneira, a migração é um importante elemento nas análises sobre as transformações demográficas de um país. A migração pode ser interna, quando acontece no interior de um país, como, por exemplo, o êxodo rural, constante nos países em desenvolvimento; ou externa, correspondendo a todo fluxo populacional que se desloca de seu país de origem em direção a outro, especialmente aos países desenvolvidos.

A migração rural-urbana em diversos países tem como destino um número reduzido de cidades centrais. Assim, no Uruguai o foco é Montevidéu, na Argentina, Buenos Aires e na Coreia do Sul, Seul. Estes são exemplos de cidades que concentram mais de 50% da população urbana de seus países, fenômeno de agrupamento populacional, conhecido como *macrocefalia urbana*. Isto é,

desequilíbrio populacional de uma determinada localidade (que pode ser cidade, estado ou país) que se torna dominante e autoritária em relação a outra, por conta do volume de habitantes que contém e também pela quantidade de indústrias em seu território. Esse *inchamento urbano* gera, além dos problemas de infraestrutura já conhecidos, a exclusão social, seja pela falta de empregos formais, seja pelos subempregos informais, de baixa remuneração e falta de qualificação dos candidatos.

Figura 4.6: Vista panorâmica de Montevidéu, capital e maior cidade do Uruguai. Considerando-se sua área metropolitana, Montevidéu concentra, aproximadamente, a metade da população do país.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Montevideo_Panorama.jpg

Assim, a cidade desponta como um dos principais elementos na distribuição da população. O ambiente urbano distingue-se do rural pela sua densidade e sua ***compacidade***.

Compacidade
Significa qualidade ou estado do que é compacto; densidade.

Para a geógrafa francesa Jacqueline Beaujeu-Garnier (1971), mesmo em países como os Estados Unidos, por exemplo, em que as cidades estendem-se por imensos subúrbios residenciais, existe um ponto em que as cidades cedem aos campos e aos terrenos rurais, onde a superfície construída é pequena. Em algumas localidades, o conglomerado de cidades é tão grande que muitas delas avançam sobre imensos espaços quase sem interrupção. Desta maneira, a importância das cidades na distribuição da população é exercida diretamente através da concentração de pessoas em seu núcleo central e indiretamente por intermédio do espraiamento da população para as áreas mais afastadas do centro.

Figura 4.7: Conjuntos habitacionais que formam os subúrbios de Madri, Espanha.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Moratalaz-Vallecas.jpg

Figura 4.8: Vista aérea de um subúrbio perto de Markham, Ontário, Canadá.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Markham-suburbs_aerial-edit2.jpg

Figura 4.9: Vista de Alphaville, um dos mais nobres e famosos subúrbios de São Paulo, Brasil.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Panoramica_Alphaville.jpg

O processo de urbanização é inevitável. A concentração da pobreza e/ou miséria, o crescente fenômeno da favelização e a exclusão social nas cidades apresentam um quadro nebuloso. No entanto, nenhum país pós-Revolução Industrial conseguiu alcançar um crescimento econômico significativo sem a urbanização.

Se por um lado a cidade concentra a pobreza, por outro ela fornece a oportunidade de escapar dela. Além disso, a cidade também reflete os danos ambientais, oriundos da moderna civilização. É exatamente por isso que, cada vez mais, os especialistas/pesquisadores/analistas reconhecem a necessidade de implementar o conceito de *sustentabilidade* nas cidades. Se a cidade gera o problema ambiental (e social), ela também provê a solução. Assim, as potenciais benesses da urbanização compensam suas desvantagens. Na realidade, o desafio está em aprender como explorar suas possibilidades.

Sustentabilidade

Entre as definições, figura a capacidade do ser humano de interagir com o mundo, preservando o meio ambiente para não comprometer os recursos naturais das gerações futuras. Embora esse conceito seja complexo, uma vez que atende a um conjunto de variáveis interdependentes, ele possui a capacidade de integrar as questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais.

Atende ao Objetivo 2

2. Como vimos durante a aula, a espacialização da população é feita em estágios. Quantos são esses estágios? Resuma cada um deles.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Resposta Comentada

A espacialização da população apresenta três estágios. O primeiro refere-se à população nômade, ou seja, àqueles que não tinham habitação fixa, movendo-se na medida em que precisavam buscar novas áreas para alimentação. O segundo estágio está associado ao desenvolvimento da agricultura, envolvendo a conquista e a manutenção de espaços amplos, bem como a fixação do homem neste espaço. Por conta disso, sugiram povoados que, ao longo do tempo, redistribuíram-se pela Terra. Já o terceiro e último estágio foi iniciado com a concentração da população e a posterior complexidade da organização social. Isto é, o agrupamento de grandes grupos populacionais em espaços cada vez menores.

CONCLUSÃO

As investigações sobre a distribuição espacial da população têm contribuído com importantes elementos na discussão dos processos de configuração de novas áreas, diferentes das tradicionais urbana ou rural consideradas até recentemente nos estudos sobre a população.

Hoje, percebe-se uma aproximação maior entre o urbano e o rural. Uma das características mais marcantes dessa aproximação está no estreitamento dos laços do campo com a cidade, intermediadas pelas relações de mercado fornecedor, por parte do rural, e consumidor, por parte do urbano. Esses elos podem ser explicados pelo surgimento de uma força de trabalho que está se tornando cada vez mais difusa em relação às relações tradicionalmente existentes, entre o tipo de atividade rural ou urbana e o local de moradia.

Da mesma maneira, o surgimento e a expansão de atividades não agrícolas na área rural, tais como o agroturismo e o artesanato rural, não somente desvendam um novo rural, diferente do urbano em termos da ocupação, como também criam novos e potentes elos integrando essas duas áreas.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Observe a tabela a seguir:

Brasil: população rural e urbana, 1960 e 1980				
Região	**Ano**			
	1960		**1980**	
	Rural	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**
Norte	62,20	37,80	48,35	51,65
Nordeste	65,80	34,20	49,53	50,47
Sudeste	42,70	57,30	17,19	82,81
Centro-Oeste	65,00	35,00	32,21	67,79
Sul	62,40	37,60	37,58	62,42
Total	54,90	45,10	32,41	67,59

Fonte: SCARLATO, Francisco Capuano. População e urbanização brasileira. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 1998, p. 395. (Adaptação: ANJOS, Melissa.)

O censo demográfico de 1980 apresentou uma importante alteração na distribuição da população rural e urbana, resultante da migração ocorrida no período de 1960 a 1980. Mediante a análise e interpretação da tabela, do seu conhecimento adquirido no decorrer dos estudos, bem como com o conhecimento apreendido a partir dos meios de comunicação, identifique em que região brasileira essa alteração foi maior e explique por que esse fato ocorreu na região identificada.

Resposta Comentada

A região Centro-Oeste foi a que apresentou a maior alteração na distribuição da população rural e urbana no Brasil, no período de 1960 a 1980. O aluno pode apresentar, entre outras, uma das explicações apresentadas a seguir:

- Em 1960, a região Centro-Oeste tinha 65% de sua população morando no campo e 35% na cidade. O Censo de 1980 indicou uma grande alteração, invertendo esses valores; a população urbana passou para 62,42% e a população rural, para 32,21%, indicando um intenso processo de urbanização em razão da modernização da agricultura, que implicou na substituição e desarticulação da agropecuária tradicional, praticada pelos produtores locais.
- A alteração na distribuição da população rural e urbana na região Centro-Oeste ocorreu com o processo de abertura da fronteira nas áreas de cerrado. A implantação da agricultura de caráter empresarial, voltada para o mercado, caracterizou-se pelo uso intensivo de capital, substituindo o trabalho humano pelo trabalho da máquina em várias etapas do processo produtivo, reduzindo a oferta de trabalho nas atividades agropecuárias. Essa agricultura comercial, quando utiliza o trabalho humano o faz em determinados períodos do ano com mão de obra procedente da periferia de grandes e médias cidades do próprio estado ou de outros.

RESUMO

Vimos que, comumente, o que se entende por população rural é aquela população que reside nas áreas rurais de um município, portanto fora do perímetro urbano. O conceito geral definido pelos censos demográficos em todos os países faz esta separação geográfica entre urbano e rural em virtude das diferenças econômicas e de infraestrutura que são percebidas nestes dois conjuntos espaciais. Uma das principais características é a diferença

na concentração, muito alta nas áreas urbanas e difusa nas rurais. Vimos também que, hoje, existe uma aproximação significativa entre os dois "mundos", principalmente em virtude da relação mercado fornecedor/mercado consumidor.

Nestas circunstâncias, nas economias modernas, o mundo rural é fortemente conectado ao mundo urbano. Máquinas e equipamentos industrializados, assim como tecnologias produzidas na cidade, são consumidos nas áreas rurais que, por sua vez, abastecem as cidades com alimentos e matérias-primas. Quanto maior o grau de modernização técnica da agricultura, menor é a oferta de trabalhadores agrícolas e mais urbanizada tende a ser sociedade.

Contudo, existem diferenças significativas entre população rural e população agrícola. Se, por um lado, população rural é aquela que mora em áreas rurais, por outro, população agrícola é aquela diretamente vinculada ao trabalho na agricultura e na pecuária. Em várias localidades, por exemplo, no estado de São Paulo, aproximadamente metade da população rural realiza atividades não agrícolas, tais como prestação de serviços domésticos e de lazer.

Vimos também sobre a densificação da população nas áreas urbanas e a importância do fenômeno de urbanização para esse processo. Compreendemos que o conceito de população urbana varie bastante de país para país, muito em função da própria divergência do conceito de cidade. Assim, enquanto em alguns países existe uma definição de um patamar mínimo de população e/ou funções de comércio e de serviços para que um núcleo seja considerado urbano, no Brasil vigora o critério administrativo, ou seja, é considerada urbana a população residente no perímetro urbano das sedes municipais e das vilas.

Dessa maneira, quando falamos em urbanização, estamos nos referindo ao aumento da porcentagem de população urbana em relação à porcentagem de população rural. Em um país urbanizado, a porcentagem da população, vivendo em localidades consideradas urbanas, é superior à da população rural. Esse fato

ocorre principalmente devido ao êxodo rural, ou seja, à migração rural-urbana. Podemos considerar, então, que o nível de urbanização é a porcentagem da população total que vive nas cidades, e a taxa de urbanização refere-se ao ritmo de crescimento da população urbana.

Informação sobre a próxima aula

A próxima aula, dedicada à temática da transição demográfica, possibilitará um maior esclarecimento da transformação da estrutura etária da população através dos avanços na medicina, do desenvolvimento de novas tecnologias e da urbanização, ao buscar um entendimento sobre o crescimento da população mundial, que disparou nos últimos 200 anos.

Aula 5

O crescimento da população mundial

Ulisses Fernandes
Melissa Anjos

Meta da aula

Apresentar as diferentes fases da transição demográfica e o desigual crescimento populacional do planeta.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. calcular as taxas de natalidade, mortalidade e crescimento vegetativo, bem como outros indicadores sociais, na análise da Geografia da População;
2. analisar as fases do crescimento da população do planeta, bem como os desequilíbrios demográficos delas provenientes.

INTRODUÇÃO

A dinâmica do crescimento populacional do planeta é um dos temas mais discutidos entre os cientistas sociais do mundo, principalmente pelos geógrafos e pelos demógrafos, que estudam a dinâmica populacional humana.

Se o tema em si é uma responsabilidade direta do demógrafo, a análise relacionada ao trabalho do geógrafo é indispensável, pois é a Geografia a ciência capaz de dar entendimento à espacialização da população mundial.

Esta aula divide-se em duas partes: na primeira, observaremos como se expressam os números que quantificam o crescimento populacional do planeta, bem como estes refletem diferenças muito grandes na espacialização da população sobre a superfície terrestre. Posteriormente, trataremos das fases do crescimento populacional e das distintas transições entre estas fases apontadas pelos demógrafos. De um modo geral, isto possibilitará um entendimento sobre a dinâmica desequilibrada do crescimento da população mundial no mundo atual.

O crescimento populacional expresso em números

A taxa de natalidade

O cálculo da taxa de natalidade é uma das primeiras medidas para o entendimento do crescimento populacional. A taxa de natalidade, ou taxa bruta de natalidade, corresponde ao número de crianças que nasce por ano em um dado território para cada grupo de mil (1.000) indivíduos presentes neste.

A taxa de natalidade é expressa por uma equação matemática:

$$\text{Taxa de natalidade} = \frac{n}{p} 1.000$$

Onde *n* é o número de crianças nascidas em um ano; *p* é o número total da população.

Como exemplo, vamos ver como seria calculada a taxa de natalidade para o estado do Rio de Janeiro. Observe os dados:

- População total do estado do Rio de Janeiro: 15.180.636 (Fonte: IBGE)
- Nascidos vivos no estado do Rio de Janeiro: 190.486 (Fonte: IBGE)

Então, teremos:

$$TN = \frac{190.486 \times 1.000}{15.989.929} = 11,91‰$$

Sendo assim, podemos considerar que, em 2010, para cada grupo de 1.000 habitantes do estado do Rio de Janeiro, nasceram 11,91 crianças.

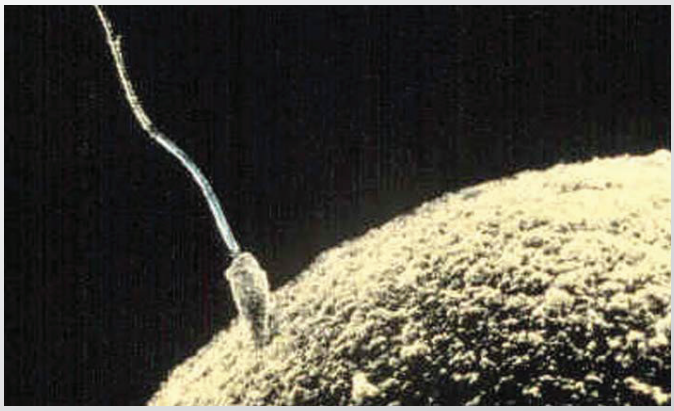
Agora, veja a taxa de natalidade entre alguns países do mundo (dados estimados pela ONU em 2007):

Tabela 5.1: Taxa de natalidade (‰) estimada pela ONU (2007)

País	**Continente**	**Taxa de natalidade**
Níger	África	100,90
México	América Central	20,36
Portugal	Europa	10,59
Japão	Ásia	8,10

A taxa expressa um número relativo, pois o tamanho absoluto da população (o número total de habitantes) e do território são dados fundamentais na dinâmica populacional. Explica-se: um ser vivo nascendo por ano no Brasil inteiro seria uma taxa ínfima, muito baixa; mas um ser vivo nascendo por ano em uma casa seria uma taxa muito alta.

A fertilidade feminina começa por volta dos 12 anos de idade, com o avanço da puberdade, e diminui progressivamente até cessar, por volta dos 45 anos de idade. A capacidade reprodutiva feminina está diretamente associada à ovulação, condição básica para a fecundação pelos espermatozoides masculinos. Já a fertilidade masculina advém com o ápice da puberdade, por volta dos 15 anos, e estende-se, por princípio, por toda a vida. Mas é fato que a capacidade reprodutiva masculina também fica prejudicada com o tempo.



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Sperm-egg.jpg

Observa-se, portanto, que a idade de reprodução feminina é muito mais definida, o que determina sua importância no ciclo reprodutivo. Mulheres que demoram mais tempo a estabelecer uma vida conjugal terão, por princípio, menos filhos ao longo da vida.

Por princípio, o que determina o nascimento de crianças é a *fertilidade da mulher e do homem*, mas a fertilidade não é o único fator responsável pela variação da taxa da natalidade. À fertilidade podem se somar fatores socioculturais ou fisiológicos.

Em países desenvolvidos, a taxa de natalidade tende a ser mais baixa por conta do avanço dos métodos contraceptivos e do planejamento familiar, das melhores condições médico-sanitárias e do avanço econômico, cuja repercussão direta foi o aumento do ingresso da mulher no mercado de trabalho; em países em desenvolvimento, as taxas de natalidade tendem a ser maiores, pela dificuldade de acesso aos métodos contraceptivos e à força das tradições culturais ou religiosas.

"E a bandida ainda a persegue" – Charge em cartão-postal do século XIX, no qual uma mulher briga com a cegonha pelo direito à contracepção. Veja informações sobre métodos anticoncepcionais no portal InfoEscola. Acesse http://www.infoescola.com/sexualidade/metodos-anticoncepcionais/ e aprenda como uma gravidez pode ser facilmente evitada nos dias de hoje, quando se tem acesso à informação.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:VictorianPostcard.jpg

Assista no portal YouTube a uma reportagem sobre o casamento de crianças na Índia, onde as tradições culturais persistem em meio à modernidade vivenciada pelo país nas últimas décadas. Acesse http://www.youtube.com/watch?v=_XcyerhvVnQ. No vídeo, você verá o casamento de uma menina de 8 anos com um menino de 9 anos.

A taxa de mortalidade

A taxa de mortalidade ou coeficiente de mortalidade é a expressão de um dado demográfico, ou seja, do número de óbitos (mortes) oficialmente registrados. Da mesma forma que a taxa de natalidade, ela é expressa em relação a cada grupo de mil (1.000) indivíduos em um dado território.

A taxa de mortalidade é expressa por uma equação matemática:

$$\text{Taxa de mortalidade} = \frac{m}{p} 1.000$$

Onde *m* é o número de óbitos em um ano; *p* é o número total da população.

Como exemplo, vamos ver como seria calculada a taxa de mortalidade para o estado do Rio de Janeiro. Observe os dados:

- População total do estado do Rio de Janeiro: 15.180.636 (Fonte: IBGE)
- Nascidos vivos no estado do Rio de Janeiro: 127.563 (Fonte: Datasus)

Então, teremos:

$$TM = \frac{127.563 \times 1.000}{15.989.929} = 7{,}97‰$$

Sendo assim, podemos considerar que, em 2010, em cada grupo de 1.000 habitantes do estado do Rio de Janeiro, faleceram 7,97 pessoas.

A taxa de mortalidade também pode ser considerada como um indicador social, pois está articulada às condições de vida do território no qual é medida. Em países desenvolvidos, tende a se estabilizar em um valor baixo, na casa dos 10 indivíduos pra cada grupo de 1.000 apresentados. Em países considerados pobres, a taxa de mortalidade tende a ser maior e, invariavelmente acompanhada de uma baixa *expectativa de vida*.

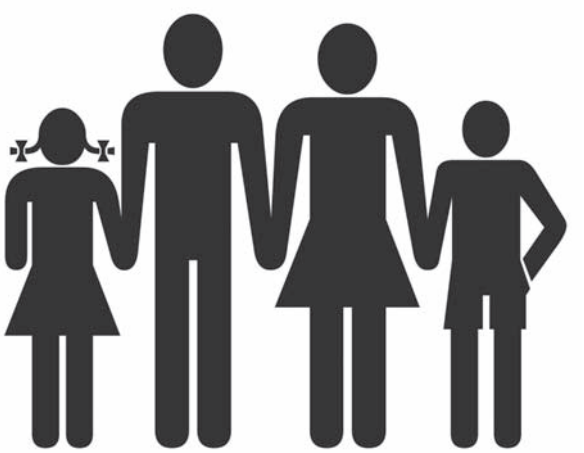
Expectativa de vida é o número médio de anos que um indivíduo pode esperar viver, se mantidas, desde o seu nascimento, as taxas de mortalidade observadas no ano de observação. É também um indicador social, pois reflete as condições de vida de uma dada população, bem como os investimentos demográficos realizados pelo Estado e por investimentos associados à saúde e à previdência social.

A longevidade elevada em muitos países desenvolvidos tende a inviabilizar o uso da taxa de mortalidade como parâmetro de acompanhamento demográfico. Países considerados ricos acabam tendo taxas de mortalidade maiores do que muitos países em desenvolvimento. Observe os exemplos a seguir.

Tabela 5.2: Taxa de mortalidade em países desenvolvidos e em desenvolvimento

País	Continente	Taxa de mortalidade
Dinamarca	Europa	10,36
França	Europa	9,14
Peru	América do Sul	6,23
Brasil	América do Sul	6,17

Crescimento vegetativo



Fonte: http://www.sxc.hu/photo/1389105

O crescimento vegetativo ou natural é a diferença entre o número de nascimentos e o número de mortes, ou seja, entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade, sendo expresso normalmente para cada grupo de cem (100) pessoas em um dado território.

O crescimento natural pode ser:

- Positivo: quando o número de nascimentos é maior que o de mortes.
- Negativo: quando o número de nascimentos é menor que o de mortes.
- Nulo: quando o número de nascimentos é igual ao de mortes.

O crescimento vegetativo é expresso por uma equação matemática:

Crescimento vegetativo = TN – TM

Para que o crescimento vegetativo seja considerado positivo, é necessário que a *taxa de fecundidade* seja superior a dois filhos por mulher. Explica-se: se um casal gera dois filhos, eles estarão apenas repondo o mesmo número de indivíduos. Portanto, é necessário que este número seja superior a dois para que se observe um crescimento natural positivo.

A taxa de fecundidade é uma estimativa do número médio de filhos que uma mulher poderá ter até o fim de seu período reprodutivo, mantidas constantes as taxas observadas na referida data. Também pode ser definida como: o número médio de filhos por mulher em idade de procriar, ou seja, de 15 a 49 anos.
Assim como no caso da taxa de natalidade, variáveis de natureza socioeconômica, cultural e fisiológica podem determinar variações na taxa de fecundidade pelo diferentes países do mundo. Como visto, há regiões onde o casamento é bastante precoce, o que expõe a mulher a um número reprodutivo maior; há outras porções do planeta onde o elevado custo da formação do indivíduo e as aspirações sociais individuais acabam por determinar uma menor taxa de fecundidade.

A variação do crescimento natural ou vegetativo é fruto da análise dos demógrafos, o que será melhor tratado por nós na segunda parte desta aula. De qualquer modo, a dinâmica desse crescimento é afetada por múltiplos fatores (socioeconômicos, culturais e fisiológicos) em diferentes regiões. As chamadas fases do crescimento populacional tentam demonstrar a dinâmica populacional que as distintas populações do planeta experimentam ao longo de sua existência.

Outros indicadores importantes

Se as taxas de natalidade e mortalidade constituem a base para a análise da dinâmica do crescimento populacional, é certo que outros indicadores existem e ajudam a compreender diferentes arranjos socioespaciais, identificados no planeta. Dentre estes indicadores, destacamos: a taxa de mortalidade infantil e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A taxa de mortalidade infantil

Corresponde ao número de crianças mortas até um ano de idade em relação ao total de crianças nascidas vivas. Mas a morte pode ser também antes do parto, o que gera outro índice, o de mortalidade perinatal. Para facilitar a comparação entre as diferentes regiões do planeta, esta taxa acaba sendo expressa em número de óbitos de crianças com menos de um ano, a cada mil nascidos vivos.

No mapa a seguir, podemos observar como a taxa de mortalidade varia entre regiões ou mesmo entre os países. Veja como a taxa expressa-se muito baixa nos chamados países desenvolvidos do mundo e como aumenta nos demais, com destaque negativo para o continente africano, que apresenta as taxas recordes de mortalidade infantil.

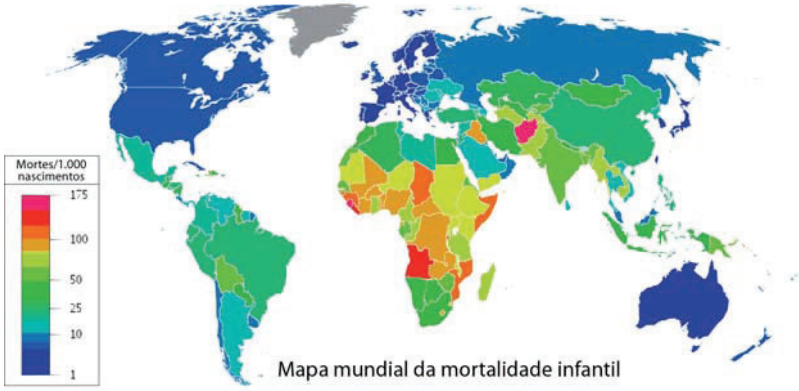


Figura 5.1: Mapa mundial da mortalidade infantil. As cores frias representam as taxas mais baixas de mortalidade infantil, e as quentes indicam as taxas de mortalidade mais elevadas.
Fonte: Wikipédia. http://en.wikipedia.org/wiki/File:Mort.svg

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

O IDH é um índice utilizado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) desde o ano de 1993 e usado como medida comparativa para classificar países como desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Este índice tem três variáveis diferentes em sua composição: expectativa de vida ao nascer, educação e PIB *per capita* (indicador de padrão de vida), cujos dados são recolhidos anualmente em cada nação. O índice varia de 0 a 1, estando em melhores condições os países mais próximos de 1, e em piores condições os mais próximos de 0. Veja no mapa como ele se apresenta no mundo.

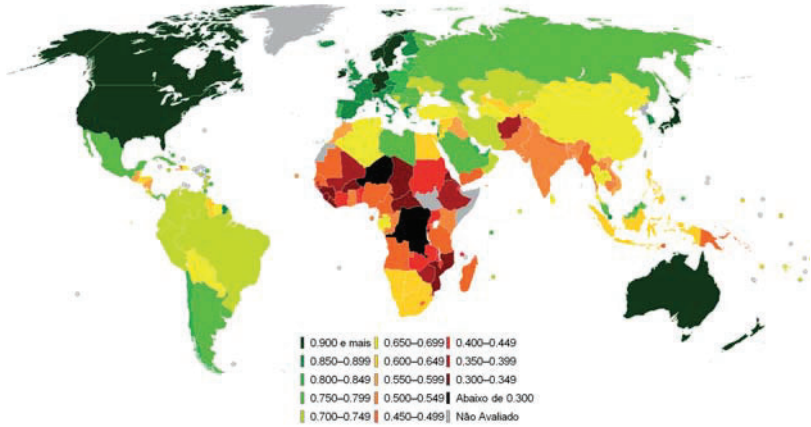


Figura 5.2: Mapa mundial do IDH no mundo.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:UN_Human_Development_Report_2011.svg

O PIB *per capita* ou renda *per capita* corresponde ao total de riqueza produzida por um país, dividida por seus habitantes, o que acaba por consignar um valor por pessoa, ou seja, *per capita*. Por tratar-se de um valor médio, é certo que não necessariamente este seja o valor de renda de cada habitante do país em questão.

Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Considere os seguintes dados hipotéticos, relativos aos indicadores de um país:

- População total: 120.000.000 de habitantes

- Número de crianças nascidas em 2010: 1.200.000
- Número de óbitos em 2010: 600.000

Pede-se:

a) Calcule a taxa de natalidade em 2010.

b) Calcule a taxa de mortalidade em 2010.

c) Calcule o crescimento vegetativo em 2010.

Resposta Comentada

Você deve observar as fórmulas relativas aos cálculos das taxas de natalidade, de mortalidade e do crescimento vegetativo. No caso da taxa de natalidade, ao multiplicar o número de nascimentos por mil e dividir pelo total da população, encontrará o valor de 10 ‰. Este número significa que, para cada grupo de mil pessoas, nasceram novas 10 pessoas. O mesmo raciocínio deverá ser usado para o cálculo da taxa de mortalidade e o resultado será 5 ‰. Para calcular o crescimento vegetativo, basta subtrair as duas taxas, o que resultará no valor de 5 ‰. Mas, atenção: o crescimento vegetativo, por convenção, é normalmente expresso para cada grupo de 100 pessoas. Portanto, você deve transformar 5 ‰ em 0,5 %.

A transição demográfica – as fases do crescimento da população mundial

Ao final do século XVIII, o mundo começa a experimentar uma grande transformação de caráter socioespacial: o advento da indústria, paralelo ao fenômeno da urbanização, repercute na gradual melhoria das condições de vida e na diminuição da mortalidade. Se até então o comum era observar altas taxas de mortalidade associadas a altas taxas de natalidade, a partir deste momento o recuo da mortalidade faz surgir um novo fenômeno, o do crescimento acelerado da população.

Na ***Tabela 5.3***, você pode verificar como a expectativa de vida em alguns países do mundo, notadamente os mais desenvolvidos, foi aumentando gradativamente do século XVIII para o século XX. Este aumento da expectativa de vida é fruto, sem dúvida, da diminuição da taxa de mortalidade que acompanhou a melhoria das condições de vida nesses países.

Tabela 5.3: Expectativa de vida

Expectativa de vida em alguns países ocidentais								
Período / País	**1750-1759**	**1800-1809**	**1850-1859**	**1880**	**1900**	**1930**	**1950**	**1999**
Inglaterra	36,9	37,3	40	43,3	48,2	60,8	69,2	77,4
França	27,9	33,9	39,8	42,1	47,4	56,7	66,5	78,7
Suécia	37,3	36,5	43,3	48,5	54	63,3	71,3	79,5
Alemanha	n.d.	n.d.	n.d.	37,9	44,4	61,3	66,6	77,5
Itália	n.d.	n.d.	n.d.	35,4	42,8	54,9	65,5	78,7
Países Baixos	n.d.	32,2	36,8	41,7	49,9	64,6	71,8	78
URSS (Rússia)	n.d.	n.d.	n.d.	27,7	32,4	42,9	64	66,4
EUA (brancos)	n.d.	n.d.	41,7	47,2	50,8	61,7	69,4	76,7
Austrália	n.d.	n.d.	n.d.	49	55	65,3	n.d.	78,1
Japão	n.d.	n.d.	n.d.	35,1	37,7	45,9	59,1	80,6

Fonte: BACCI, Massimo (2002).

Os demógrafos sempre procuraram entender o porquê da transformação da dinâmica demográfica mundial, fundamentalmente a partir do século XIX. O padrão geral, desde os primórdios da humanidade, identificava o que era conhecido por equilíbrio primitivo, ou seja, altas taxas de natalidade acompanhadas de altas taxas de mortalidade.

As atividades produtivas e a vida, de um modo geral, estavam associadas ao campo e o homem era extremamente dependente do meio natural. Por outro lado, até antes da Revolução Industrial, o avanço técnico-científico era bastante limitado, não tendo havido ainda um grande desenvolvimento da Medicina. Além disso, as condições de higiene eram extremamente ruins e tudo isso contribuía para uma baixa expectativa de vida.

Curiosidade

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/31/Iatros.jpg

A imagem identifica uma sangria realizada na Grécia antiga. As sangrias foram até as primeiras décadas do século XX consideradas como um tratamento para diversos males. A Medicina ainda era pouco evoluída e entendia que a perda de sangue ajudava o organismo a recompor-se com a produção de *sangue novo*. Este tratamento é um reflexo da baixa expectativa de vida da população no passado.

No século XIX, mas principalmente no século XX, os estudiosos começaram a perceber uma relação entre a queda da mortalidade e a diminuição da taxa de natalidade. Essa mudança era mais facilmente observada na Europa, dentro de um contexto de grandes transformações socioespaciais.

Na verdade, era possível começar a se perceber a transição de um regime demográfico antigo, com altas taxas de natalidade e mortalidade, para um regime demográfico moderno, em que a mortalidade e a natalidade eram igualmente baixas. Verificou-se, também, que esta mudança era precedida de um aumento vigoroso do tamanho da população, com a queda da mortalidade e a manutenção da alta natalidade. Esse ciclo de transformações foi chamado por Frank Wallace Notestein, nos anos cinquenta do século XX, de transição demográfica.

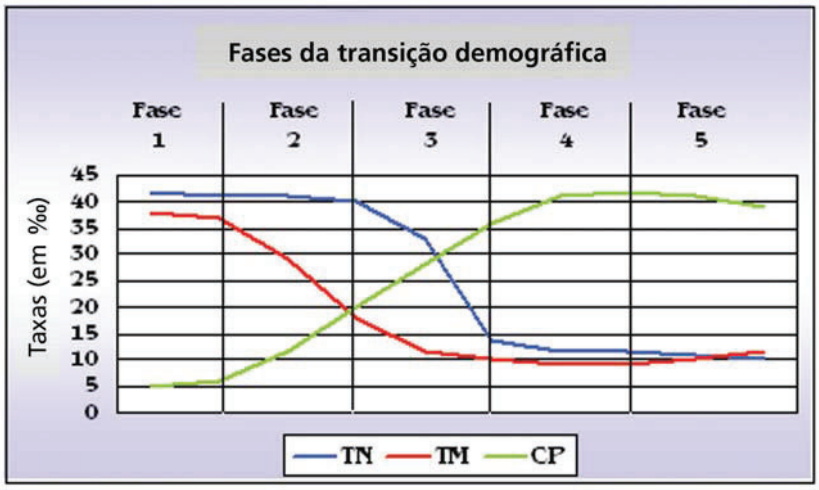


Figura 5.3: As cinco fases da transição demográfica. Na legenda, TN = taxa de natalidade; TM = taxa de mortalidade; CP = crescimento populacional.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Transicion_demografica.png

Porém, o entendimento sobre a transição demográfica advém de estudos anteriores, como os de Warren Thompson, nos anos vinte do século XX. A transição demográfica ganha muito mais importância por se prestar a uma explicação do fenômeno da

dinâmica populacional, muito mais do que simplesmente descrever uma transformação da população mundial.

Na ***Figura 5.3***, podemos observar as distintas fases que compõem a transição demográfica. Dependendo do autor considerado, a transição demográfica pode ser analisada em três, quatro ou cinco fases, sempre ocorrendo transições entre uma fase e outra – daí surgir a expressão *transição demográfica*. A cada transformação, a população experimentaria uma nova fase de crescimento populacional. Agora, vamos analisar cada uma das cinco fases da transição demográfica:

Fase 1: a natalidade ocorre de forma muito elevada, descontrolada. Por outro lado, as condições de vida ruins, associadas ao predomínio do meio natural, determinam elevadas taxas de mortalidade. A expectativa de vida é muito baixa e a população mantém-se quase estagnada, com um crescimento muito baixo, costumeiramente chamado de equilíbrio primitivo. Esta fase durará milênios, desde os primórdios da existência humana até o início da Revolução Industrial. Na atualidade, não existem mais Estados-nação relacionados a esta fase. Se muito, poderíamos falar das ainda existentes civilizações primitivas, como alguns grupos indígenas ocultos na selva amazônica.

Fase 2: inicia-se no Mundo Ocidental com o advento da Revolução Industrial. Com o predomínio do meio técnico-científico, avança o processo de urbanização e ocorrem avanços na Medicina e nas condições de higiene. Com a queda da taxa de mortalidade, a expectativa de vida aumenta, mas não ocorre queda na taxa de natalidade, o que faz a população *explodir*, ou seja, ocorre uma expansão demográfica. Se este era o quadro dos países desenvolvidos à época da Revolução Industrial, hoje encontramos grande parte dos países subdesenvolvidos relacionados a esta fase, principalmente na África.

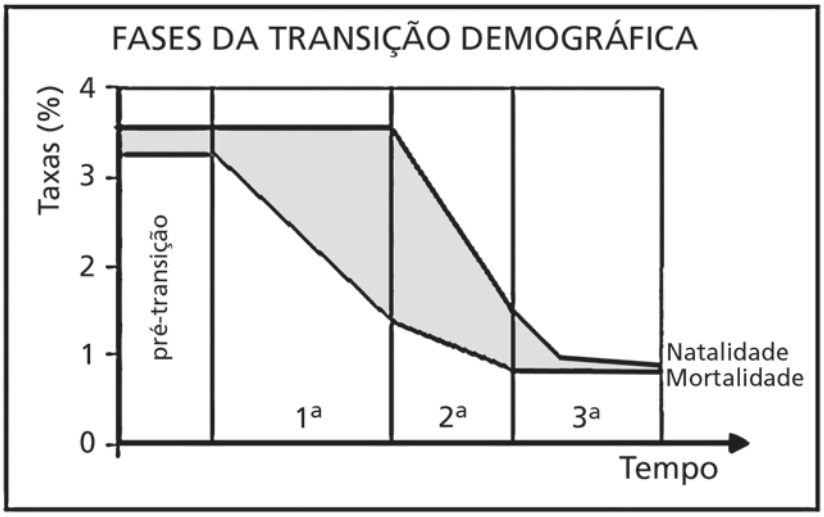
Fase 3: com o avanço do meio técnico-científico, observa-se uma população mais informada, com maior tempo de vida dedicado

à educação, à vida social e ao trabalho. Isto leva a um controle da natalidade, principalmente com o uso de meios anticoncepcionais. A manutenção de um padrão de vida mais elevado requer um planejamento familiar, e isso determina uma queda da taxa de natalidade, o que faz a população crescer menos.

Fase 4: o avanço da Fase 3 leva a uma estabilização das taxas de natalidade e mortalidade, o que leva a um crescimento vegetativo nulo ou a uma estagnação populacional. Esta é a fase do ápice do meio técnico-científico-informacional, com populações com alto padrão de vida e predominantemente urbanas.

Fase 5: ocorre uma queda significativa das taxas de natalidade e a mortalidade estabiliza-se em taxas mais altas do que a natalidade. Isso leva a um crescimento natural ou vegetativo negativo. Esta situação já é vivenciada por alguns países do chamado mundo desenvolvido.

Como dito, as fases podem ser apresentadas de outra forma:



Repare que o que é chamado de pré-transição equivale à Fase 1 do modelo apresentado anteriormente. E que o equilíbrio entre natalidade e mortalidade equivale à Fase 4 do modelo apresentado anteriormente. Não há indicativo de uma nova fase, onde a mortalidade seria superior à natalidade.

Neste modelo, fica claro o equilíbrio entre natalidade e mortalidade, tanto na fase de pré-transição, quanto na terceira fase. As transições observam-se nas fases intermediárias. Na primeira fase, há uma diminuição da mortalidade, mas a natalidade mantém-se elevada. Na segunda fase, a natalidade também começa a cair, o que irá gerar um novo equilíbrio ao alcançar a terceira fase.

Neste modelo, não há indício de uma nova transição, ou seja, de mortalidade superior à natalidade, como é demonstrado no primeiro modelo. Na verdade, raras são as nações que de fato experimentam hoje, tal situação. Nações como a Alemanha e a Itália, que na atualidade já possuem taxas de mortalidade maiores do que as de natalidade, compensam essa perda populacional com a imigração internacional. Mesmo com a economia europeia deprimida, os países citados são ainda grandes polos de atração das migrações internacionais, o que faz com que as perdas populacionais naturais não se efetivem. Observe a ***Tabela 5.4***, construída com dados presentes no sítio eletrônico da CIA (Central Intelligence Agency, dos EUA). Nela podemos distinguir grupos de países vivenciando as distintas fases da transição demográfica.

Tabela 5.4: Indicadores sociais e as fases de transição demográfica

	Estado	Taxa de natalidade (em ‰)	Taxa de mortalidade (em ‰)	Características
Fase 1	–	40-50	40-50	Na atualidade, não há nenhum Estado no mundo que apresente taxas de mortalidade tão altas. Para encontrar algum país do Terceiro Mundo nesta fase, teria de se remontar à primeira metade do século XX; e até o século XVIII para encontrar algum rico.
Fase 2	Níger	48,30	21,33	A taxa de natalidade (TN) mantém-se alta. Ao contrário, taxa de mortalidade (TM) experimenta um forte descréscimo, que se traduz num forte aumento da população.
	Mali	46,77	19,05	
	Uganda	47,39	12,80	
	Somália	45,62	16,97	
	Haiti	36,59	12,34	

Fase 3	Honduras	30,38	6,87	A TN inicia um descréscimo, mas, como a TM continua reduzindo-se, o crescimento demográfico segue sendo marcadamente positivo.
	Camboja	27,08	8,97	
	Filipinas	25,31	5,47	
	Índia	22,32	8,28	
	Marrocos	22,29	5,64	
Fase 4	Reino Unido	10,78	10,18	A TN e a TM reduzem-se até chegar a valores muito parecidos, em que se produz um crescimento insignificante ou o estancamento (como no caso da Suécia).
	Noruega	11,67	9,45	
	Espanha	10,10	9,63	
	Japão	9,47	8,95	
	Suécia	10,36	10,36	
Fase 5	Alemanha	8,33	10,55	A TN segue experimentando um descréscimo até o ponto que se situa por baixo da TM, em que o crescimento demográfico é negativo (perdem-se habitantes).
	Itália	8,89	10,30	
	Eslovênia	8,95	10,22	
	Lituânia	8,62	10,92	
	Áustria	8,81	9,70	

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Transi%C3%A7%C3%A3o_demogr%C3%A1fica

Como já destacamos, outro fato que deve ser considerado é o aumento da mortalidade em países desenvolvidos. No Marrocos, ela é de pouco mais de 5 ‰, enquanto na Alemanha ela já ultrapassa a casa de 10 ‰. Observe que a população do Marrocos é muito mais jovem do que a da Alemanha. A alta expectativa de vida alemã torna a população muito mais velha, o que acaba repercutindo em uma taxa de mortalidade maior.

Finalizando, podemos considerar as ideias de Amélia Damiane (2009) a respeito do crescimento populacional. Para a autora, além das variações detectadas na dinâmica populacional expressas em números, é importante examinar as razões que justificam tais valores. Eles estão relacionados a fenômenos sociais, que expressam as diferentes classes sociais dos grupamentos humanos. Acreditamos também que expressam diferenças culturais, pois a opção por um número maior ou menor de filhos não é explicada apenas pela variação dos rendimentos acessíveis a distintos grupos sociais.

Já o geógrafo Pierre-Jean Thumerelle (2001) aponta para a diversidade regional dos modelos de transição demográficas no mundo. Distingue nitidamente os tipos de transição demográfica, ocorridos em países ricos e pobres.

Nos países ricos, os ciclos de transição ocorreram de uma forma longa, com duração de até 150 anos. É o que mostra o ocorrido no norte-ocidental europeu, em países cuja expansão demográfica iniciou no século XIX e a população estagnou na década de setenta do século passado. Nos países pobres, o ciclo completo de transição ocorreu em um período bem mais curto. O autor cita o caso da Costa Rica, na América Central, com forte expansão demográfica, logo após a Segunda Guerra Mundial, e estagnação populacional já se pronunciando em fins do próprio século XX.

Esses ciclos de transição demográfica, segundo o mesmo autor, guardam características regionais, apresentando-se de maneiras distintas em porções diferentes do planeta, como a Europa, a Ásia, a América e a África. Nas próximas aulas, mostraremos as diferenças de comportamento da dinâmica populacional nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, o que nos dará um entendimento do comportamento dos ciclos de transição demográfica em diferentes partes do planeta.

Não obstante, em linhas gerais, pode-se afirmar que os países que alcançaram as últimas fases da transição demográfica, notadamente os países europeus, têm na mobilidade populacional (migrações) uma resposta à diminuição do crescimento natural da população. Como destaca Thumerelle (2001), a debilidade do crescimento natural conferiu à mobilidade populacional internacional um papel determinante na modificação do povoamento. Por outro lado, nos países considerados subdesenvolvidos, segundo o mesmo autor, a conjunção da explosão demográfica, das dificuldades econômicas e alimentares, das tensões sociais e das crises políticas nacionais ou internacionais retarda a transição demográfica por toda a parte onde se produz. Isto pode provocar a desestabilização de povos inteiros e conduzir a êxodos em massa, com futuros resultados na repartição da população ainda incalculáveis.

Fechando esta aula, destacamos parágrafo da obra de Pierre-Jean Thumerelle (2001) usada como referência, página 54:

> Podemos constatar uma vez mais que, por trás de um esquema de evolução aparentemente uniforme, se dissimula uma extrema variedade de situações. A simples dualidade entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, que dominara um século ou um século e meio a história demográfica mundial, desapareceu totalmente no curso dos anos 60 e 70 (do século XX). Desde então, entramos num período de renovação e complexificação das questões populacionais, quer no que diz respeito às dinâmicas demográficas quer no que diz respeito às dinâmicas espaciais, estando os dois fenômenos estreitamente imbricados, ou sendo mesmo inextricáveis.

Atende ao Objetivo 2

2. Observe com atenção o quadro a seguir:

Taxas anuais médias de crescimento da população nos países desenvolvidos e nos países subdesenvolvidos			
Períodos	**Desenvolvidos**	**Subdesenvolvidos**	**Desvio**
1900-20	0,5	0,8	-0,3
1920-40	1	1	0
1940-50	1,3	0,5	0,8
1950-60	2,1	1,2	0,9
1960-70	2,4	1,1	1,3
1970-80	2,2	0,8	1,4
1980-90	2,1	0,6	1,5
1990-2000	1,8	0,3	1,5

Fonte: THUMERELLE, Pierre-Jean (2001).

No período 1900-20, as taxas de crescimento da população nos países desenvolvidos eram superiores às dos países subdesenvolvidos. Já nos últimos períodos, observar-se-á uma inversão nesses valores. O que pode justificar tal mudança?

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Resposta Comentada

No início do século XX, os países desenvolvidos avançam em sua Revolução Industrial e os países subdesenvolvidos ainda se encontram muito atrasados. Esta diferenciação na situação socioeconômica dos diferentes grupos de países deve ser levada em consideração na sua resposta. A evolução do primeiro grupo de países mostra como a população cresceu com o início do processo de urbanização e industrialização e aos poucos foi mudando o perfil até atingir a estagnação populacional. Já nos países subdesenvolvidos, o atraso que, nas primeiras décadas do século XX, gerava como consequência o equilíbrio primitivo da população deu lugar a um crescimento rápido, na medida em que as condições de vida da população melhoraram.

CONCLUSÃO

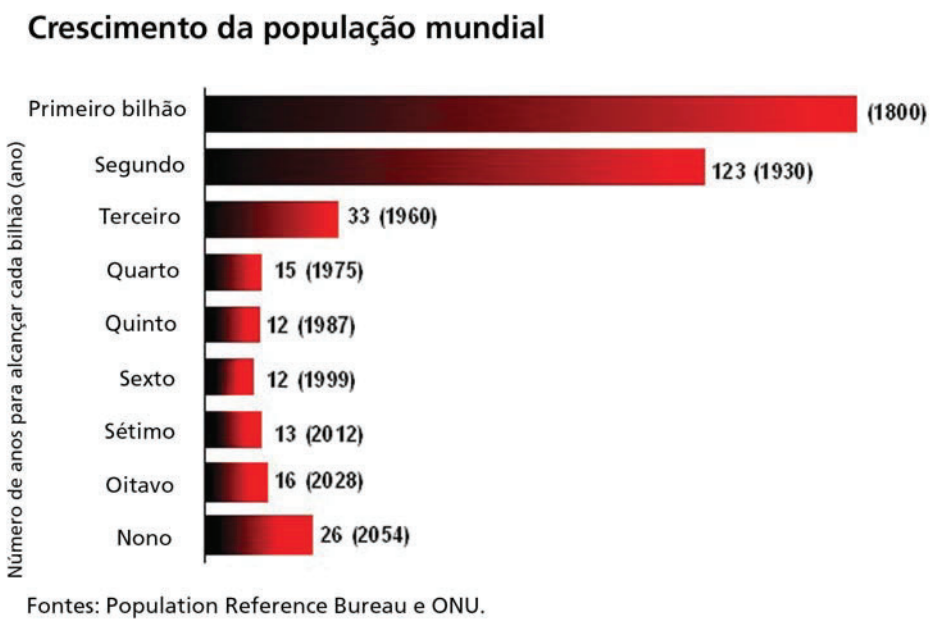
O crescimento demográfico mundial pode ser mensurado a partir de dados coletados e expressos de modo a possibilitar sua melhor compreensão. Por outro lado, não é apenas a quantificação ou a variação do crescimento que basta aos estudiosos de

população. É necessário, para além de observar as diferenças regionais identificadas no mundo, buscar as razões que justificam a dinâmica dos dados. Se já não é possível simplesmente apresentar dois grupos distintos de crescimento populacional, ou seja, o que distingue o mundo desenvolvido do subdesenvolvido, observa-se que os chamados países centrais já efetivaram todo um ciclo de transição demográfica enquanto os demais se encontram em momentos distintos dessa mesma transição.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Observe com atenção ao gráfico a seguir e responda o que se pede.



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4d/Worldpopulationgrowth-billions.jpg

O primeiro bilhão de habitantes do planeta foi alcançado no ano de 1800, mas cerca de duzentos anos depois a população mundial já atingia os sete bilhões de habitantes. Por que demoramos tanto tempo para atingir o primeiro bilhão e depois, tão rapidamente, atingimos os sete bilhões de habitantes?

Resposta Comentada

Até o século XVIII, a maior parte da população mundial estava ligada ao campo e ao trabalho agrícola, onde as condições de vida e o atraso técnico-científico determinam um baixo crescimento da população. Neste caso, você deve indicar a existência de um equilíbrio primitivo, ou seja, a ocorrência simultânea de altas taxas de natalidade e mortalidade.

A partir do século XIX, o homem começa a experimentar um avanço do meio técnico-científico e, progressivamente, a vida passa a ser associada ao meio urbano e às atividades secundárias e terciárias. O avanço da Medicina e a melhoria das condições de higiene levam ao aumento populacional sem controle, mesmo em áreas pouco industrializadas do mundo. Você deve indicar que o maior aumento populacional está nos chamados países subdesenvolvidos, onde as taxas de mortalidade caíram muito, mas as de natalidade ainda estão elevadas, de um modo geral.

RESUMO

Nesta aula, procuramos demonstrar como se expressam os números alusivos ao crescimento da população mundial, com destaque para o cálculo das taxas de natalidade e mortalidade, e do consequente crescimento natural ou vegetativo. Também foram indicados outros indicadores sociais importantes para o entendimento do tema, como a taxa de fertilidade, a taxa de mortalidade infantil, a expectativa de vida e o IDH.

Na segunda parte da aula, abordamos a transição demográfica em si, mostrando as distintas fases que a compõem: o equilíbrio primitivo, a expansão populacional e a estagnação demográfica. Também foi demonstrado que mais importante do que a simples aferição ou demonstração desses dados é a devida explicação dos diversos fatores que justificam a dinâmica diferenciada da população nas muitas regiões do planeta.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, iniciaremos a demonstração das diferenças da espacialização e do crescimento da população nas distintas porções regionais do planeta, tendo por início os chamados países desenvolvidos ou centrais.

Aula 6

A população nos países centrais

Ulisses Fernandes
Melissa Anjos

Meta da aula

Apresentar como se manifesta o crescimento populacional nos países centrais – ou desenvolvidos – e as suas reais consequências.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar como e por que são definidos e classificados os países centrais;
2. reconhecer o *status* da população nos países centrais, como chegaram a ele e os resultados provenientes desse *status*.

INTRODUÇÃO

O rápido e intenso crescimento da população mundial tem despertado a comunidade internacional para as relações entre o desenvolvimento econômico, o crescimento populacional e os recursos naturais. Mas qual é o limite demográfico do planeta Terra? Muitos já tentaram fazer essa conta, sem encontrar, contudo, uma resposta definitiva. O fato é que a população da Terra cresceu mais de 40 vezes, desde o início da era cristã. Em 1999, o mundo alcançou a marca de 6 bilhões de pessoas. É o que se pode chamar de crescimento exponencial ou explosão demográfica.

O século XX é o responsável por esse salto. A urbanização e os avanços na medicina fizeram a população saltar de 1,6 bilhão em fins do século XIX, para 7 bilhões de pessoas no início do século XXI. A partir da década de 1960, o crescimento começou a diminuir por conta da queda na taxa de natalidade. Dessa maneira, o total de habitantes que o planeta suporta depende de uma combinação de fatores limitantes. Entre eles, citamos o padrão de vida que a humanidade pode alcançar, a preservação do meio ambiente de forma que possa garantir a vida na Terra e a quantidade de alimento produzido.

Enquanto a taxa de natalidade continua alta nos países subdesenvolvidos, o continente europeu, por outro lado, apresenta taxas muito baixas. Como consequência, a população europeia está envelhecendo e, até 2050, deve perder cerca de 124 milhões de pessoas. Mesmo assim, o continente é um dos mais povoados do mundo, com países como a Bélgica e a Holanda, por exemplo, abrigando mais de 300 habitantes por km^2.

Segundo dados divulgados em 2011 pela Divisão de Estudos da População da ONU, 13,7% da população estão na África, 13,6 % na América, 61% na Ásia, 10,8% na Europa e 0,9% na Oceania. Em termos demográficos, o grande problema diz respeito aos diferentes ritmos de crescimento da população verificados nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento. Dito isto,

esta aula será destinada ao estudo da distribuição da população nos países centrais, também chamados de países desenvolvidos, como visto a seguir.

Países centrais: o que é e como são classificados

Também são chamados de *países desenvolvidos*, *países avançados*, *países industrializados*, *países mais desenvolvidos*, *países mais economicamente desenvolvidos*, *países de Primeiro Mundo* e *países pós-industriais*. No entanto, uma vez que o fenômeno da industrialização é um processo contínuo, o termo país industrializado torna-se incerto. Assim, a expressão *país mais economicamente desenvolvido* é utilizada pelos geógrafos na atualidade para descrever especificamente o estatuto dos países referidos como economicamente mais desenvolvidos.

O primeiro país industrializado foi o Reino Unido, seguido por Bélgica, Alemanha, Estados Unidos, França e outros países da Europa Ocidental. Contudo, de acordo com vários pesquisadores, o fosso existente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento é basicamente um fenômeno do século XX.

Dito isso, a concepção utilizada para definir país desenvolvido relaciona alguns elementos, que são, entretanto, pontos controversos de debates. Entre eles, está o alto nível de desenvolvimento social e econômico. Este último domina as discussões.

Alguns dos critérios econômicos utilizados são a industrialização, a renda *per capita* e o valor do produto interno bruto *per capita* de cada país. Os países considerados mais desenvolvidos são os que apresentam uma predominância dos setores terciário e quaternário da economia.

A partir do ano de 1993, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) começou a utilizar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como outro critério de definição dos

países mais desenvolvidos. O IDH é fornecido por meio da análise de três categorias: situação econômica, qualidade da educação e expectativa média de vida ao nascer. Os países que apresentam o IDH muito alto são considerados desenvolvidos; IDH médio e alto, em desenvolvimento; e IDH baixo, subdesenvolvidos.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) que tem por finalidade promover o desenvolvimento e eliminar a pobreza no mundo. Entre sua atividades, está a produção de relatórios e estudos sobre o desenvolvimento humano sustentável e as condições de vida das populações, assim como a execução de projetos que contribuam para melhorar essas condições de vida. Possui representação em 166 dos 192 países-membros da ONU. Além da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), é o organismo internacional que coordena o trabalho das demais agências, de fundos e programas das Nações Unidas – conjuntamente conhecidas como Sistema ONU – nos países onde está presente.
Para consultar a lista dos países-membros da ONU, veja: http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/paises-membros/

Industrialização

O fenômeno da industrialização é definido como um processo histórico e social no qual a indústria passa a ser o setor dominante de uma economia. Isso ocorre através da substituição de instrumentos,

técnicas e processos de produção. Como consequência, tem-se o aumento da produtividade dos fatores e a geração de riqueza. Ou seja, industrialização é a substituição de um sistema econômico fundamentado na agricultura artesanal e comercial para um sistema de base urbana e industrial. Substituição esta que provoca profundas mudanças nos modos de vida e no padrão das relações sociais.

Pode-se dizer que a industrialização, resumidamente, diz respeito à produção serial, mecânica, espacialmente concentrada e padronizada, com o intuito da homogeneização dos produtos. Como parte integrante do processo de modernização, a inovação tecnológica, o desenvolvimento econômico e a mudança social estão estreitamente relacionados. Como resultado, a sociedade e a economia reorganizam-se em função do desenvolvimento da indústria. E toda essa mudança atinge também a natureza, vista, agora, como recurso produtivo.

Entre as características da industrialização, podemos citar o aumento do consumo, a concentração de renda, o incremento da urbanização e o desenvolvimento do setor de serviços, o aumento da produtividade industrial e agrícola, o aprofundamento na divisão do trabalho e da especialização, e, ainda, a generalização do trabalho assalariado.

À primeira Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra do século XVIII, marcada pelo surgimento da primeira máquina a vapor e pelas consequentes mudanças na sociedade em virtude dessa nova tecnologia, seguiram-se outras duas. A segunda Revolução Industrial, na segunda metade do século XIX, envolveu uma série de desenvolvimentos dentro da indústria química, elétrica e siderúrgica, com base no uso intenso do petróleo como fonte de energia. Por fim, na segunda metade do século XX, a terceira Revolução Industrial, conhecida também como Revolução Digital ou Era do Conhecimento, caracterizou-se pelo uso intensivo da informática e da telemática e pelas consequentes transformações nas relações sociais e econômicas.

Produto Interno Bruto (PIB)

Sendo o Produto Interno Bruto um dos elementos de análise para determinar a condição dos países, faz-se necessário sua definição. O PIB representa a soma, em valor monetário, de todos os bens e serviços finais produzidos em uma determinada localidade – pode ser um país, um estado ou uma cidade – durante um período específico, que pode ser mensal, trimestral, semestral ou anual. Dessa maneira, a utilização do PIB tem como objetivo medir a atividade econômica de uma localidade.

No entanto, a comparação ou análise do PIB de um país ao longo de um período requer cuidados. O principal é estabelecer a diferença entre o PIB nominal e o PIB real. Grosso modo, denomina-se PIB nominal o valor total final de bens e serviços produzidos por uma nação em um determinado ano. Já o PIB nominal *per capita* é o valor final de bens e serviços produzidos em um país, em um dado ano, dividido pela população desse mesmo ano.

Quando se escolhe um ano-base para o cálculo do PIB, sem levar em consideração a inflação, chama-se PIB real. Para avaliações mais consistentes, é indicado o uso do valor real, pois considera apenas as variações nas quantidades produzidas dos bens e não nas alterações de seus preços de mercado.

Já o Produto Interno Bruto *per capita* é o PIB dividido pela quantidade de habitantes de uma localidade. O valor *per capita* foi o primeiro indicador utilizado para analisar a qualidade de vida em um país.

Assim, países podem ter um PIB elevado por terem uma elevada extensão territorial e muitos habitantes, porém seu PIB *per capita* pode ser baixo, uma vez que a renda total é dividida por muitas pessoas, como é o caso da Índia ou da China. Por outro lado, países como a Dinamarca, a Noruega e a Suíça, por exemplo, apresentam um PIB moderado, todavia é suficiente para assegurar uma excelente qualidade de vida a seus poucos milhões de habitantes.

Entretanto, o PIB *per capita* não é uma medida de renda pessoal. Pelo contrário. O PIB *per capita* pode aumentar enquanto a maioria dos cidadãos de um país fica mais pobre, ou não tão ricos, pois o PIB não considera o nível de desigualdade de renda de uma sociedade. Por isso, aliam-se ao PIB outros índices, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), para uma avaliação mais precisa do bem-estar econômico desfrutado por uma população.

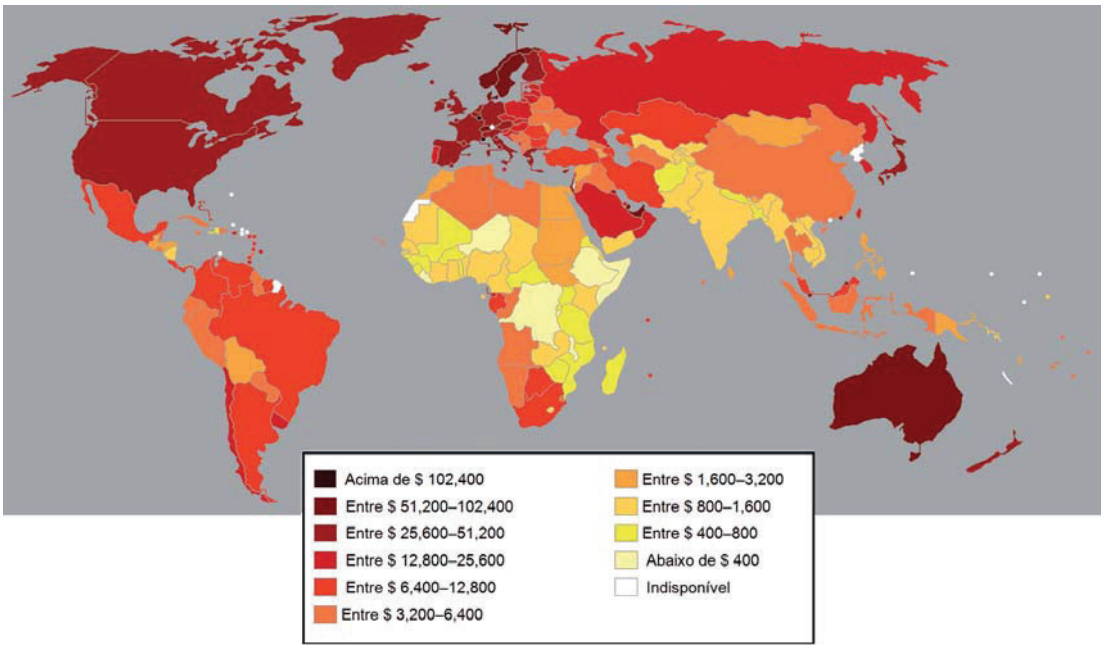


Figura 6.1: Países por PIB nominal *per capita* em 2011. Valores em dólares no ano de 2011.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:BNP_perhoofd_2011.PNG.

O mundo está passando por mais uma crise econômica. Muitos países do chamado *Primeiro Mundo* estão sucumbindo a esse momento crítico. Principalmente, aqueles que integram a Zona do Euro. Geralmente, os países mais ricos são os mais poderosos e podem influenciar a economia mundial e até decisões importantes. Porém, hoje, vemos um cenário diferente. Algumas mudanças foram estabelecidas no *ranking* das maiores economias do mundo. E essas mudanças ocorreram principalmente com os países emergentes, que estão subindo, enquanto os países desenvolvidos ficam estagnados

ou em crise. Exemplo disto é a China, que ultrapassou o Japão para tornar-se a segunda maior economia do planeta, atrás apenas dos Estados Unidos, que continuam líderes absolutos, e o Brasil, agora sexta maior economia mundial.

Tabela 6.1: Os 10 maiores PIBs mundiais (2012)

Posição	País	PIB (valor aproximado – em trilhões de dólares)
–	Mundo	69,6
–	União Europeia	17,5
1	Estados Unidos	15,0
2	China	7,2
3	Japão	5,8
4	Alemanha	3,5
5	França	2,7
6	Reino Unido	2,4
7	Brasil	2,3
8	Itália	2,1
9	Rússia	1,8
10	Canadá	1,7

Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI). Adaptação: ANJOS, Melissa.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Como estudado rapidamente na aula anterior, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado (em 1990) e aperfeiçoado pelos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sem, objetivando desviar o foco do desenvolvimento econômico e da contabilidade de renda nacional para políticas centradas em pessoas. O índice é estabelecido através da combinação de três dimensões: expectativa de vida ao nascer, acesso ao conhecimento e PIB *per capita*. O índice final é um número, e, quanto maior for esse número, melhor colocado é o país. A cada ano, os países-membros da ONU são

classificados de acordo com esses dados. O IDH também é usado por organizações locais ou empresas para medir o desenvolvimento dos estados, cidades, bairros etc.

A utilização do IDH para separar os países tem gerado muitas críticas. Entre elas, figuram a não inclusão de fatores ecológicos, uma vez que só leva em consideração o desempenho socioeconômico. Outra crítica é a redundância do índice, pois ainda avalia aspectos do desenvolvimento estudados à exaustão. O índice também é recriminado pelo tratamento inadequado da renda, pela ausência de comparabilidade de ano para ano, bem como por analisar o desenvolvimento de maneira distinta em diferentes grupos de países.

Dessa forma, as críticas giram em torno de um índice que não somente adiciona muito pouco ao valor das ações individuais que o compõem, como também possibilita a legitimidade às ponderações arbitrárias de alguns aspectos do desenvolvimento social. A estas críticas são somadas outras, tais como ser um número que produz uma classificação relativa e ser inútil para comparações intertemporais. Além disso, é difícil comparar o progresso ou regresso de um país, sendo que o IDH de um país em um dado ano depende dos níveis de expectativa de vida ou do PIB *per capita* de outros países no mesmo ano.

Mesmo com as críticas, esse é o índice principal para classificação dos países. A cada ano, os estados-membros da ONU são listados e rotulados de acordo com o IDH que apresentam. Se a classificação for alta, o país pode facilmente usar isso como uma estratégia de engrandecimento nacional. Por outro lado, sendo baixa, pode ser utilizada para destacar as insuficiências nacionais. Assim, empregando o IDH como um indicador absoluto de bem-estar social, vários autores/pesquisadores utilizam os dados do painel de IDH para examinar o impacto das políticas econômicas na qualidade de vida de um país.

Em 2 de novembro de 2011, foi publicado o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a partir dos dados coletados naquele ano, no qual consta o IDH dos países-membros. Dos 192 países-membros da ONU, figuram 185 países, além de Hong Kong – que é região administrativa especial da República Popular da China – e da Autoridade Nacional Palestina – embora não seja um estado-membro da organização. Os cinco países-membros que faltam na lista do IDH não foram incluídos devido à falta de dados. Na lista que integra o relatório, os países estão divididos em quatro grandes categorias, baseadas em seu índice de desenvolvimento humano, a saber: muito alto (47 países – do 1° ao 47°); alto (47 países – do 48° ao 94°); médio (47 países – do 95° ao 141°); e baixo (46 países – do 142° ao 187°).

Tabela 6.2: Os 10 maiores IDHs do mundo e o Brasil (2011)

Posição	País	IDH
1°	Noruega	0,943
2°	Austrália	0,929
3°	Holanda	0,910
4°	Estados Unidos	0,910
5°	Nova Zelândia	0,908
6°	Canadá	0,908
7°	Irlanda	0,908
8°	Liechtenstein	0,905
9°	Alemanha	0,905
10°	Suécia	0,904
84°	Brasil	0,718

Fonte: http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_global_2011.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Ranking2011. Adaptação: ANJOS, Melissa.

Para visualizar a lista completa do IDH de todos os países avaliados, consulte: http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_global_2011.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Ranking2011.

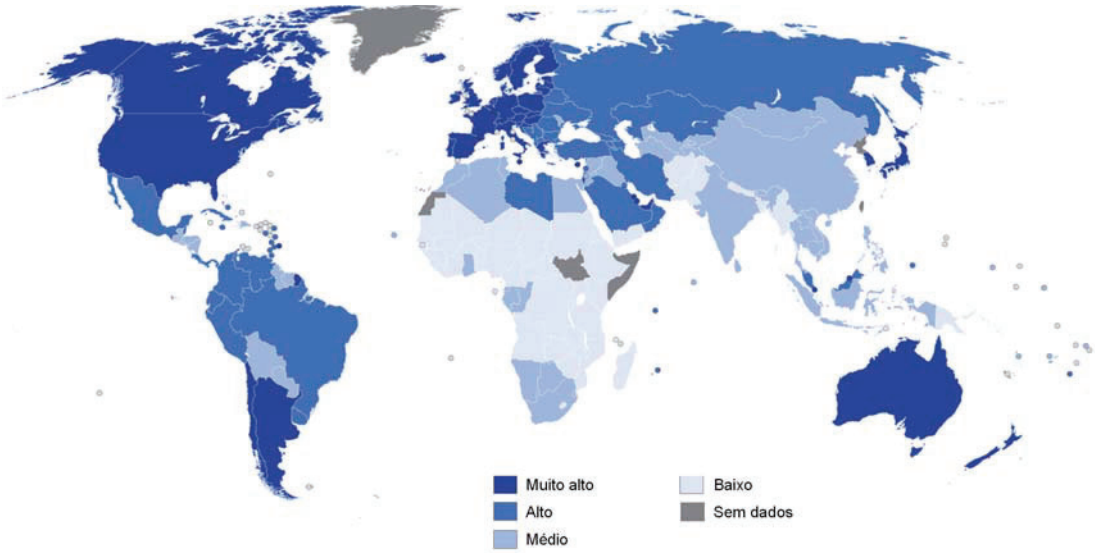


Figura 6.2: IDH mundial (2011), em classificação subjetiva do Índice de Desenvolvimento Humano mundial em novembro de 2011.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:2011_UN_Human_Development_Report_Quartiles.svg.

Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é elaborado considerando-se dados sobre a longevidade, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e o acesso à educação. Varia de 0 a 1, sendo que os valores mais próximos a 1 indicam melhores condições de vida. Sobre o assunto, julgue as afirmativas em *verdadeiras* e *falsas* e explique o porquê:

a) Trata-se de um índice que oculta a qualidade de vida de uma população por relacionar fenômenos independentes.

_____

_____

_____

b) Trata-se de um índice que explicita as desigualdades sociais em diferentes escalas, pois combina indicadores de desenvolvimento social.

_____

_____

c) Trata-se de um índice que oculta a existência de políticas públicas, voltadas à melhoria da saúde, da distribuição de renda e do nível de escolaridade.

_____

_____

d) Trata-se de um índice que oculta diferenças interpessoais, pois resulta de cálculos obtidos a partir de médias.

_____

_____

_____

Resposta Comentada

a) Falsa – A qualidade de vida da população é avaliada através dos critérios utilizados para calcular a média do IDH. Eles estão diretamente relacionados (expectativa de vida, escolaridade, PIB *per capita*), sendo analisados de todos os habitantes para a obtenção da média final.
b) Verdadeira – O IDH avalia os principais fatores socioeconômicos de uma determinada população, analisando os aspectos relacionados à saúde, educação e economia.
c) Falsa – Através das médias estabelecidas pelo IDH, são demonstrados os principais resultados dos investimentos públicos, ou seja, quanto maior a expectativa de vida da população, maiores são os investimentos em saúde.
d) Verdadeira – Como os dados do IDH são obtidos através de médias da população total de um país, pode haver distorções, pois não avalia a má distribuição de riquezas, sendo um dado homogêneo, desconsiderando as desigualdades socioeconômicas da população de um determinado território.

A população nos países centrais

Embora seja de conhecimento de todos que, hoje, a Terra abriga mais de 7 bilhões de pessoas. Nos últimos anos, a taxa de crescimento populacional diminuiu, se comparada com o avanço populacional no século XIX. Enquanto no ano de 1979 o crescimento mundial era de 2,1% ao ano, atualmente essa taxa não é maior que 1,2% ao ano e está em declínio. Mesmo assim, o número de habitantes no mundo continua aumentando.

Segundo análises da ONU, os números apontam para as disparidades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os países considerados centrais ou desenvolvidos (aqueles que integram a América do Norte e a Europa, a Austrália e a Nova Zelândia) já atingiram ou estão prestes a atingir uma taxa de crescimento natural nulo ou mesmo negativo. Por outro lado, a população de nações em

desenvolvimento aumenta quase cinco vezes mais rápido. A evolução demográfica corresponde, portanto, a situações diferentes: nos países desenvolvidos, há a tendência de que a população diminua, ao passo em que, nas nações em desenvolvimento, a população deverá aumentar até 2050.

Mesmo com a queda mundial na taxa de crescimento, a expectativa de vida está em ascensão. Além disso, a luta de mais de dois séculos contra a elevada taxa de mortalidade tem registrado sucessos significativos, não só pela redução da mortalidade infantil, mas também pela da mortalidade em idade adulta. Em conjunto, esta redução contribuiu para o aumento considerável da expectativa média de vida que, nas últimas cinco décadas, aumentou em aproximadamente 20 anos nos países centrais.

Na atualidade, as taxas de mortalidade registram valores baixos, bem próximos das taxas de natalidade. Isso fará com que a taxa de crescimento natural seja nula. Outros fatores dessa desaceleração são a redução do número de filhos por mulher decorrentes dos métodos contraceptivos; o avanço na medicina preventiva e curativa; a revolução tecnológica no setor agrícola; o melhoramento das condições sanitárias; e, ainda, o acesso à educação. Dessa maneira, a diminuição da fecundidade e o aumento da expectativa média de vida, que estão ocorrendo simultaneamente na maioria dos países europeus, estão acelerando o envelhecimento demográfico.

Para mais informações sobre o envelhecimento demográfico e suas consequências, assista ao vídeo protagonizado pelo professor Reinaldo Scalzaretto na página http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL1284471-5604,00-ENTENDA+AS+CONSEQUENCIAS+DO+ENVELHECIMENTO+DA+POPULACAO+NO+MUNDO.html

Antonio Jiménez Alonso

Figura 6.3: Envelhecimento demográfico.
Fonte: http://www.sxc.hu/photo/1154740.

O incentivo ao uso dos métodos contraceptivos por parte dos órgãos oficiais, tais como o uso de anticoncepcionais, o controle de natalidade e o planejamento familiar são fatores preponderantes nas sociedades modernas. Aliado a isso, a emancipação da mulher e sua participação no mercado de trabalho contribuíram para a queda da natalidade. Os países desenvolvidos têm buscado a aplicação destas medidas como uma fórmula para conter a explosão demográfica, que ainda é um grave problema nos países em desenvolvimento. Os países centrais usam a reprodução responsável, enquanto atitude consciente e coletiva, visando equacionar os problemas decorrentes da reprodução humana. O foco é a formação de famílias de pequeno porte, mais adequadas à realidade socioeconômica.

Desde o século XIX, com os inúmeros avanços na ciência médica aliados à urbanização, houve grande queda nas taxas de mortalidade. No entanto, estes fenômenos tiveram um efeito contraditório na taxa de natalidade, uma vez que a elevada mortalidade infantil incentivava a natalidade. O crescimento vegetativo aumentou em todo o planeta até a década de 1970. A partir desse período, as taxas de mortalidade – em condições

normais, excluindo-se, portanto, os países que sofreram guerras, epidemias ou grandes desastres – tenderam a estabilizar-se em níveis próximos a 0,6% nos países desenvolvidos.

Com relação à urbanização, as alterações comportamentais por ela criadas, associadas à melhoria do padrão de vida causaram uma queda tão acentuada dos índices de natalidade que, em alguns anos, o índice de crescimento vegetativo chegou a ser negativo em muitos países centrais. Essa queda também pode ser relacionada principalmente à migração e a suas consequências no comportamento demográfico. Cita-se como exemplo:

a) Maior custo para criar os filhos: é mais caro e difícil criar filhos nas cidades mais desenvolvidas, pois é necessário adquirir maior quantidade de alimentos básicos. Além disso, o ingresso dos dependentes no mercado de trabalho urbano costuma acontecer mais tarde. Afora as necessidades gerais de consumo – como vestuário, lazer, medicamentos, transportes, energia, saneamento e comunicação –, que aumentam substancialmente.

b) Acesso a métodos anticoncepcionais: as residências passaram a ser próximas a farmácias, hospitais e postos de saúde. Isso fez com que as pessoas tivessem contato com a pílula anticoncepcional, os preservativos, os métodos de esterilização, entre outros métodos contraceptivos.

c) Trabalho feminino extradomiciliar: a emancipação feminina elevou o percentual de mulheres que trabalham fora e desenvolvem carreira profissional. Para essas mulheres, sucessivas gravidezes acarretam queda no padrão de vida e comprometem sua atividade profissional.

d) Aborto: a urbanização elevou bastante a sua ocorrência, contribuindo para uma queda da natalidade. Além disso, em alguns países desenvolvidos, essa prática é legal, o que facilita ainda mais na diminuição da taxa de natalidade.

e) Acesso à assistência médica, ao saneamento básico e a programas de vacinação: o investimento dos países centrais no

campo da assistência médica e infraestrutura urbana contribuiu para a queda da mortalidade e para o aumento da expectativa de vida – tanto dos infantes quanto dos idosos.

Figura 6.4: Métodos contraceptivos – anticoncepcional e camisinha.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Antibabypille.jpg e http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Kondom.jpg.

Figura 6.5: Infraestrutura – saneamento.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Encanamento.JPG.

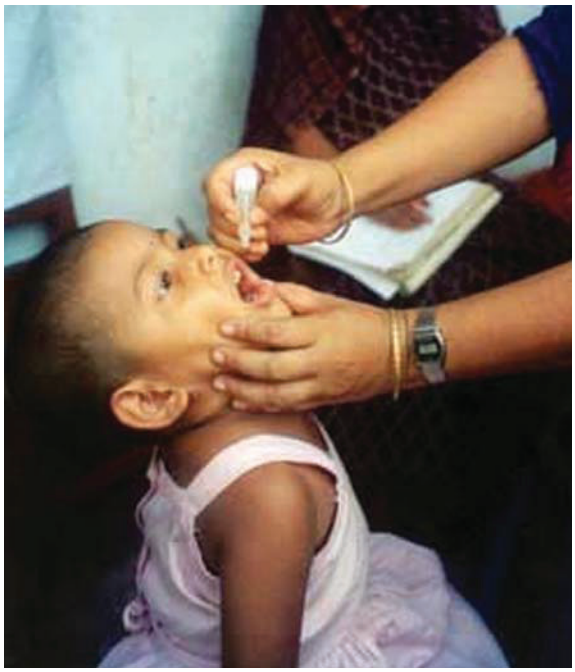


Figura 6.6: Programa de vacinação.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Poliodrops.jpg.

Ora, se as taxas de natalidade e mortalidade quase se equiparam nos países centrais e caminham para a estabilidade nos países periféricos, pode-se pensar então que o maior fenômeno do século XXI não será o crescimento rápido da população, mas sim seu envelhecimento. E ele poderá ser avaliado seja pelo aumento da proporção de pessoas idosas (5,2% em 1950, 7,6% em 2010 e 16,2% em 2050, segundo as previsões da ONU), seja pela evolução da idade mediana da população (24 anos em 1950, 29 anos em 2010 e cerca de 38 anos em 2050).

Desta maneira, se por um lado, o aumento da expectativa de vida amplia o número de indivíduos na terceira idade, por outro, a diminuição da fecundidade reduz o efetivo de jovens. Seus efeitos são particularmente importantes nos países em fase de *inverno demográfico*, nos quais a fecundidade está há várias décadas claramente abaixo do nível de renovação das gerações. Nesses países, somente uma promoção considerável da fecundidade (e não

muito tardia, pois o número de mulheres em idade de procriar diminui sensivelmente) ou dos aportes migratórios de populações jovens e fecundas poderiam permitir a manutenção do nível necessário para uma simples renovação das gerações.

Inverno demográfico

É um fenômeno percebido quando a taxa de natalidade não se estabiliza e a taxa de mortalidade mantém-se em níveis baixos. Isso tem como consequência o envelhecimento da população. Essa hipótese foi apresentada pelo geógrafo, economista e demógrafo francês Gérard François Dumont, observada na Europa, particularmente na Alemanha e na Itália, assim como em outros países, como o Japão. Segundo Dumont, um país deve manter uma taxa de natalidade de 2,1 filhos por mulher para substituir a sua população atual. No entanto, nos países centrais, as taxas de natalidade ou se aproximam de zero ou já são negativas.

O envelhecimento da população é avaliado medindo a parte crescente das pessoas idosas em relação à população total. Mas é igualmente necessário medir o aumento do número absoluto de pessoas idosas com mais de 65 anos. Essa distinção entre envelhecimento e *gerontocrescimento* (aumento do número de idosos em determinada população) permite capturar as evoluções mais contrastadas, de acordo com o país. Em certos casos, esses dois fenômenos não evoluem de maneira idêntica, sob o efeito, por exemplo, de um sistema migratório atrativo para populações jovens e repulsivo para as populações idosas.

Na ordem natural da vida, cada geração deveria gerar descendentes suficientes para repor as mortes e ainda acrescentar alguns indivíduos à população. Porém a União Europeia inverteu essa lógica da natureza. Em fins dos anos 2000, pela primeira vez na História, o número de europeus com mais de 65 anos ultrapassou o de menores de 14 anos. Em uma sociedade de população estável, espera-se uma proporção igual de crianças, jovens e adultos, mas menor de idosos em comparação a todos os outros grupos populacionais.

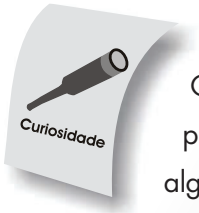
Menos bebês e mais pessoas idosas é uma equação com consequências populacionais em médio prazo. Estima-se que, em meados deste século, a Alemanha e a Itália tenham menos habitantes que hoje. A França e a Espanha devem permanecer estáveis, mas só se continuarem a atrair imigrantes. Do ponto de vista populacional e cultural, a Europa Ocidental estará irreconhecível em duas ou três gerações.

Esse fenômeno é uma tendência generalizada entre os países ricos e desenvolvidos. Na Coreia do Sul e na Austrália, a taxa de fecundidade caiu abaixo da linha de reposição da população. O Japão apresenta o maior porcentual de idosos em relação ao total de cidadãos (28%). Dos membros do G8, o grupo dos países mais ricos do mundo, apenas os Estados Unidos têm uma taxa de fecundidade capaz de manter a população estável. Além disso, os Estados Unidos são um exemplo de país rico que conseguiu uma maneira eficiente de garantir o crescimento, ou ao menos a estabilidade populacional, pela atração de imigrantes.

A taxa americana de fecundidade é de 2,05 (semelhante à brasileira). O fluxo de imigrantes, no entanto, é intenso (4,1%): no saldo das pessoas que entram ou saem do país, os Estados Unidos ganham um novo morador a cada 31 segundos. Na Europa, onde a taxa de fecundidade está bem abaixo do ponto de equilíbrio, nada menos que dois terços do crescimento populacional, no ano passado, deveram-se à chegada de imigrantes. A França e a Holanda são os únicos países da União Europeia em que o número de nascimentos foi maior do que o de estrangeiros recém-chegados.

Por conta dessa baixa taxa de fecundidade, tem tomado força uma vertente de políticos e demógrafos europeus que vê na imigração uma solução plausível apenas em curto prazo. Há várias razões para isso, primeiro, a dificuldade de alguns países em integrar seus imigrantes. Tal dificuldade pode abranger desde a falta de afinidades culturais até a xenofobia – a dificuldade em integrar os recém-chegados e o medo de ver a identidade nacional diluída atrapalham o debate imigratório. Outra preocupação diz respeito ao número necessário de imigrantes. A demanda pode crescer a ponto de ser quase impossível preencher as vagas.

A República Checa, por exemplo, tem 10 milhões de habitantes. Mantida a atual taxa de fecundidade de 1,2, sua população cairá para apenas 8 milhões em 2050. Para suprir a diferença, o país necessitaria de 2 milhões de imigrantes. Mesmo que os checos se dispusessem a receber tanta gente de fora, enfrentariam outro problema: até a metade do século, a população mundial tende a parar de crescer e a concorrência por imigrantes ficará acirrada.



Como tentativa de reverter o quadro preocupante, o Parlamento Europeu vem, há alguns anos, estudando a possibilidade de criação de um *blue card*. É um sistema para dar vistos de trabalho de dois anos (com possibilidade de renovação) para imigrantes qualificados. O objetivo é reverter uma batalha que está sendo vencida pelos americanos: dos trabalhadores qualificados que emigram em todo o mundo, 55% vão para os Estados Unidos e apenas 5% para a Europa. O velho continente recebe, sobretudo, imigrantes sem qualificação, vindos da África e de países muçulmanos da Ásia e do Oriente Médio. Isso cria um sério dilema político e de identidade cultural. Até o corrente ano, somente a Alemanha aprovou o *blue card* – embora com ressalvas.

Na Alemanha, na Espanha, na Itália e no Japão, a falta de bebês e o aumento no contingente de idosos são temas discutidos em tons apocalípticos. Não é sem razão. Tamanho e perfil da população costumam ser fatores relevantes no desempenho econômico de uma nação. Uma maneira clássica de calcular o crescimento do PIB potencial de um país é somar os índices de aumento da força de trabalho e da produtividade. Se a força de trabalho crescer 1% e a produtividade 2% em determinado ano, por exemplo, o aumento do PIB potencial será de 3%. Essa equação explica-se pelo impacto que a falta de bebês pode ter sobre a força produtiva de uma nação no futuro. Menos trabalhadores significa menos produção de riqueza, menos gente para consumir e, o que é mais perturbador, menos contribuintes para manter o sistema de previdência, sobrecarregado pela multidão de aposentados. Com isso, o futuro do sistema de pensões tornou-se uma tormenta global, especialmente para alemães, italianos e japoneses.

No Japão, hoje, há quatro trabalhadores na ativa para cada aposentado. Em 2050, estima-se que a proporção será de três para dois. Na Alemanha, a previdência representa o maior gasto social do país. Em países com sistema assistencial precário, o efeito da baixa taxa de fecundidade adquire contornos trágicos. Em Hong Kong, por exemplo, com média de apenas 0,9 filho por mulher, os idosos dependem quase que unicamente dos filhos ou netos. Devido à política do filho único, o país enfrenta hoje uma distorção: em determinada fase da vida, um jovem adulto tem de sustentar sozinho dois pais e quatro avós. Isso em uma região em que a expectativa de vida aumentou de 40,8 anos para 71,5 anos em apenas cinco décadas.

Tudo isso quer dizer que a falta de bebês tem efeitos inesperados no modo de vida de um país. Outro exemplo é a Toscana, no norte da Itália, onde o saldo entre nascimentos e mortes resulta na perda de mais de 8 mil habitantes por ano. A consequência disso é o acelerado esvaziamento das áreas rurais. Não falta apenas mão de obra para cuidar da terra. Os proprietários também estão ausentes. Atualmente, a região está repleta de estrangeiros,

sobretudo americanos e ingleses. Eles compram as residências abandonadas para usá-las nas férias, pois os preços caíram bastante nos últimos anos, devido ao excesso de oferta.

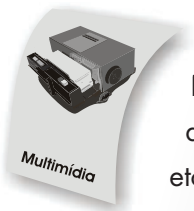
Por fim, com o envelhecimento da população, os governos são induzidos a adotarem medidas que tenham por objetivo contrariar essa tendência. É neste contexto que se inserem as políticas que visam ao aumento da natalidade. Estas políticas têm sido implementadas nos países de elevado desenvolvimento, sobretudo da Europa do Norte e Ocidental.

No entanto, o sucesso dessas políticas tem sido dificultado por fatores, como: os casamentos e a maternidade tardios, a redução do número de filhos por casal e o aumento de atribuições profissionais das mulheres. Essas políticas têm assumido formas distintas nos mais diversos países. Entre eles, podemos citar:

a) França: um dos países mais preocupados com a implementação deste tipo de medida, introduzindo, inclusive, medidas legislativas que incentivam à formação de famílias numerosas, nomeadamente pelo pagamento do ordenado, mantendo a licença-maternidade às mães que têm o seu terceiro filho.

b) Alemanha: com sua taxa de natalidade em queda alarmante, reforçou os incentivos à natalidade, sejam econômicos, sejam legislativos.

c) Suécia: um dos progenitores, durante o ano da licença de parto, pode ficar em casa com 80% do vencimento. Por causa disso, é considerada "o melhor sítio do mundo para ter filhos".



Para mais informações a respeito das taxas de natalidade, fecundidade, migração etc., nos países desenvolvidos, consulte o sítio eletrônico http://www.indexmundi.com/map/?t=0&v=31&r=eu&l=pt. Neste sítio, você vai encontrar todos os mapas, contendo essas informações, além de outras igualmente importantes.

Atende ao Objetivo 2

2. A capa da revista *Newsweek*, de 27 de setembro de 2004, traz como título: "Para um número cada vez maior de países, o problema não é ter gente demais, mas ter de menos".

Com base nele, apresente os principais problemas, resultantes da diminuição da taxa de natalidade em alguns países desenvolvidos:

_____

_____

_____

_____

_____

Resposta Comentada

Você pode destacar as seguintes causa: a) o aumento da proporção de idosos na estrutura populacional sobrecarrega as despesas previdenciárias; b) a redução do número de jovens no mercado de trabalho gera a necessidade de importação de mão de obra do exterior, o que muitas vezes gera tensões internas, manifestadas tanto pela falta de afinidade cultural quanto pela xenofobia; e c) o Estado perde simbolicamente o grupo etário que representa o futuro da nação.

CONCLUSÃO

Transições demográficas em curso nos diferentes países do sul, inverno demográfico nos países do norte, envelhecimento da população em todos os países desenvolvidos, urbanização sem precedentes. As medidas que podem permitir a muitos países conviver com o envelhecimento populacional passam por mudanças culturais como, por exemplo, o incentivo ou a aceitação da circulação migratória.

Se, por um lado, o aumento da população idosa é um fenômeno positivo na medida em que é uma consequência do aumento da expectativa média de vida, por outro, consiste no aumento das despesas do Estado. Assim, o mais difícil em renovar as gerações com uma população envelhecida é justamente a renovação das gerações. Uma paisagem demográfica inédita se desenha no horizonte.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

1. O jornal *O Globo* de 20/09/2009, publicou a seguinte matéria "Pare de tomar a pílula: dia desses podem lançar uma campanha para as mulheres brasileiras voltarem a ter mais filhos, como já acontece em alguns países mundo afora".

A matéria refere-se ao fato de que a taxa de crescimento vegetativo nos países desenvolvidos ou já se aproximou de zero ou está negativa. Em muitos desses países, o governo decidiu implementar medidas de incentivo à natalidade. Indique alguns países que promovem essa prática e apresente uma justificativa.

2. Observe os dados apresentados a seguir:

País	Crescimento Demográfico (% anual)	IDH	Analfabetismo (%)	Expectativa de vida M/F*
1	2,4	0,519	25	49/54
2	2,4	0,219	80,8	45/47
3	3	0,252	64,5	48/51
4	2,2	0,295	45,1	42/45
5	0,6	0,960	0	76/82

(*M/F: Masculina/Feminina)

A partir do que foi estudado até aqui e tomando-se por base esses indicadores socioeconômicos, julgue as questões em *verdadeiras* e *falsas* e explique.

a) Desses países, apenas dois têm economia desenvolvida.

b) Os países 1 e 5 devem estar situados na Europa Ocidental.

c) O país 4 encontra-se numa fase de recessão.

d) Os países 2 e 3 devem possuir um sistema econômico socialista.

e) O país 5 é o único que possui uma economia desenvolvida.

_____

_____

_____

Resposta Comentada

1. Você deve mostrar compreensão de que a dinâmica do crescimento populacional apresenta, nos dias de hoje, comportamentos diferenciados entre os países do mundo. Nos países centrais, o crescimento populacional já está próximo de zero. Entre os países com crescimento populacional negativo estão o Japão, a Itália, a Alemanha e a Suécia, por exemplo. Por conta das consequências em longo prazo, diversos países estão elaborando políticas de incentivo à natalidade com o objetivo não só de repor a mão de obra nacional e reduzir a necessidade de importação de mão de obra estrangeira, como também de aumentar a arrecadação de impostos e diminuir os déficits previdenciários.

2.

a) Falsa – Conforme os dados da tabela, apenas um país possui economia desenvolvida, pois a taxa de analfabetismo dos outros quatro países é alta, a expectativa de vida é baixa e as médias de IDH não são elevadas.

b) Falsa – Os países da Europa Ocidental apresentam elevadas médias de Índice de Desenvolvimento Humano e expectativa de vida, sendo o país 1 contrário a esses aspectos.

c) Falsa – O país 4 apresenta características de um país economicamente pobre e com vários problemas socioeconômicos, não passando apenas por um período de recessão.

d) Falsa – Os países 2 e 3 apresentam grandes problemas socioeconômicos, as taxas de analfabetismo são altas (80,8 e 64,5, respectivamente), baixa expectativa de vida e baixo IDH. Esses fatores não são unanimidade entre os países de economia socialista.

e) Verdadeira – Os países que possuem economia desenvolvida apresentam características típicas do número 5, com elevadas médias de IDH, expectativa de vida alta, além de baixas médias de analfabetismo e pequeno crescimento demográfico.

RESUMO

Na primeira parte da aula, entendemos que os chamados países centrais, ou desenvolvidos, são os países que têm alto nível de desenvolvimento econômico e social, tomando por base critérios como: o nível de industrialização presente em cada país, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o valor do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de cada país. Quanto à industrialização, os países considerados mais desenvolvidos são aqueles em que predominam os setores terciário e quaternário da economia e, por isso mesmo, possuem um alto valor do PIB. Com relação ao IDH, ele mede três dimensões: riqueza, educação e expectativa média de vida e é uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma determinada população. Os países desenvolvidos geralmente são os que apresentam IDH elevado. Países que não entram em tais definições são classificados como países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos.

Na segunda parte da aula, compreendemos que, nos países desenvolvidos, o crescimento populacional tende, cada vez mais, a estacionar. Ou seja, estima-se que, com o passar dos anos, a população envelheça. Tal estimativa gera preocupações alarmantes, pois a queda do crescimento demográfico nos países desenvolvidos apresenta um grave problema: um maior encargo para a previdência social e a falta de mão de obra no mercado. Essa queda da taxa de natalidade é acompanhada por outra, a taxa de mortalidade. Por isso, o mundo está ficando velho e um novo cenário descortina-se à frente.

Informação sobre a próxima aula

A próxima aula, destinada ao estudo da população nos países periféricos, ou em desenvolvimento, possibilitará um avanço na compreensão das diferenças populacionais que se apresentam no mundo.

Aula 7

A população nos países periféricos: África e América Latina

Ulisses Fernandes
Melissa Anjos

Meta da aula

Apresentar as características demográficas e o crescimento populacional dos chamados países periféricos do mundo atual, destacando a África e a América Latina.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as principais características demográficas dos países de crescimento populacional elevado, notadamente os da África;
2. analisar as principais características demográficas dos países de crescimento populacional desacelerado, destacando a América Latina.

INTRODUÇÃO

Fonte: http://www.sxc.hu/photo/1186820

O ciclo de crescimento da população dos chamados países ricos atingiu seu limite apenas duas décadas após o fim da Segunda Guerra Mundial. Entre os países pobres, o fim da guerra marca o início de grandes transformações de caráter político, econômico e social. Paralelamente a isso, esse último grupo de nações começa a experimentar uma dinâmica de crescimento acelerado de suas populações, o que os demógrafos passaram a chamar de explosão demográfica. No gráfico a seguir, você pode observar como o crescimento populacional das nações periféricas acelerou, ao passo que o crescimento das nações ricas estagnou-se.

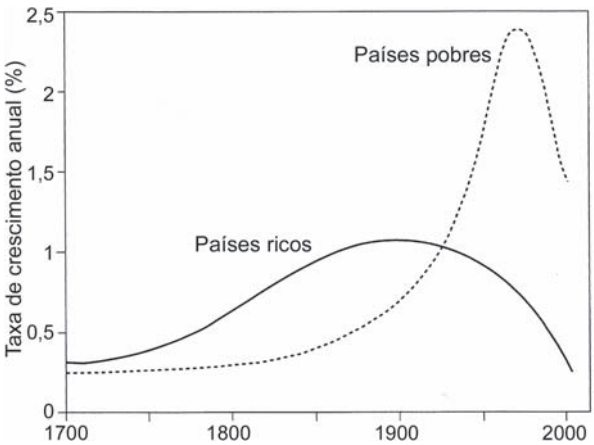


Figura 7.1: Gráfico de crescimento populacional.
Fonte: BACCI, Massimo (2002).

Repare que o crescimento populacional dos países ricos era bem mais acentuado do que o dos países pobres até o início do século XX. Próximo à Segunda Guerra Mundial, como visto, as

projeções invertem-se e a porção subdesenvolvida do mundo passa a experimentar um crescimento populacional sem precedentes na história da humanidade.

Por outro lado, como afirma o demógrafo italiano Massimo Bacci (2002), o mundo pobre articula-se em sociedades muito diferentes no que concerne às condições ambientais, à organização e à cultura. Esta diversidade repercute na dinâmica do crescimento populacional das diferentes nações que compõem a porção subdesenvolvida do planeta. Se a transição demográfica dos países ricos ocorreu de um modo mais lento (entre o início do século XIX e meados do século XX), a dos países pobres se dará de forma acentuada e em um espaço de tempo bem mais curto. Olhando para a tabela a seguir, podemos observar algumas diferenças deste crescimento acentuado entre países e regiões que compõem a porção periférica do planeta.

Tabela 7.1: A tabela permite observar algumas diferenças no crescimento populacional entre áreas centrais e periféricas que compõem o mundo

	População (milhões)		**Crescimento anual (%)**		**Natalidade (‰)**		**Mortalidade (‰)**		**Filhos por mulher (ISF)**		**Expectativa de vida**	
Continente ou região	**1950**	**2000**	**1950-1955**	**1995-2000**	**1950-1955**	**1950-2000**	**1950-1955**	**1995-2000**	**1950-1955**	**1995-2000**	**1950-1955**	**1995-2000**
Mundo	2.521	6.057	1,77	1,33	37,3	22,1	19,7	8,9	4,99	2,82	46,5	65,0
Países Desenvolvidos	813	1.191	1,21	0,27	22,0	11,2	10,2	10,1	2,77	1,57	66,6	74,9
Países Subdesenvolvidos	1.709	4.865	2,04	1,59	44,4	24,9	24,2	8,6	6,16	3,10	40,9	62,9
África	221	784	2,15	2,36	48,2	38,0	26,6	13,9	6,58	5,06	37,8	51,4
Ásia Oriental	671	1.485	1,75	0,87	40,8	15,7	23,3	7,0	5,71	1,77	42,9	71,0
Ásia Meridional	499	1.491	2,03	1,76	44,7	27,0	24,8	8,8	6,06	3,36	39,3	62,3
Sudeste da Ásia	182	519	1,92	1,53	44,3	23,1	24,7	7,3	6,03	2,69	40,5	65,7
Ásia Ocidental	50	188	2,64	2,21	45,3	26,2	21,8	6,6	6,38	3,77	45,2	68,0
Europa	547	729	1,00	0,03	20,9	10,3	10,6	11,3	2,56	1,42	66,2	73,3
América Latina e Caribe	167	519	2,65	1,57	42,0	23,1	15,6	6,5	5,89	2,69	51,4	69,2
América do Norte	172	310	1,70	0,85	24,6	13,8	9,4	8,3	3,47	1,94	69,0	76,9
Oceania	13	30	2,21	1,29	27,6	17,9	12,3	7,7	3,84	2,38	60,9	73,8
China	555	1.275	1,53	0,75	43,6	16,2	25,0	6,9	6,22	1,80	40,8	69,8
Índia	358	1.009	2,00	1,64	44,1	25,5	25,0	8,9	5,97	3,32	38,7	62,3

Fonte: BACCI, Massimo (2002).

Já tivemos a oportunidade de visualizar um crescimento populacional diferenciado entre países ricos e pobres, com períodos de crescimento, inclusive, ocorrendo em tempos distintos. Entretanto, olhando com atenção para a tabela, podemos perceber também muitas diferenças de crescimento entre distintas porções territoriais do globo terrestre. Observe que a África é a única porção territorial cujo crescimento no período 1995-2000 era maior do que aquele observado no período 1950-1955. Todas as demais porções do planeta, ricas ou pobres, apresentaram diminuição no ritmo de crescimento, sendo que nos países pobres este crescimento ainda é, de um modo geral, bastante expressivo.

Neste sentido, define-se assim a divisão desta aula: em um primeiro momento, caracterizar a dinâmica populacional africana, que apresenta um crescimento populacional típico da primeira transição demográfica, ou seja, queda das taxas de mortalidade e manutenção de elevadas taxas de natalidade. Em um segundo momento, faremos a análise da população da América Latina, cuja transição demográfica já se encontra em outro estágio, com taxas de mortalidade baixas e queda, também, das taxas de natalidade. E, na próxima aula, daremos sequência a esta análise, apresentando a heterogênea realidade demográfica da Ásia.

A dinâmica populacional na África

Fonte: http://www.sxc.hu/photo/1034119

Decerto, como advoga Bacci (2002), não há desenvolvimento sem queda da mortalidade, ou melhor, sem queda da mortalidade infantil. A queda deste indicador social denota desenvolvimento econômico e social, pois não existe melhora social independente de melhora econômica. A queda da mortalidade, de um modo geral, terá consequências diretas no aumento da expectativa de vida e até mesmo na queda da taxa de fecundidade.

Ao falar sobre África, o indicador social que mais chama a atenção é a taxa de mortalidade. O aumento da população está claramente associado a uma diminuição da mortalidade sem precedentes na história deste continente. Por outro lado, cabe destacar que a análise feita sobre a África não corresponde ao continente como um todo. Na verdade, destaca-se a maior parte do continente, de população negra, chamada de *África Subsaariana*. A porção norte, conhecida como África Setentrional ou África do Norte, com populações de características étnicas mais próximas às da Europa, apresentam uma dinâmica diferente, que será tratada na segunda parte da aula, com respeito às chamadas populações islâmicas.

A África Subsaariana, como pode ser visto no mapa destacado, corresponde à maior parte do continente africano, ocupando toda a porção que está ao sul do deserto do Saara. A população aí encontrada é de origem negra, com religião originalmente animista (atribui uma alma a todos os fenômenos da natureza), mas que sofreu influências tanto do cristianismo como do islamismo.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Sub-Saharan-Africa.png

Mas se a queda da mortalidade responde pelas grandes transformações populacionais desta parte do continente africano, não se pode deixar de apresentar um quadro da realidade demográfica como um todo. As taxas de crescimento populacional estão entre as maiores do planeta, entre 3% e 3,5% ao ano em alguns países; mais de 40% da população possuem menos de 15 anos de idade; e somente pouco mais de 3% das pessoas estão acima dos 65 anos de idade. Trata-se, portanto, de uma população muito jovem. E esta população jovem manterá excedentes naturais de população para o continente por muitos anos. Explica-se: mesmo que as taxas de natalidade caiam, o número de jovens em fase de reproduzir é muito elevado, o que garantirá por algumas décadas um forte crescimento absoluto para esta parte da África.

Entretanto, devemos considerar que as taxas de fecundidade africanas tenderão a cair, mas não se verificou ainda uma tendência a sua diminuição que projetasse números seguros de redução da população africana. A mortalidade, embora com números em queda, também pode variar para mais, conforme flagelos como a aids, a fome e as guerras civis se tornem menos controladas do que no presente momento.

Figura 7.2: Crianças somalis, esperando pela ajuda americana.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Somali_children_waiting.JPEG

Na verdade, são muitos os tormentos a colocar como regra a imprevisibilidade dos dados populacionais africanos. Dos muitos a enumerar, destacam-se os perigos ecológicos (que podem levar à desertificação), o predomínio das relações econômicas informais, a instabilidade política e os êxodos em massa (causados por guerras e pela fome).

A África é um continente marcado pela tragédia. A exploração deste continente por outros povos do mundo, notadamente os europeus, trouxe consequências terríveis para a realidade vivida pela maior parte da população deste continente. São inúmeras as tragédias que assolam a África, sendo a tragédia maior iniciada séculos atrás com o grande fluxo migratório forçado, empreendido pelas nações colonizadoras europeias no sentido de produzir escravos para abastecer o mercado de suas colônias na América.

A ***Tabela 7.2*** indica que mais de 11 milhões de africanos foram comercializados como escravos entre o início do século XVI e meados do século XIX. Tribos e reinos africanos inteiros foram dizimados por conta do tráfico negreiro, o que contribuiu significativamente para a atual desestruturação social, política e econômica vivenciada pelo continente africano.

Tabela 7.2: Volume de partidas transatlânticas de escravos por região africana e por período de anos, 1519-1867 (em milhares)

	Sene-gâmbia	Serra Leoa	Wind-ward Coast	Costa do Ouro	Baía de Benin	Baía de Biafra	África Central Atlântica	África Oriental e do Sul	Todas as regiões
1519-1600	10,7	2	0	10,7	10,7	10,7	221,2	0	266,1
1601-1650	6,4	0	0	5,2	2,4	25,5	461,9	2	503,5
1651-1675	17,7	0,4	0,1	35,4	21,9	38,6	104,3	1,2	239,8
1676-1700	36,5	3,5	0,7	50,3	223,5	31,5	132,6	10,9	509,5
1701-1725	39,9	7,1	4,2	181,7	408,3	45,8	257,2	14,4	958,6
1726-1750	69,9	10,5	14,3	186,3	306,5	166	552,8	5,4	1311,3
1751-1775	130,4	96,9	105,1	263,9	250,5	340,1	714,9	3,3	1905,2

1776-1800	72,4	106	19,5	240,7	264,6	3604	816,2	41,2	1921,1
1801-1825	91,7	69,7	24	69	263,3	260,3	700,8	131,8	1610,6
1826-1850	22,8	100,4	14,4	0	257,3	191,5	770,6	247,5	1604,3
1851-1867	0	16,1	0,6	0	25,9	7,3	155	26,8	231,7
Todos os anos	498,5	412,7	183	1043,2	2034,6	1517,9	4887,5	484,5	11062
% do tráfico	4,5	3,7	1,7	9,4	18,4	13,7	44,2	4,4	100

Fonte: David Eltis, The Volume and Structure of the Transatlantic Slave Trade: A Reassessent. In: *William and Mary Quarterly*, 3d Series, Volume LVIII, Number 1, January 2001. Omohundro Institute of Early American History and Culture.

De fato, todas essas tragédias estão relacionadas à desastrosa estrutura colonial imposta pelos europeus até meados do século passado, quando começou o processo de independência política do continente. Destacamos, entre tantas tragédias que afetam a África, a epidemia de aids, a fome e as guerras civis.

A epidemia de aids tem causado uma verdadeira catástrofe social nesta parte do mundo. É substancial o número de pessoas infectadas em muitos dos países africanos, principalmente na chamada África Subsaariana. Veja alguns destes dados, com base no que foi publicado em 2001 pela Unaids, entidade da Organização Mundial de Saúde (OMS), ligada à ONU.

- **Botsuana**: embora tenha a maior renda *per capita* do continente africano, tem também o maior número de adultos infectados (36%). Somente em 2001, 24 mil adultos morreram e 66 mil crianças perderam suas mães ou seus pais por causa desta doença.
- **Suazilândia**: mais de 25% dos adultos têm o vírus ou já desenvolveram a doença; 12 mil crianças ficaram órfãs e 7,1 mil crianças e adultos morrem a cada ano.
- **Zimbábue**: 25% da população adulta estão infectados; 160 mil adultos e crianças morreram em 1999, e 900 mil crianças ficaram órfãs. Em decorrência da aids, a expectativa de vida baixou para 43 anos.

- **Lesoto**: 24% estão infectados; 35 mil crianças ficaram órfãs e 16 mil adultos e crianças morrem a cada ano.
- **Zâmbia**: 20% da população adulta estão infectados (uma em cada quatro pessoas nas cidades). Livingstone, a capital do turismo, tem o recorde de 31%. 650 mil crianças ficaram órfãs e 99 pessoas mil morrem a cada ano.
- **África do Sul**: tem o maior número de pessoas vivendo com a síndrome, pulando de 13%, em 1997, para 20% da população adulta, atualmente. 420 mil crianças ficaram órfãs, e 250 mil pessoas morrem a cada ano.
- **Namíbia**: 19,5% da população estão infectados. Deste número, 57% são mulheres; 67 mil, crianças.

Os números mostram como muitos dos países africanos estão seriamente comprometidos pelo alastramento da doença. Ao contrário do Brasil, onde os números são bem inferiores e há uma das melhores políticas públicas do mundo em termos de atendimento aos afetados pelo vírus, a desestruturação política, a economia limitada e as práticas culturais acabam por favorecer a ampliação da doença. Deste modo, muito do que pode ser feito em prol da população atingida acaba sendo limitado à ação de organismos internacionais ligados à ONU.

Para saber mais sobre a aids na África, acesse a reportagem publicada pela revista *Superinteressante*, da editora Abril, em: http://super.abril.com.br/saude/aids-devastacao-africa-442188.shtml.

Outra tragédia a atentar contra a vida nos países africanos é a fome. Grosso modo, se poderia dizer que as secas ou as inundações seriam os grandes vilões a produzir a fome no continente, mas na verdade a causa da fome é basicamente política e econômica.

Sabe-se que o mundo hoje possui cerca de 7 bilhões de habitantes, mas produz comida suficiente para dar conta da fome de 12 bilhões de pessoas. Esta informação já demonstra que o problema não está na falta de alimentos, mas no acesso a estes.

Na África, por exemplo, as situações de guerra civil geram grupos de milhares de refugiados, que muitas vezes acabam não tendo acesso ao mínimo de comida e atendimento básico de saúde. Por outro lado, a exploração colonial relegou ao continente um papel secundário, de grande fornecedor de matérias-primas. Tal fato gerou uma mudança estrutural na forma de lidar com a terra em toda a África. As melhores terras passaram a ser concentradas em grandes propriedades que estão nas mãos de alguns clãs dominantes ou de empresas internacionais e que produzem grãos para o mercado externo. Isso acabou por gerar uma mobilização de grande parte dos trabalhadores agrícolas para áreas de menor capacidade produtiva, com solos e climas desfavoráveis.

Há uma carência técnica predominante na África, onde a agricultura não foge à regra. Com as melhores técnicas agrícolas e capitais destinados à grande propriedade comercial, fica o pequeno produtor rural, de subsistência, dependente de condições naturais favoráveis. Lembre que boa parte do território africano é afetada por climas áridos e semiáridos, com destaque para a região do Sahel, a borda do deserto do Saara, onde existe uma forte pressão demográfica. Nesta parte do continente, quando os grandes períodos de seca ocorrem, acabamos por ver tristes cenas de crianças à míngua, literalmente morrendo de fome.

Sobre esta tragédia se superpõem as constantes guerras civis no continente africano. A herança colonial europeia na África gerou uma divisão em Estados-nação, que é a que conhecemos atualmente. Alguns destes países têm nomes um tanto quanto estranhos e de difícil pronúncia, como é o caso de Burkina Fasso ou Zimbábue, por exemplo. Mais complicado do que isto é saber que esta estrutura político-administrativa, induzida pelos antigos colonizadores europeus, se sobrepôs à outra, a tribal. Na verdade, a maior parte

da população africana se organiza em tribos e muitas destas tribos acabaram por ser agrupadas em um único Estado-nação. Outras tribos acabaram por ficar divididas entre Estados-nação diferentes. A luta entre grupos tribais diferentes pelo poder como um todo é a base maior dos conflitos armados na África. Uma das piores tragédias africanas se dá quando alguns destes grupos impedem a chegada de alimentos em épocas de seca para outros grupos rivais, aumentando a catástrofe da fome.

Se olharmos para as taxas de crescimento demográfico das regiões da África Subsaariana, veremos que os números de um modo geral apontam para o contínuo crescimento. Em 1950, a África possuía uma população total de 227 milhões de habitantes. No ano 2000, este número alcançou a casa de 819 milhões.

O demógrafo José Eustáquio Alves, valendo-se de dados da ONU, propôs quatro cenários para o ano de 2050: no cenário de crescimento mais baixo, o continente chegaria a 1,7 bilhão de habitantes; no cenário de maior crescimento, a população chegaria a 2,3 bilhões de habitantes. A previsão seria ultrapassar os 3 bilhões de habitantes em 2050, se fossem mantidas as taxas de fecundidade atuais.

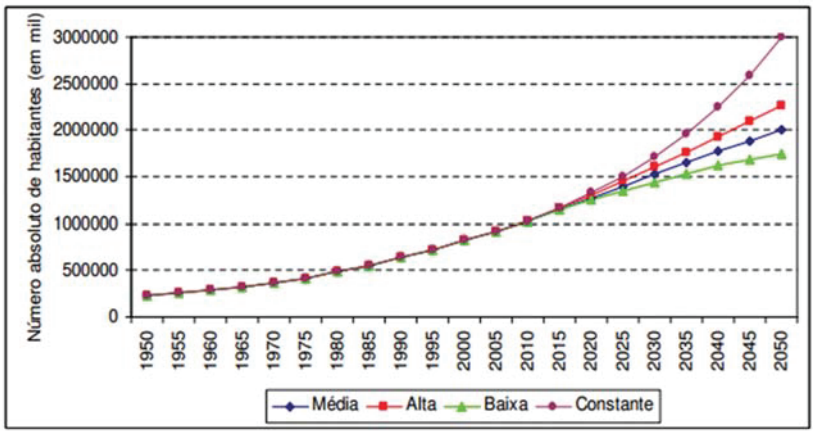
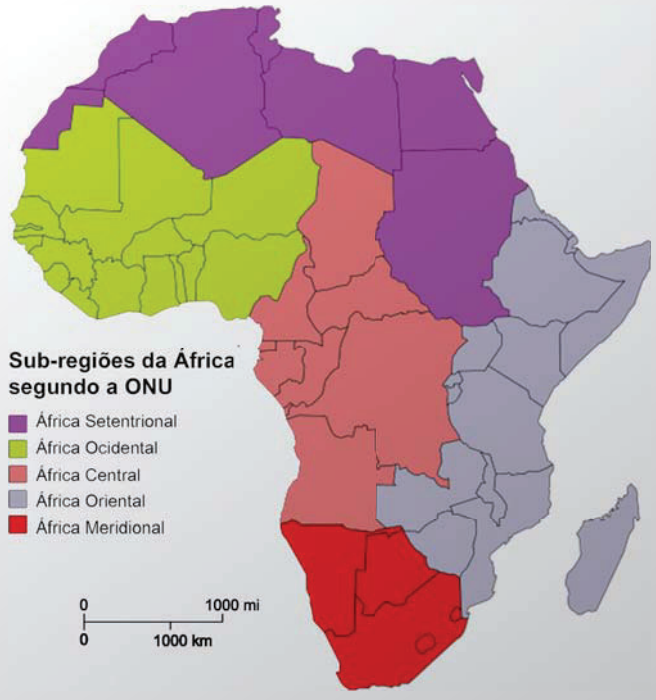


Figura 7.3: Gráfico da população da África em quatro cenários de projeção, 1950-2050.
Fonte: ALVES, José Eustáquio (s/d).

Analisadas as diferentes *regiões africanas*, veremos que os números se apresentam de modo distinto. O norte da África (não incluído na presente análise) e o sul da África terão o menor crescimento, com a população se multiplicando 6 e 4 vezes, respectivamente, em relação ao número atual. Já o crescimento da parte ocidental será multiplicado por 9; o das partes central e oriental será multiplicado por 11 – e estes números finais são alarmantes, consideradas as condições de vida atuais da maior parte dos africanos.

Tradicionalmente, a Geografia faz análises regionais, que grosso modo representam comparações de áreas distintas em relação às suas características. No caso da África, a regionalização apresenta-se tal qual o mapa a seguir.



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Africa_map_regions.svg

O gráfico a seguir mostra a variação deste crescimento regional. Observe que há uma variação regional muito grande no crescimento populacional africano. A razão está no comportamento diferenciado da taxa de fecundidade, como explica José Eustáquio Alves:

> a região Meridional apresentou o menor crescimento populacional porque foi a região que iniciou mais cedo a transição demográfica, pois tinha uma taxa de 6,2 filhos por mulher em 1950, chegou a 2,9 filhos em 2000; já as regiões Central, Oriental e Ocidental ainda tinham taxas de fecundidade acima de 6 filhos por mulher na década de 1980 e só iniciaram a transição na década de 1990.

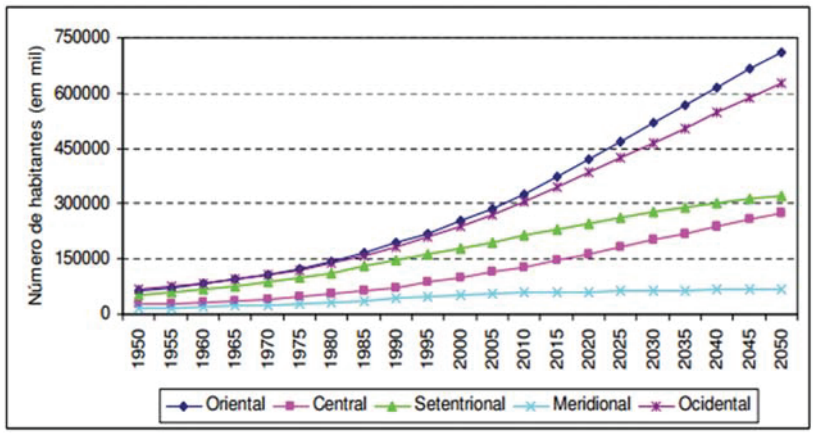


Figura 7.4: Gráfico da população de cinco regiões da África, 1950-2050.
Fonte: ALVES, José Eustáquio (s/d).

Para Pierre-Jean Thumerelle (2001), apesar da queda da mortalidade identificada no continente africano, pode-se afirmar que esta deu-se de um modo muito lento, diferenciando-se das demais áreas do planeta. Para além da dificuldade da obtenção de dados confiáveis em um continente repleto de carências, é fato que a queda da mortalidade foi mais lenta como também mais frágil. A fragilidade se explica na complicada relação entre fome e guerras civis que explodem rotineiramente no continente, principalmente na porção subsaariana, o que colabora para a ocorrência de graves crises de mortalidade.

Isto reflete na baixa expectativa de vida que gravita ao redor dos 50 anos de idade. No Chade, país muito pobre da África Central, a esperança de vida em muito pouco ultrapassa a casa dos 40 anos, e nenhum país da África Subsaariana alcança expectativa de vida superior a 60 anos. Fato concreto, Thumerelle (2001) expõe que, enquanto a África concentra pouco mais de 12% da população mundial, ao mesmo tempo registra mais de 18% do total de mortes no mundo, considerando dados da ONU em finais do século XX – há, portanto, uma nítida desproporção.

Ao mesmo tempo, as taxas de natalidade, sempre as mais altas do mundo, permanecem constantes na maior parte da África Subsaariana. Esta transição demográfica africana tem números de natalidade muito superiores aos da Europa em sua primeira transição, fato que se deu ainda no século XIX. Ao mesmo tempo que as taxas de crescimento populacional ainda se mantêm elevadas na África; na América Latina e na Ásia já ocorreu um rápido declínio entre os anos de 1970-1995.

As taxas de fecundidade permanecem tão elevadas no continente que elas acabam por se destacar muito mais do que as de mortalidade, que também estão entre as mais altas do planeta. Para Thumerelle (2001), a África é de fato um continente peculiar, com um regime demográfico único, diferenciado de qualquer outra parte do mundo pobre, e mais ainda do mundo rico. Pelos dados estatísticos da ONU para o biênio 2009-2010, identificamos um total de 412 milhões de jovens de até 15 anos para uma população total de 1 bilhão e 22 milhões de habitantes. Isto representa cerca de 40% da população total, um número que de fato impressiona.

Os números são um indicativo da singularidade demográfica africana: à escala de um continente, segundo Thumerelle (2001), nunca existiu uma população tão jovem, principalmente se for considerada a África Subsaariana. Tal fato é consequência da intensidade com que os africanos se reproduzem. Isto se torna ainda mais contundente quando se observa que a geração feminina em idade reprodutiva é muito maior do que aquela que a precede, algo que impede o recuo da natalidade em curto prazo.

Outra questão importante diz respeito à existência de uma pretensa superpopulação na África ou, em sentido próximo, um excesso de população no continente. Outra vez nos socorre Thumerelle (2001) para informar que esta ideia não se aplicaria à África e, tampouco, existe no continente uma elevada densidade demográfica. Há uma tendência do senso comum em considerar que o crescimento demográfico incontrolável da África também é uma razão de todos os males e catástrofes ali identificados. Se, por um lado, o crescimento populacional elevado não ajuda a resolver os problemas, não é ele sozinho que os justifica.

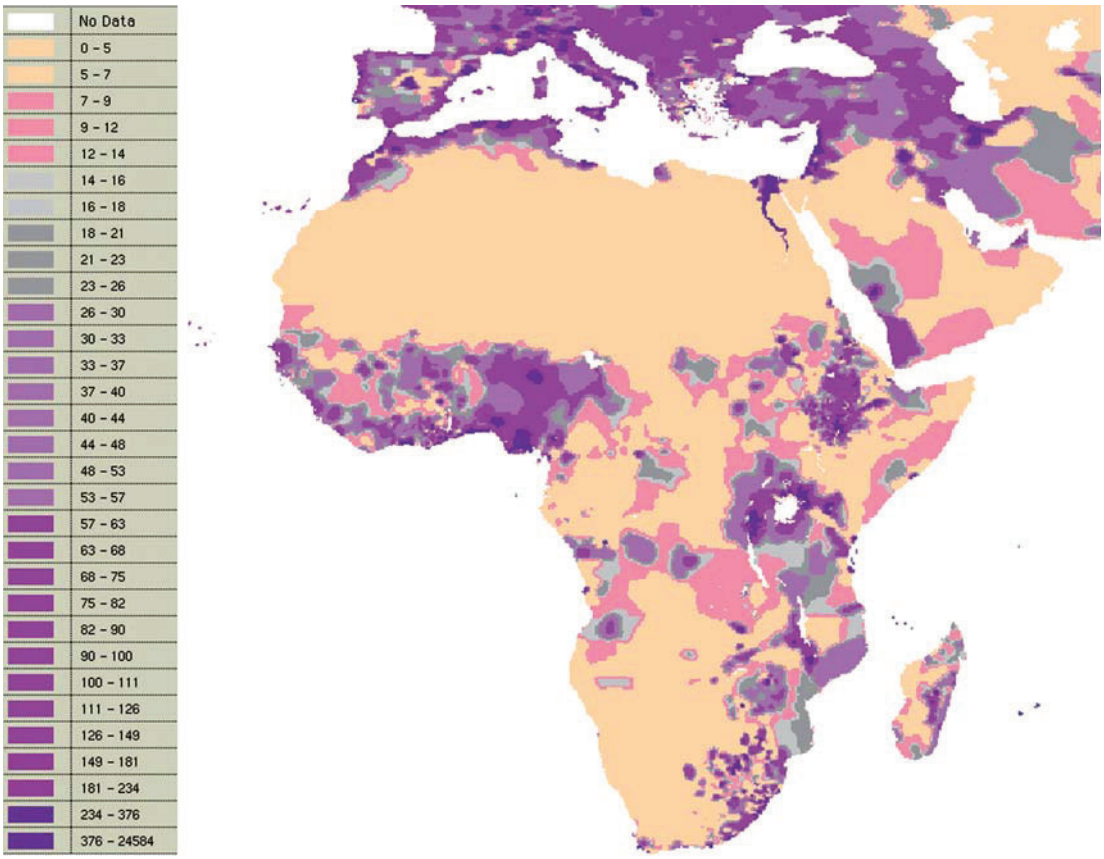


Figura 7.5: Mapa de densidade demográfica da África – número médio de habitantes por km².
Fonte: ftp://ftpserver.ciesin.org/pub/data/Grid_Pop_World/total_cov/gif/eurafdenssmoo.gif

Uma leitura sobre o mapa da densidade demográfica africana nos permite verificar que a população se concentra na faixa intertropical do continente. As faixas subtropicais são ocupadas por desertos, como o Saara ao norte e o Kalahari ao sul. A maior parte da população está concentrada em duas grandes porções territoriais: a porção ocidental, principalmente junto ao golfo da Guiné e a porção oriental, nas terras altas do ***rift africano***. As formas de adaptação da população, essencialmente agrícola, não justificam as razões pelas quais alguns vales de rios foram muito ocupados (Alto Nilo, no Egito, por exemplo) enquanto outros nem tanto (rio Zambese, em Moçambique, por exemplo). Também não justificam por que áreas de topografia mais acidentada acabaram sendo mais ocupadas do que outras; ou por que a densa vegetação de floresta tropical foi limitadora para a ocupação até determinado momento.

Rift africano
É um complexo de falhas tectônicas, criado há cerca de 35 milhões de anos, com a separação das placas tectônicas africana e arábica.

Na verdade, segundo Thumerelle (2001), não existe uma razão aparente que justifique a razão de as sociedades tecnicamente pouco desenvolvidas da África conseguirem se adaptar a meios hostis, ao passo que outros, favoráveis ao seu desenvolvimento, permanecem praticamente abandonados. A justificativa está na própria história africana, cujo período pré-colonial mostra a rivalidade entre grupos tribais, com o deslocamento de alguns deles, o tráfico e o aprisionamento maciço de populações inteiras. Já com a presença europeia, a mobilidade da população aumentou, com o aumento do tráfico negreiro, com a criação de atividades de exploração de riquezas, como as jazidas minerais, e a criação de estradas etc.

Outro item diz respeito à questão do êxodo rural e da urbanização ocorridos com intensidade nos últimos anos. Certo, porém, é que a população rural é predominante na África, embora a urbanização tenha se intensificado nos últimos 50 anos. Dados do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) de 2006 apontam para um percentual de 38% de população urbana em relação ao total. Há um salto muito significativo entre 1950, quando apenas 30 milhões de africanos viviam em cidades, e 2005, quando cerca de 340 milhões de pessoas já estavam nas cidades,

ou seja, a população urbana africana cresceu mais de 11 vezes em pouco mais de 50 anos.

O recente crescimento das cidades africanas é bem diferente daquele vivenciado pelos países ocidentais, que experimentaram antes a Revolução Industrial. Londres, na Inglaterra, levou mais de 100 anos (entre 1800 e 1910) para ver a sua população multiplicada 6 vezes. Lagos, na Nigéria, aumentou 40 vezes a sua população em menos de 60 anos (1950-2009). Trata-se, portanto, de um vigoroso crescimento, que, ao mesmo tempo, retrata a atual transformação vivida pela África.

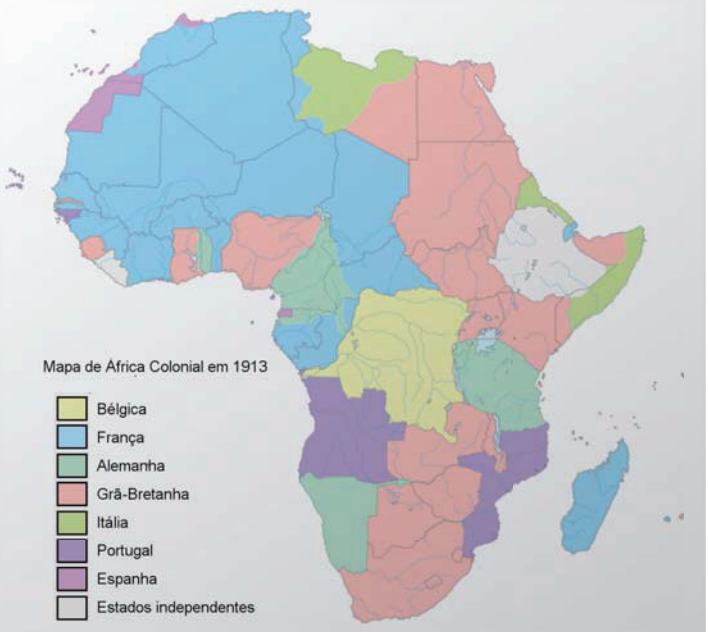
O crescimento populacional africano está muito mais ligado ao crescimento natural da população das cidades do que propriamente ao êxodo rural. No entanto, este não pode ser classificado como desprezível. Uma nova dinâmica foi imposta às cidades, principalmente após a independência das colônias africanas. Com a ação do Estado, as principais cidades começaram a inchar, pois se transformaram nos principais pontos de articulação do território dos novos Estados-nação. As cidades ganharam importância na condição de capitais, centros administrativos, portos, geradoras de renda e concentradoras do mercado de consumo. A relativa melhoria de vida das populações urbanas acabou por ser o grande estopim do crescimento populacional africano.

Por fim, a realidade demográfica africana pede um entendimento a respeito da mobilidade interna da população. Thumerelle (2001) aponta para o paradoxo de conhecermos mais sobre as migrações de africanos para a Europa e a América do que propriamente aquelas ocorridas no interior da África, que são bem maiores por sinal. É certo que há condicionantes culturais no modo como muitos africanos se deslocam para as cidades. Muitos acabam por ficar próximos às cidades, onde a realidade de vida não se afasta tanto da forma rural. Nesse caso, o vínculo com as cidades se dá em um ir e vir diário das populações que preferem viver ao largo das cidades, em aldeias, com a manutenção dos laços familiares e das tradições de sua origem.

Sobre esta temática, Pierre-Jean Thumerelle (2001) tem palavras muito claras:

> sabemos que estamos perante um sistema de deslocamentos complexos, em que os emigrantes conservam laços estreitos com os locais de origem, que não tem grandemente em conta as fronteiras internacionais, e no qual as heranças coloniais só muito raramente correspondem aos limites das áreas de mobilidade habitual dos povos. Por exata razão, justificam-se movimentos migratórios muito fortes entre países africanos resultantes da *Colcha de Retalhos* imposta pelos colonizadores europeus.

Colcha de Retalhos é uma expressão utilizada para frisar o processo de ocupação africana pelos europeus, principalmente a partir do século XIX. A chamada Conferência de Berlim (1884-85) resultou em uma divisão que não respeitou nem a história, nem as relações étnicas e mesmo familiares dos povos do continente africano. Vide mapa com a partilha africana:



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Confer%C3%AAncia_de_Berlim

Os países africanos que mais recebem migrantes são a Costa do Marfim, a África do Sul e a Nigéria. Nestes países, as atividades econômicas mais desenvolvidas requerem mão de obra mais barata. A África do Sul é notadamente o país economicamente mais desenvolvido da África e acaba recebendo trabalhadores de países vizinhos, como Moçambique. A Nigéria possui fortes negócios ligados ao petróleo e recebe migrantes de países vizinhos, mesmo caso da Costa do Marfim, que, com a sua economia agrícola forte, atrai migrantes de países próximos. Os países que mais exportam migrantes são Burkina Fasso, o Mali, a Guiné e a República Centro-Africana. O antigo Zaire, a atual República Democrática do Congo, é um caso à parte, pois é ao mesmo tempo grande receptor e exportador de mão de obra.

Além das migrações por busca de trabalho, a mobilidade populacional na África está ligada a questões de ordem política ou ambiental. Do ponto de vista político, dos cerca de 35 milhões de refugiados e semelhantes atendidos pela ACNUR (Agência da ONU para Refugiados) em 2011, mais de 13 milhões eram africanos, como pode ser visto na ***Figura 7.6***.

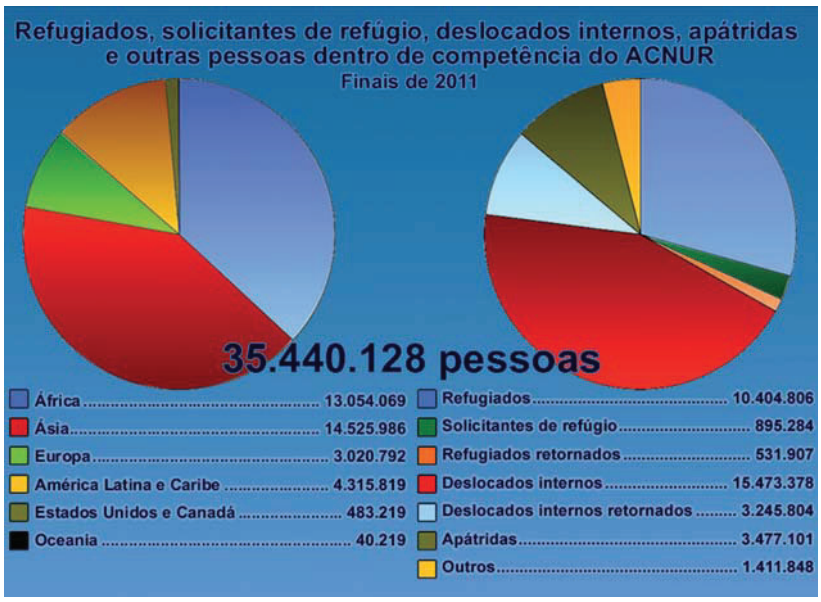


Figura 7.6: Os refugiados no mundo.
Fonte: http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/estatisticas/

Oficialmente, a ONU não dá *status* de refugiados aos que se deslocam por conta de condições ambientais adversas, mas na África a pressão demográfica exercida sobre a borda dos desertos, principalmente ao sul do deserto de Saara, tem levado milhões de africanos a migrarem periodicamente em busca de condições mínimas de sobrevivência. Muitas vezes, essas catástrofes de ordem ambiental são usadas por grupos tribais rivais como arma de guerra em seus conflitos de natureza política.

A forte instabilidade política no continente, a luta pelo poder entre tribos rivais e a carência efetiva da população levam a um estado incontornável. As massas de refugiados, que perdem tudo em sua fuga, muitas vezes ultrapassam fronteiras políticas e chegam a áreas onde a incapacidade econômica e a fragilidade ambiental quase impossibilitam a sobrevivência.

Multimídia

Veja no portal eletrônico da ONU a notícia relacionada à seca no Mali, país da região do Sahel, na África Ocidental. Acesse: http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=42784&Cr=+Mali+&Cr1=#.UFJF6rJlTaQ

Como conclusão, deixamos a pergunta de Pierre-Jean Thumerelle (2001) quando diante do quadro desordenado e de miséria predominante na África Subsaariana: será que a noção de desenvolvimento pode ser aplicada à África? Enquanto de um lado a transição demográfica atingiu seu apogeu no continente, a atividade econômica estagnou-se ou até mesmo regrediu. Ocorreu um abandono industrial e uma deterioração dos mercados de produtos primários, como os produtos agrícolas e os minérios. O referido geógrafo faz seu diagnóstico:

> a África foi esquecida na imensa distribuição de atividades à escala planetária, que acompanhou a liberalização dos mercados e a mundialização da economia. A mudança social foi paralisada pela recessão econômica, que bloqueou ao mesmo tempo a evolução das estruturas familiares e da reprodução.

Em um quadro montado desta forma, pouco importa saber se é a própria condição atual que inviabiliza por si só o avanço do continente para uma segunda transição demográfica. Urge a ação da ONU e dos seus organismos, bem como de toda a comunidade internacional no desenvolvimento de ações que minimizem as condições de extrema pobreza da maior parte da população africana.

Atende ao Objetivo 1

1. Nas três últimas décadas, a aids, de fato, tem contribuído para dizimar populações adultas em alguns países africanos. Veja a tabela a seguir.

Região do mundo	Prevalência do HIV em adultos (idades 15-49)	Total HIV Casos	Aids Mortes em 2005
África Subsaariana	6,1%	24,5 milhões	2 milhões
Em todo o mundo	1,0%	38,6 milhões	2,8 milhões
América do Norte	0,55%	1,3 milhões	27.000
Europa Ocidental	0,3%	5,8 milhões	12.000
Brasil	0,45%	1 milhão	1.000

Fonte: Unaids, 2005 – Relatório sobre a Epidemia Global de aids.

Entretanto, existem outras catástrofes a provocar elevadas taxas de mortalidade no continente africano. Identifique e explique outras duas causas que justificam o aumento das taxas de mortalidade na África, para além da epidemia de aids.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Resposta Comentada

Guerras civis. Você deverá apontar para a existência de conflitos de origem étnica que envolvem grupos tribais dentro de um mesmo país africano. As lutas muitas vezes avançam sobre áreas ambientalmente frágeis e fazem com que a fome se amplie nestas áreas e seja usada como arma de guerra, o que acaba resultando em muitas mortes.

Predomínio da agricultura de exportação. Você também deverá apontar para as transformações ocorridas na estrutura produtiva africana, principalmente no caso da agricultura. As melhores terras agrícolas passam a ser utilizadas na produção de gêneros agrícolas voltados para a exportação. A tradicional agricultura familiar e de subsistência é cada vez mais afetada e empurrada para áreas ambientalmente frágeis, sujeitas à desertificação, o que acaba também por gerar fome e a manutenção de taxas elevadas de mortalidade.

A dinâmica populacional na América Latina

Apesar da heterogeneidade dos países que envolvem a América Latina como um todo – porção de terras localizada ao sul do rio Grande (rio Bravo, para os mexicanos) e que também engloba as ilhas do mar do Caribe – há uma razoável unidade em relação aos seus indicadores demográficos.

Fonte: http://www.sxc.hu/photo/967371

É verdade que ainda encontramos realidades bem acentuadas, mas que são pontuais de um modo geral. Por isso, ainda se identificam alguns poucos países com altas taxas de natalidade, como o Haiti (35,87‰), a Guatemala (29,09‰) e o Paraguai (28,77‰) – segundo dados da ONU de 2007. Mas estes extremos apenas se refletem em países de pequena dimensão territorial e, principalmente, populacional, o que não altera o quadro que indica queda do crescimento populacional nesta parte do planeta.

Ainda usando como referência o indicador da natalidade, temos países em um grupo intermediário, composto por nações em desenvolvimento, como o Brasil (16,30‰) e a Argentina (16,53‰). Há países, por exemplo, que já possuem taxas de natalidade comparadas às de países desenvolvidos, como o Uruguai (14,41‰) e Cuba (11,44‰).

O que pode justificar esta retração na dimensão populacional da América Latina? A explicação está no próprio avanço da segunda transição demográfica ocorrida nesta parte do mundo. Não que ela tenha ocorrido homogeneamente, mas, com o passar do tempo, as nações latino-americanas acabaram por atingir níveis mais modestos de reprodução e, por consequência, houve queda da natalidade e aumento na expectativa de vida.

Veja o caso específico da expectativa de vida: ela já ultrapassa a casa dos 65 anos em todos os países da região, com exceção do Haiti. Na Costa Rica, ela já é de 78,8 anos e, em Cuba, chega a 78,3 anos. Estes dados são superiores, por exemplo, à expectativa de vida da população dos EUA – os dados são da ONU e abrangem o período 2005-2010.

Compartilhando com a visão de Thumerelle (2001), o atraso socioeconômico na América Latina gerou resultados diferentes dos verificados na África e em grandes porções da Ásia. Para além de políticas sociais sólidas, identificadas em quase todo o subcontinente, verificam-se parcelas substanciais da população com níveis de vida relativamente elevados. É certo, porém, que a América Latina

guarda disparidades muito grandes entre distintos segmentos sociais componentes da população como um todo. As classes mais baixas permanecem muito aquém do pequeno segmento social concentrador de renda, o que provoca uma grande dicotomia entre duas classes muito distintas, sendo uma muito rica, com padrão de vida similar ao europeu, e outra fadada à pobreza.

Outra característica da população latino-americana se refere ao modo como esta se encontra dispersa pelo território. É um resultado claro da forma de ocupação colonial, concentrada em áreas litorâneas em decorrência de uma economia puramente mercantil. A ocupação do interior está mais ligada ao passado *pré-colombiano*, com civilizações que já estavam presentes antes da chegada dos europeus e que passaram a ser exploradas por estes últimos. O processo de concentração fundiária acabou por acelerar o êxodo rural e a concentração da população nas cidades, o que já é uma característica dominante em praticamente toda a América Latina.

Civilizações pré-colombianas correspondem aos povos indígenas que já viviam na América antes da chegada dos primeiros colonizadores europeus. Neste sentido, destacam-se os incas na América do Sul e os astecas na América do Norte, como as civilizações de maior desenvolvimento social, cultural e econômico a existir no continente antes da chegada dos novos colonizadores.

Na chamada América Espanhola, muitos destes povos pré-colombianos acabaram por se tornar semiescravos dos novos grandes proprietários de terras oriundos da Espanha. Isto explica em grande parte por que a escravidão de negros nesta parte do continente não foi tão forte como aquela ocorrida na parte

colonizada pelos portugueses. O resultado contemporâneo deste tipo de dominação espanhola é o predomínio claro de populações ameríndias em países como a Bolívia, o Equador e o Peru.

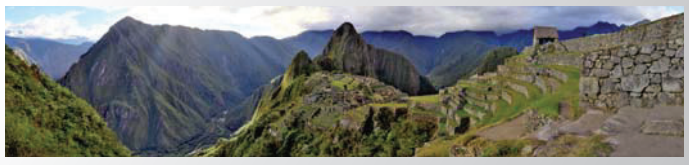


Figura 7.7: Panorama de Machu Picchu, nos Andes peruanos.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Era_pr%C3%A9-colombiana

Até meados do século passado, o crescimento populacional da América Latina estava ligado diretamente às grandes levas de imigrantes que foram recebidas, notadamente europeus. Por volta de 1950, as populações da América Latina e da América Anglo-Saxônica (EUA e Canadá) equivaliam-se. Ao mesmo tempo em que a imigração foi perdendo força na composição da população latino-americana, o subcontinente passou a experimentar sua primeira grande transição demográfica, o que fez com que a população crescesse a taxas próximas de 2,75%. Isto acabou por fazer com que a população desta parte da América superasse em muito a do Canadá e a dos EUA. Atualmente, a relação de população entre as duas Américas mostra que a América Latina concentra dois terços da população total do continente, enquanto o outro terço corresponde à América Anglo-saxônica.

A imigração deixou suas marcas bem claras na América Latina. Forçadas, no caso dos africanos, ou estimuladas, no caso dos europeus, vemos que foram poucas as áreas do continente não afetadas pela sua ocorrência. Decerto, há porções do continente onde as imigrações foram mais intensas, como em relação aos africanos, que chegaram a ser predominantes no Brasil e nas ilhas do Caribe. Os imigrantes europeus dos séculos XIX e XX concentraram-se no sul do Brasil, no Uruguai e na Argentina. Outras áreas, como a

América Andina, não receberam tantos imigrantes, sendo sua atual população fruto da miscigenação entre os ameríndios originais e os colonizadores espanhóis.

A América Latina sofreu transformações muito fortes no que diz respeito à estrutura de sua população. Se olharmos para as primeiras décadas do século XX, ainda veremos um quase equilíbrio primitivo do crescimento populacional. Tirando a chegada de novos habitantes através da imigração europeia, o crescimento populacional natural era muito baixo. A expectativa de vida chegava a ser inferior a trinta anos em alguns dos países mais pobres da região.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, a América Latina experimentou uma grande mudança em relação ao crescimento populacional. Thumerelle (2001) aponta para os fatores que levaram a esta transformação:

> rápida urbanização, o aumento dos rendimentos, a modificação do estatuto da mulher (desenvolvimento de atividade e melhoramento da educação) foram os fatores decisivos da mudança.

Paralelamente a isso, a demanda por políticas sociais e o avanço da Medicina e das condições de higiene efetivaram uma queda acentuada da mortalidade, favorecendo o crescimento abrupto da população.

Mesmo hoje, é possível observar uma queda acentuada nas taxas de fecundidade, já que a população desta parte do mundo ainda é muito jovem. Isto explica por que as taxas de crescimento populacional ainda não regrediram, ficando distantes das taxas de países desenvolvidos. Há uma grande base de população jovem, fruto da multiplicação da população em décadas passadas, que contribui para a manutenção de um crescimento absoluto da população.

O fenômeno da urbanização também foi sentido nesta parte do mundo, principalmente no que diz respeito ao surgimento de grandes metrópoles. É sabido que a Cidade do México e São

Paulo estão entre as maiores metrópoles do planeta, por exemplo. O fenômeno faz com que parte considerável das populações latino-americanas acabe por se concentrar em grandes metrópoles, como no caso do Brasil, da Argentina, do México, do Peru, da Colômbia, do Chile etc. A tendência à urbanização se expressa desde a herança colonial, em que a centralização político-administrativa e a economia agroexportadora favoreceram a concentração da terra do campo e das pessoas nas cidades.

A urbanização acabou trazendo consigo a exacerbação da vida precária e da violência para a América Latina. Se, por um lado, esta visão é um tanto heterogênea, ou seja, não se expressa do mesmo modo em todos os países do subcontinente, pode-se afirmar que ela ainda é uma constante em todos eles.

A economia muito dependente do exterior e o avanço da mundialização econômica são as razões básicas para justificar atraso econômico, dependência de capitais externos e uma baixa mobilidade social. A miséria ainda é um mal a afetar toda a América Latina, embora em proporções muito inferiores àquela encontrada na África, para efeito de comparação. A falta de políticas mais consistentes voltadas para a educação e a saúde, em grande parte, justifica o atraso latino-americano.

Os países que mais avançaram em sua transição demográfica são aqueles com as melhores variáveis sociais hoje. É certo também que o simples avanço econômico não traz benefícios tão diretos ao quadro social. Como exemplo, pode-se mostrar que o melhor padrão econômico de México e Brasil não consegue produzir resultados sociais melhores do que aqueles encontrados em Cuba. Este último país, no que pese toda a sua história de penúria econômica, fez investimentos muito fortes em educação e saúde, o que resultou em uma realidade social muito mais favorável na atualidade. O mesmo não se pode dizer dos outros dois países citados, que investiram muito no avanço econômico, mas em detrimento das melhorias sociais.

Atende ao Objetivo 2

2. No quadro a seguir, os países estão divididos em grupos, segundo o predomínio de uma ou outra etnia. Observe com atenção e responda o que se pede.

Distribuição étnica na América Latina 2005								
País	**População**	**Ameríndios**	**Brancos**	**Mestiços**	**Mulatos**	**Negros**	**Zambos**	**Asiáticos**
Mestiços-ameríndios								
Equador	13.700.000	39,0%	9,9%	41,0%	5,0%	5,0%	0,0%	0,1%
Guatemala	14.202.000	53,0%	4,0%	42,0%	0,0%	0,0%	0,2%	0,8%
Peru	29.331.000	45,5%	12,0%	32,0%	9,7%	0,0%	0,0%	0,8%
Bolívia	9.947.000	55,0%	15,0%	28,0%	2,0%	0,1%	0,5%	0,0%
Mestiços-africanos								
Panamá	3.481.000	8,0%	10,0%	32,0%	27,0%	5,0%	14,0%	4,0%
Colômbia	45.980.000	1,8%	20,0%	53,2%	21,0%	3,9%	0,1%	0,0%
Venezuela	28.814.000	2,7%	16,9%	37,7%	37,7%	2,8%	0,0%	2,2%
Afro-brancos								
Haiti	10.111.000	0,0%	0,8%	0,0%	9,0%	90,0%	0,0%	0,2%
Cuba	11.204.000	0,0%	37,0%	0,0%	51,0%	11,0%	0,0%	1,0%
Porto Rico	3.990.000	0,0%	74,8%	0,0%	10,0%	15,0%	0,0%	0,2%
Brasil	194.579.000	0,4%	53,8%	39,1%	39,1%	6,2%	0,0%	0,5%
República Dominicana	10.158.000	0,0%	7,7%	0,0%	14,6%	75,0%	2,3%	0,4%
Mestiços								
El Salvador	6.179.000	8,0%	1,0%	91,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Honduras	7.541.000	7,7%	1,0%	85,6%	1,7%	0,0%	3,3%	0,7%
México	110.128.000	14,0%	15,0%	70,0%	0,5%	0,0%	0,0%	0,5%
Nicaragua	5.783.000	6,9%	14,0%	78,3%	0,0%	0,0%	0,6%	0,2%
Paraguai	6.405.000	1,5%	20,0%	74,5%	3,5%	0,0%	0,0%	0,5%
Brancos								
Argentina	40.471.000	1,0%	85,0%	11,1%	0,0%	0,0%	0,0%	2,9%
Chile	17.053.000	3,2%	52,7%	44,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Costa Rica	4.610.000	0,8%	82,0%	15,0%	0,0%	0,0%	2,0%	0,2%
Uruguai	3.367.000	0,0%	88,0%	8,0%	4,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Adaptado de http://pt.wikipedia.org/wiki/Demografia_da_Am%C3%A9rica_do_Sul

a) O que justifica uma população predominantemente branca, em países como o Uruguai e a Argentina?

b) O que pode explicar o predomínio de populações indígenas (ameríndios) em países como a Bolívia e o Peru?

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Resposta Comentada

Na primeira resposta, você deverá relacionar a forte imigração europeia sofrida por alguns dos países latino-americanos entre meados do século XIX e meados do século XX. No Uruguai e na Argentina, o fluxo foi muito intenso em relação à população já anteriormente existente, o que acabou por provocar seu predomínio. Na segunda resposta, deve se reportar à existência de civilizações pré-colombianas antes da chegada dos europeus. O uso desta população como mão de obra semiescrava manteve-a na estrutura social desses países, o que explica seu predomínio no presente.

CONCLUSÃO

A análise do comportamento dos países periféricos presentes na África e na América Latina revela um quadro muito heterogêneo em relação à transição demográfica e ao aspecto das suas características populacionais. Na América Latina, podemos identificar

características que já se assemelham às dos países centrais, com avanço da segunda transição demográfica e avanço das melhorias sociais, embora ainda prevaleçam as características de subdesenvolvimento associadas à maioria da população. Já na África, ainda são identificadas variáveis demográficas negativas, desequilíbrio social e plena vigência da primeira transição demográfica.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Observe as imagens a seguir:

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Kinshasa_downtown.jpg

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Quito_calle_Garc%C3%ADa_Moreno.jpg

As imagens retratam, respectivamente, as cidades de Kinshasa, capital da República Democrática do Congo, e de Quito, capital do Equador. Estas duas cidades são exemplos de como as capitais de nações africanas e latino-americanas acabaram por se tornar grandes metrópoles. Que características comuns podem ser apontadas para justificar o intenso processo de urbanização vivido por cidades como as apresentadas nas imagens?

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Resposta Comentada

Você deve ser capaz de relacionar características semelhantes tanto às cidades africanas quanto às cidades latino-americanas. A tendência à urbanização expressa-se desde a herança colonial, em que a centralização político-administrativa e a economia agroexportadora favoreceram a

concentração da terra do campo e das pessoas nas cidades. As cidades ganharam importância na condição de capitais, centros administrativos, portos, geradoras de renda e concentradoras do mercado de consumo.

RESUMO

Na primeira parte da aula, destacamos a realidade africana, com todo o seu desequilíbrio político, social e econômico, que por sua vez afeta as questões demográficas do referido continente. A maior parte dos países africanos apresenta variáveis demográficas distantes dos padrões de modernidade, identificados nos países centrais e em alguns países periféricos. Com isto, esta parte do planeta permanece fechando a sua primeira transição demográfica, o que resulta em um crescimento populacional explosivo capaz de dificultar mais ainda o arranjo social e econômico local.

Na segunda parte da aula, vimos a heterogeneidade dos comportamentos demográficos da América Latina. Nesta porção regional, salvo poucas exceções, já se empreende uma segunda transição demográfica, embora o avanço social e econômico esteja longe de ser homogêneo e qualificado o suficiente para acompanhar variáveis demográficas favoráveis.

Informação sobre a próxima aula

Dando prosseguimento a esta aula, falaremos sobre a heterogeneidade asiática em relação a suas características populacionais. Serão comparadas as porções regionais deste continente, tendo por base a transição demográfica e os distintos arranjos populacionais.

ISBN 978-85-7648-915-3

CEFET/RJ

UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense

UERJ
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

uff
Universidade
Federal
Fluminense

Universidade do Brasil

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFRRJ

UNIRIO

FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

GOVERNO DO
Rio de Janeiro
SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

UAB
UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA